

**MARCELO NUNES**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO  
E  
EXCLUSÃO SOCIAL EM MARÍLIA – SP**

**Presidente Prudente  
2007**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“Júlio de Mesquita Filho”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO  
E  
EXCLUSÃO SOCIAL EM MARÍLIA – SP**

**MARCELO NUNES**

**Orientador: Prof. Dr. RAUL BORGES GUIMARÃES**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional - para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

**Presidente Prudente  
2007**

**Comissão Julgadora  
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Geografia**

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Raul Borges Guimarães**

**1º Examinador: Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão (UNESP)**

**2º Examinador: Prof. Dr. Artur Magon Whitacker (UNESP)**

**Presidente Prudente, 02 de Abril de 2007**

N926p Nunes, Marcelo.  
Produção do espaço urbano e exclusão social em Marília-SP / Marcelo Nunes – Presidente Prudente : [s.n.], 2007  
173 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Raul Borges Guimarães

1. Geografia. 2. Cidades médias. 3. Indicadores sociais. 4. Territórios precários – Marília (SP). I. Nunes, Marcelo. II. Guimarães, Raul Borges. I. Título. CDD (18.ed.) 910

## AGRADECIMENTOS

Manifesto aqui meus sinceros e honrosos votos de gratidão a todos que de alguma forma me ajudaram ao longo de minha trajetória na Pós-Graduação e especialmente aos que compartilharam comigo os principais momentos deste trabalho. Assim, é com imenso carinho que agradeço:

Aos meus pais que sempre incentivaram a busca do conhecimento.

Agradeço e dedico esta Dissertação a Poliana, meu grande amor, que jamais deixou de incentivar e ajudar quando mais necessitei. Enfim, pelos inesquecíveis momentos vividos ao seu lado.

Agradeço particularmente e de forma especial ao amigo Raul Borges Guimarães pela orientação prestada e por sua total dedicação e confiança desprendida ao longo dos debates e discussões acerca dos temas e que sem dúvidas é o grande responsável pela realização deste trabalho.

Agradeço aos Professores Artur Withacker e Maria Encarnação Beltrão Sposito pelas construtivas críticas e observações realizadas durante o exame de qualificação deste trabalho.

Ao Professor Paulo Fernando Cirino Mourão por suas contribuições desde o início da pesquisa na graduação. Também não posso deixar de agradecer aos funcionários da seção de Pós-Graduação e demais funcionários da FCT que de alguma forma contribuíram na minha formação.

Aos amigos do CEMESPP (professores e alunos) e em especial: ao Professor amigo Sérgio Braz Magaldi que me ensinou os primeiros passos em minha trajetória acadêmica e ao Oséias, amigo de todas as horas que me ajudou incondicionalmente na geração de layout dos mapas, na manipulação do software MapInfo e por todo apoio técnico prestado.

Agradeço ainda, aos amigos Celso Yamamoto e Alex pelo tempo despendido no auxílio à correção ortográfica deste trabalho; aos amigos de república Túlio e Antonio Carlos pela amizade e idéias construídas e ao Marquinho de Marília, morador do Jardim Marajó que ajudou-me na aplicação dos questionários nas áreas de exclusão.

Agradeço ao CNPq, cuja concessão da bolsa permitiu dedicação exclusiva à pesquisa e ao grupo de pesquisa CEMESPP, pelo fornecimento das bases de dados e utilização do software MapInfo® e por todo aparato teórico-metodológico disponibilizado. Também não posso deixar de agradecer à Universidade Pública por prezar pela qualidade no ensino, pesquisa e extensão.

Enfim, agradeço a todos que partilharam comigo dos momentos de dedicação à pesquisa e que resultaram na conclusão desta dissertação.

*“A análise das realidades geográficas não pode ser válida sem a possessão de um armamento teórico susceptível de reconhecer em cada variável seu valor respectivo”.*

Milton Santos, 1978, pág. 52.

## RESUMO

Nesta Dissertação pautamos em verificar a precarização territorial produzida com a produção do espaço urbano que acentuou a exclusão social em Marília. O que se verificou com este estudo é que as centralidades criadas com a expansão territorial urbana dificultam a mobilidade e acessibilidade das pessoas residentes em áreas de exclusão social ao restante da cidade. Assim, buscamos analisar o aprofundamento do debate sobre os processos de exclusão social no âmbito do processo de urbanização das cidades médias brasileiras, tomando como recorte analítico a produção do espaço urbano de Marília. É na produção do espaço urbano que os processos sociais excludentes apresentam maior visibilidade, devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definem a cidade estarem ligados a processos de acumulação capitalista, que por sua vez, são seletivos e acentuam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e representando em termos práticos a formação de territórios precários. Nesta perspectiva, entendemos que a produção do espaço urbano de Marília aumentou a diferenciação do espaço, propiciando a formação de territórios precários e atuando como um processo social excludente.

**Palavras-chaves:** Produção do espaço urbano, exclusão social, cidades médias, indicadores sociais, territórios precários e Marília.

## ABSTRACT

In this work we want to verify the precarious territories produced with the urban space production that stands out the social exclusion in Marília. What was verified in this work is that the centralities created with the urban territorial expansion make it difficult the mobility and accessibility of dwellers in social exclusion areas in remain of the city. In this way, we try to analyze the discusses about the process of urbanization in Brazilian intermediate cities, taking as analytic approach the urban space production of Marília. It is in the urban space production that the social exclusion processes show most visibility. In this perspective, we understand that the urban space production in Marília increase the differentiation in the space, providing the formation of precarious territories e acting as a exculpatory social process.

**Key-words:** production of urban space, social exclusion, intermediate city, social indicators, precarious territories, Marília.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	10
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>1 – A URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE MARÍLIA - SP.....</b>	<b>14</b>
1.1 – A produção do espaço urbano.....	21
1.2 – A expansão territorial urbana de Marília - SP.....	23
<b>Capítulo 2</b>	
<b>2 – O DEBATE SOBRE CIDADES MÉDIAS.....</b>	<b>32</b>
2.1 – As (de) limitações conceituais a respeito das cidades médias.....	42
2.2 – Urbanização e a formação das cidades médias.....	44
2.3 – Cidades médias: territórios da exclusão social.....	48
<b>Capítulo 3</b>	
<b>3 – DISCUTINDO A RELEVÂNCIA DA EXCLUSÃO SOCIAL.....</b>	<b>53</b>
3.1 – A semântica e uso da expressão “exclusão social”.....	55
3.2 – Diferentes olhares: abordagens psicológicas e sociológicas.....	59
3.3 – As abordagens socioeconômicas.....	62
3.4 – As dimensões quantitativas e qualitativas da exclusão social.....	66
3.5 – O debate sobre a exclusão social no Brasil.....	69
3.6 – Por uma abordagem geográfica da exclusão social urbana.....	76
<b>Capítulo 4</b>	
<b>4 – O USO DOS INDICADORES SOCIAIS COMO SUPORTE A PESQUISA.....</b>	<b>86</b>
4.1 - Indicadores sociais da exclusão/inclusão social em Marília.....	90
4.1.1 – Indicadores demográficos.....	96
4.1.2 – Indicadores habitacionais.....	111
4.1.3 – Indicadores ambientais (higiene e saúde).....	114
4.1.4 – Indicadores econômicos.....	122
4.1.5 – Indicadores de instrução (educação).....	130
4.2 – O perfil da exclusão social em Marília.....	136
4.3 – Avaliação da metodologia de geração dos indicadores.....	139
<b>Capítulo 5</b>	
<b>5 – A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PRECÁRIOS EM MARÍLIA - SP.....</b>	<b>141</b>
5.1 – A precariedade territorial das áreas de exclusão social.....	145
5.2 – Os desafios da política urbana e da cidade.....	152



<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	160
<b>ANEXOS</b> .....	171
Anexo 1: Questionário.....	172
Anexo 2: Exemplo de quebra de valores definidas nas tabelas geradoras dos indicadores sociais.....	173

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Municipal de Marília.....	91
Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	92
Tabela 3: Definição da amostragem.....	144

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Marília - SP.....	15
Figura 2: Localização dos bairros iniciais de Marília - SP.....	18
Figura 3: Mancha urbana e vetores de expansão em Marília - SP.....	27
Figura 4: Localização do Conjunto Habitacional Nova Marília em Marília - SP....	29
Figura 5: Localização dos loteamentos/condomínios fechados de Marília - SP....	30
Figura 6: Produção do espaço urbano de Marília - SP.....	32
Figura 7: Concentração populacional por zonas urbanas de Marília - SP.....	97
Figura 8: Densidade de habitantes por setor censitário.....	98
Figura 9: Densidade de moradores por domicílio.....	100
Figura 10: Distribuição etária da população de Marília - SP.....	101
Figura 11: Densidade de pessoas dependentes por setor censitário.....	102
Figura 12: Densidade de crianças e jovens por setor censitário.....	104
Figura 13: Percentual de pessoas responsáveis por gênero em Marília.....	105
Figura 14: Densidade de chefes de família mulheres por setor censitário.....	106
Figura 15: Densidade de idosos por setor censitário.....	108
Figura 16: Densidade de chefes de família idosos por setor censitário.....	110
Figura 17: Concentração de domicílios por setor censitário.....	113
Figura 18: Condição de ocupação dos domicílios de Marília - SP.....	111
Figura 19: Concentração de domicílios próprios por setor censitário.....	113
Figura 20: Concentração de domicílios alugados por setor censitário.....	113
Figura 21: Concentração de domicílios cedidos ou em outra condição por setor censitário.....	113
Figura 22: Concentração de domicílios ligados à rede de água por setor censitário.....	115
Figura 23: Concentração de domicílios ligados à rede de esgoto por setor censitário...	117
Figura 24: Concentração de domicílios atendidos pela coleta de lixo por setor censitário.....	119

Figura 25: Concentração de domicílios sem banheiro por setor censitário.....	121
Figura 26: Concentração de domicílios com 4 banheiros ou mais por setor censitário.....	121
Figura 27: Percentual de chefes de família sem rendimento da cidade.....	123
Figura 28: Percentual de chefes de família com renda superior a 20 salários mínimos da cidade.....	125
Figura 29: Percentual de chefes de família com renda de até 2 salários mínimos da cidade.....	127
Figura 30: Percentual de chefes de família mulheres com renda de até 2 salários mínimos da cidade.....	129
Figura 31: Densidade de chefes de família não alfabetizados por setor censitário.....	131
Figura 32: Densidade de chefes de família mulheres não alfabetizadas por setor censitário.....	133
Figura 33: Densidade de chefes de família com baixa escolaridade (até 4 anos de estudo) por setor censitário.....	135
Figura 34: Densidade de chefes de família mulheres com baixa escolaridade (até 4 anos de estudo) por setor censitário.....	135
Figura 35: Síntese da inclusão/exclusão social de Marília - SP.....	138
Figura 36: Localização dos bairros em áreas exclusão social de Marília - SP.....	143
Figura 37: Localização dos equipamentos públicos de educação e saúde de Marília - SP.....	146
Figura 38: Áreas de abrangência do território usado (fluxos de deslocamento para o uso do comércio e serviços) de Marília – SP.....	149
Figura 39: Áreas de abrangência do território usado (fluxos de deslocamento para o trabalho).....	150
Figura 40: Fluxos de deslocamento para o atendimento emergencial de saúde em Marília - SP.....	151

## INTRODUÇÃO

Os resultados alcançados neste trabalho são frutos das atividades de pesquisa e estágio iniciadas ainda na graduação e desenvolvidas juntamente ao CEMESPP (Centro de estudos e mapeamento da exclusão social para políticas públicas), sob orientação do Professor Raul Borges Guimarães. Esta Dissertação de Mestrado intitulada “Produção do Espaço Urbano e Exclusão Social em Marília - SP” visa contribuir para o entendimento da exclusão social em cidades médias, tomando como ponto de partida a análise da produção do espaço urbano em Marília - SP.

Utilizamos da organização e geração de indicadores sociais geograficamente localizados, para a compreensão dos padrões de exclusão/inclusão social, bem como do mapeamento dos equipamentos públicos de educação e saúde existentes na cidade e ainda, a circulação de pessoas residentes nas áreas de exclusão social pela cidade, cujo objetivo foi o reconhecimento da precariedade territorial destas áreas. Nesta perspectiva, a motivação para realização deste trabalho residiu na possibilidade de pensar se as variáveis que ajudam a refletir sobre a exclusão social e a produção do espaço urbano em Marília podem ser universalizadas para outras cidades.

Para tanto, organizamos este trabalho em cinco capítulos que discutem a produção do espaço urbano de Marília no âmbito da formação das cidades médias, relacionando com os processos sociais excludentes destes centros urbanos. Deste modo, buscamos fazer uma releitura sobre a exclusão social apontando as diferentes abordagens sobre o tema e trazendo a proposta de uma abordagem geográfica da exclusão social, que por sua vez permitiu discutir a formação de territórios precários em Marília, a partir da análise e mapeamento dos indicadores sociais e dos mapas de equipamentos públicos e de fluxos do território usado.

Assim, esta Dissertação apresenta a seguinte estrutura: em primeiro, a apresentação do nosso campo de estudos, ou seja, a cidade de Marília, destacando o processo de produção do espaço urbano e de expansão territorial urbana. Buscamos com isto levantar elementos a respeito da relação de tais processos com os padrões de exclusão/inclusão social presentes no espaço intraurbano de Marília, como chave para a compreensão a respeito da formação de uma cidade média.

Na seqüência, situamos Marília no âmbito dos estudos sobre cidades médias, aprofundando o debate acerca das cidades médias e de suas delimitações conceituais, levando em consideração os critérios utilizados para a definição destes espaços urbanos, bem como a diferença entre cidades médias e cidades de porte médio e a

formação destas cidades na rede urbana brasileira. E, ainda nesta parte, abrimos o debate a respeito da exclusão social nas cidades médias.

Dando continuidade, temos a discussão sobre a relevância do uso da expressão “exclusão social”, destacando a semântica e os diferentes posicionamentos teóricos que a força instrumental da expressão suscita. Merece atenção aqui o debate da exclusão social no Brasil e a nossa proposta de uma abordagem geográfica sobre o tema.

No quarto capítulo deste trabalho, destacamos a questão do uso dos indicadores sociais como suporte a pesquisa, seguido da apresentação dos cinco grupos de indicadores e dos mapas temáticos e síntese da exclusão/inclusão social gerados para a cidade de Marília, bem como apresentamos um perfil da exclusão social da cidade e uma análise crítica da metodologia utilizada com base nos resultados alcançados com a geração e mapeamento dos indicadores sociais.

Em seguida, no quinto e último capítulo do trabalho, temos a discussão sobre a formação dos territórios precários em Marília e a apresentação dos lugares da exclusão social da cidade a partir do mapeamento da circulação das pessoas e da disposição geográfica dos equipamentos públicos urbanos e finalizando, traçamos alguns apontamentos sobre a política urbana e da cidade.

Nas considerações finais, procuramos resgatar as principais discussões problematizadas na pesquisa a respeito das variáveis que nos ajudam a compreender a produção desigual do espaço urbano e os processos sociais excludentes em cidades médias como Marília, destacando a possibilidade de universalizar a metodologia utilizada neste trabalho para os estudos de outras cidades médias.

## CAPÍTULO 1 – A URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE MARÍLIA - SP

A formação de Marília expressa a chamada nova urbanização brasileira caracterizada pelo surgimento de novas cidades no interior brasileiro (SANTOS, 1994) e que no caso do interior paulista esteve orientada pela “economia cafeeira” ao promover a sua ocupação no início do século XX, tanto pelo estímulo ao cultivo do café quanto pela instalação de linhas férreas para o escoamento da produção do interior para o litoral que propiciou a apropriação, valorização e fragmentação das novas terras. Deste modo, entendendo a urbanização enquanto resultado da articulação de diferentes escalas geográficas, buscamos compreender os principais aspectos da formação e produção do espaço urbano de Marília, caracterizando a origem de Marília no contexto regional, a ampliação de seus papéis urbanos, sua consolidação como centro polarizador da economia regional e a diferenciação do espaço que acirrou as desigualdades sociais.

O início do século XX, mais especificamente até a década de 1930, a economia brasileira e, sobretudo, do Estado de São Paulo estava ancorada sob o modelo agrário-exportador que, por sua vez, estava pautado na produção de café. Assim, a acumulação de capital gerada pela chamada “economia cafeeira” promoveu a expansão do cultivo de café por novas áreas do interior paulista, na medida em que foi utilizada foi utilizada como pano de fundo para a ocupação do interior paulista e propiciou a instalação da estrada de ferro, que chegou antes mesmo do café e subsidiou o desenvolvimento de vários espaços urbanos e também das primeiras indústrias.

A economia cafeeira subsidiou o novo modelo de urbanização, pautada na integração do território e na formação de uma rede urbana a partir do surgimento de novas cidades no interior paulista e que no caso de Marília esteve condicionada ao “empreendimento comercial” gerado pela sobreposição do valor de troca ao valor de uso da terra que apresentava condições favoráveis ao cultivo de café, à passagem da estrada de ferro e à formação de uma nova cidade.

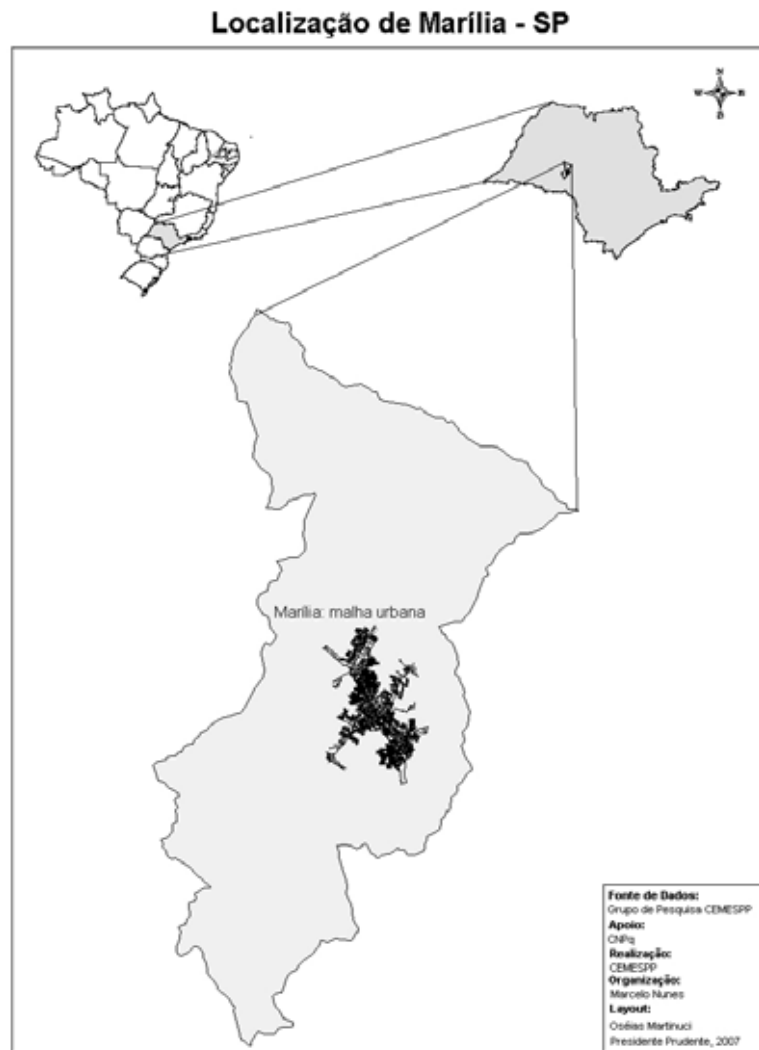
Nesta perspectiva analítica, a formação da cidade de Marília esteve ligada ao processo de acumulação capitalista que promoveu a urbanização brasileira do século XX e a consolidação do modo capitalista de produção no país, na medida em que *“a defasagem com a qual os modos de produção impõem seus diferentes vetores sobre os diversos segmentos de espaço é responsável pelas diferentes idades dos múltiplos elementos ou variáveis do espaço em questão”* (SPOSITO, 2004, p. 416-417).

Historicamente, o crescimento urbano e expansão territorial de Marília seguiram a orientação imposta pelo relevo e pela ferrovia que se estende pelas áreas de

topo, mais precisamente nos “espigões” divisores de água. Assim, o processo de ocupação do relevo partiu dos compartimentos de topo, passando pelo domínio das vertentes, até chegar às bordas das escarpas do relevo tabuliforme (MARQUES DOS SANTOS, 2006).

Localizada na porção sudoeste do Estado de São Paulo – mais precisamente na região da Alta Paulista – entre as vertentes íngremes e festonadas (Itambés) do espigão divisor de águas dos rios Peixe e Aguapeí – a cidade de Marília tem sua história ligada à expansão da cultura de café e também à instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Paulista, que foram de início as bases do desenvolvimento urbano-regional. Na figura 1 temos o croqui de localização de Marília - SP.

**Figura 1: Localização de Marília - SP**



A ocupação das terras da chamada Alta Paulista onde se localiza Marília teve início na década de 1920 e constituiu-se na última região a ser ocupada no “Oeste Paulista” e também na última etapa de expansão da cafeicultura paulista.

Marília surge, então, no bojo da expansão do comércio de terras que utiliza o café como pretexto para as vendas. A partir de 1920 tem-se uma intensa política de valorização de terras na região, com a abertura de picadões para a construção da estrada de ferro da Companhia Paulista, bem como a valorização do preço do café estimulada pelo governo, a busca por solos férteis pelos fazendeiros e a chegada do imigrante nordestino e estrangeiro, gerou um forte estímulo à aquisição de glebas permitindo também a circulação de mercadorias na frente pioneira. Assim, o “Oeste pioneiro” ainda estava pouco ocupado, embora suas terras já estivessem incorporadas à economia de mercado, existindo relatos de transações imobiliárias e dúvidas sobre a posse das terras (MOURÃO, 1994, p. 59).

Deste modo, a fragmentação das terras e a sua transformação em mercadoria, ou seja, a subordinação do valor de uso ao valor de troca precedeu e sustentou a ocupação da região, como também destaca Mourão (1994, p. 62). Para este autor, a ocupação da região e principalmente a estruturação das propriedades rurais, precedeu à chegada das ferrovias que, mesmo à distância, acabou influenciando a localização das cidades que surgiram no espigão e não no fundo dos vales, sob a expectativa do prolongamento da ferrovia.

Podemos observar, a partir destas afirmações, que o mercado de terras que se instalou com a ocupação da região de Marília esteve no centro do processo de formação urbano-regional, utilizando como pano de fundo a expansão cafeeira. Desta maneira, o desenvolvimento de Marília esteve além da expansão cafeeira, apesar de sua presença servir de estímulo ao desenvolvimento, a partir do próprio capital cafeeiro que se instalava financiando outras atividades que promoveram a incipiência de um mercado urbano.

A própria dinâmica da frente pioneira fez de Marília mais que uma cidade ponta de trilhos, pois logo se destacou como centro regional prestador de serviços e de mercado para os gêneros alimentícios produzidos, beneficiados e consumidos na região. Ao mesmo tempo, é preciso considerar outros elementos mais amplos ligados ao cenário nacional e internacional. De acordo com Sposito (2004, p. 429):

[...] a expansão cafeeira pelo chamado “Oeste Paulista” dá-se no bojo do processo de constituição da instituição jurídica da propriedade privada da terra, no Brasil, processo fundamental para a consolidação do modo capitalista de produção no país.

Ainda segundo Sposito (2004, p. 432), os grandes empreendimentos que operaram os interesses privados e a acumulação capitalista no processo de ocupação do



“Oeste Paulista” e o que de fato isto representou em termos políticos e econômicos, foram a apropriação das terras e a sua viabilização econômica para revenda e, simultaneamente, a implantação de um sistema urbano de serviços. Era também o desmatamento, a construção do sistema de transportes, a comercialização da produção no litoral, a construção das cidades com todos os seus equipamentos urbanos e o financiamento da produção.

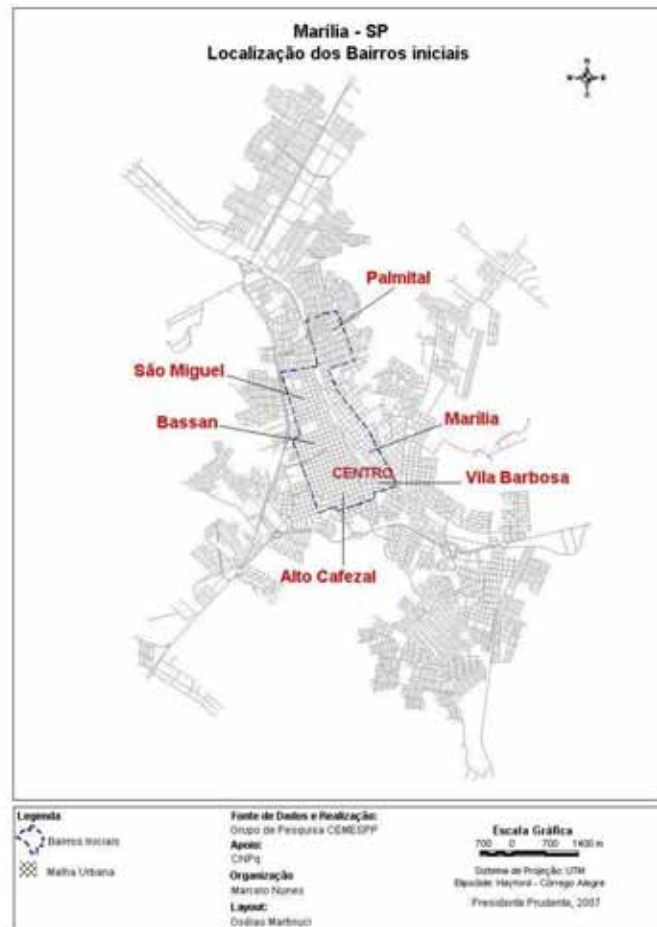
Reforçando tais idéias, Sposito (2004, p. 433) coloca que o interesse pela incorporação de terras à economia capitalista ocorria por meio de movimentos diferentes que se articulavam e se complementavam. De um lado, a ocupação de terras gerava a possibilidade de seu parcelamento e venda de lotes rurais para a expansão cafeeira ou outras culturas. De outro lado, a constituição de cidades ao longo de ferrovias já implantadas ou acompanhando o traçado daquelas em implantação, gerava, simultaneamente, o apoio necessário à vida rural que se estabeleceria, estimulando e criando condições favoráveis à aquisição dos lotes rurais, bem como havia o interesse nos negócios com as próprias terras urbanas, já que a ocupação do campo possibilitava e necessitava da instalação de comércio e serviços urbanos.

Assim, corroborando estas afirmações, a formação do espaço urbano de Marília deu-se em função do empreendimento comercial instalado com a ocupação da região, via fragmentação e comercialização de terras rurais em primeiro e, posteriormente, de terras urbanas.

Segundo Mourão (1994), o processo de fragmentação do solo para a formação do espaço urbano também foi um negócio lucrativo e explica o surgimento de vários patrimônios que se iniciou primeiramente com a abertura de três (Alto Cafezal em 1923, Marília em 1926 e Vila Barbosa em 1927). A cidade de Marília foi constituída em 1928 a partir da junção desses patrimônios. Reforçando tal processo, na década de 1930 outros loteamentos foram sendo constituídos como a Vila Palmital em 1934, Vila Bassan e Vila São Miguel em 1935 (LARA, 1989).

Na figura 2 podemos observar a formação do espaço urbano de Marília com a localização dos primeiros bairros que foram se constituindo separadamente seguindo os interesses do loteador.

**Figura 2: Localização dos Bairros iniciais de Marília - SP**



Segundo Guidugli (1979), o município de Marília surgiu na quarta etapa de constituição dos municípios paulistas (1890-1930), correspondendo à conquista pioneira do Oeste Paulista com a expansão da cultura do café. Nesta perspectiva, Balestrieri (1984, p. 55) acrescenta que o município de Marília foi criado ainda em 1928, sob a influência da expansão cafeeira e desenvolveu-se, posteriormente, com o cultivo de algodão, que garantiu o rápido crescimento urbano e o acelerado ritmo de urbanização, a partir da década de 1930.

Conforme Balestrieri (1984, p. 62), as cidades que nasceram na transição do complexo cafeeiro para a economia industrial e que cresceram graças ao algodão ou à pecuária tiveram da indústria o desdobramento natural e quase imediato da atividade agrária que lhes dava vida.

Assim, foi com a consolidação do complexo cafeeiro e suas implicações sobre a vida econômica, social e política, que começou a se redefinir e diversificar os papéis desta e de outras cidades e a evolução demográfica urbana foi o resultado imediato dessas mudanças (SPOSITO, 2004).

Neste sentido, o surgimento do município de Marília na década de 1920, foi um desdobramento da expansão da cafeicultura no interior paulista, sendo que as indústrias que se instalaram no “Oeste Paulista”, principalmente após 1930, tiveram forte ligação com a produção agrícola regional. Foi na produção de alimentos e matérias-primas semi-transformadas que a região estabelecia claramente sua posição na divisão regional do trabalho (MOURÃO, 1994, p. 3).

A expansão da industrialização pelo interior do Estado, acompanhada pela abertura de estradas de rodagem e o aumento da malha ferroviária, bem como a substituição da cultura de café pelo algodão, que atraiu a instalação de máquinas de beneficiamento e fábricas de óleo (também associadas à cultura do amendoim), dentre outras como fábricas de fibras têxteis e de beneficiamento de arroz, café, milho, etc., promoveram o desenvolvimento da cidade e o seu crescimento populacional, com a concentração de serviços urbanos que levaram Marília a exercer o papel de capital regional, já na década de 1930.

A atividade industrial surge na cidade de Marília pela transformação do algodão, que será intensamente produzido na região, sobretudo devido à presença da pequena propriedade (resultado em parte da crise de 1929 que forçou muitos fazendeiros a vender lotes constituintes de suas propriedades) e dos imigrantes japoneses, que promoveram também o processo de urbanização, influenciados pelo movimento de acumulação de capital por conta do surgimento de fábricas e indústrias alimentícias que aproveitavam os gêneros regionais.

O intenso fluxo de imigrantes associado à fragmentação da terra, ao excedente de produção de gêneros alimentícios e a incipiente industrialização que se fortalecia proporcionou o desenvolvimento urbano, mediante a diversificação de serviços prestados e profissionais especializados na cidade.

A formação urbana de Marília e o próprio processo de urbanização a partir da década de 1930 ocorreram num período em que temos *“a superação das escalas nacionais, mediante a subordinação das diferentes esferas da produção à economia mundial, com a dinâmica que se iniciava com a acumulação com base na atividade comercial”* (SPOSITO, 2004).

De acordo com Mourão (1994, 73), a população urbana de Marília que era de 26.546 habitantes de um total de 69.173 habitantes residentes no município em 1940, superava a população residente dos demais centros urbanos do “Oeste Paulista” (Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto) e todos de ocupação mais antiga. Neste período, as indústrias vão se desenvolver em Marília tanto pela presença de grandes capitais ligados ao beneficiamento de algodão e produção de óleo, bem como por

pequenos capitais de famílias de imigrantes estrangeiros recém chegados, ligadas à metalurgia e a alimentação.

Na década de 1960, com o declínio das culturas do café, algodão e amendoim, a pecuária passa a predominar, produzindo significativa queda da dinâmica industrial e regional, marcado pelo novo papel destinado à divisão territorial do trabalho na região.

Em meados da década de 1970, ressurgiu um novo ciclo de desenvolvimento do município, com a instalação de indústrias ligadas principalmente ao setor de alimentação (Mourão, 1994). Neste período, este mesmo autor salienta que o comércio de Marília, que historicamente polarizava o consumo regional, sentiu bastante a desestruturação do setor agrícola acabando por estagnar-se, deixando de polarizar o consumo das sub-regiões de Ourinhos, Assis e Tupã e não atendendo também o consumo mais sofisticado da própria cidade. Assim, a cidade de Marília retomou o seu papel de pólo regional nesta nova fase da industrialização iniciada a partir da década de 1970.

Segundo Mourão (1994), o município de Marília surge na transição da economia agro-exportadora do café para a economia industrial e tem sua formação fortemente influenciada pelo desenvolvimento da economia em ciclos.

Os chamados “ciclos econômicos” consistiam em uma periodização das formas de acumulação de capital de acordo com a sucessão das atividades econômicas e presidiram a dinâmica urbano-regional nos diferentes momentos (BALESTRIERO, 1984).

A cidade de Marília cresceu e desenvolveu-se principalmente por conta dos intensos fluxos migratórios em sua direção estimulados pelo desenvolvimento econômico urbano-regional, expressando também a diferenciação socioespacial e o acirramento das desigualdades sociais produzidas pelo processo de produção do espaço urbano e por sua expansão territorial urbana.

Conforme Sposito (2004, p. 10), o par urbanização-cidade mantém-se como expressão de uma relação intrínseca e indissociável, mas agora caracterizado pelo rompimento da identidade entre processo e forma, no que se refere à tendência de concentração. Desta maneira, a produção do espaço urbano de Marília atuou como um processo social excludente, apresentando-se como expressão da acumulação capitalista e da forma como esta acumulação promoveu as mudanças que possibilitaram o desenvolvimento econômico e o acirramento das contradições socioespaciais urbana.

## 1.1 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A formação urbana de Marília no âmbito do processo de urbanização, que consistiu de início na apropriação, fragmentação e comercialização da terra sobrepondo o valor de troca ao valor de uso aliada à acumulação capitalista, serviram como base para a produção desigual e contraditória do espaço urbano. Neste sentido, pautaremos em discutir a produção do espaço urbano enquanto um processo social excludente reforçador da exclusão social, considerando que foi no processo de produção do espaço urbano amparado nas formas e nos vetores de expansão existentes<sup>1</sup> e nas políticas urbanas que originou a diferenciação do espaço urbano de Marília e definiu o “*lugar de vivência de cada um*”, acentuando a exclusão social e a precariedade territorial.

Nesta perspectiva, a discussão a respeito da exclusão social não é própria da questão urbana, mas é no espaço urbano que a questão ganha novos conteúdos políticos e apresenta-se com maior visibilidade devido ao caráter concentrador, seletivo e excludente da acumulação capitalista que define a cidade e os arranjos espaciais acentuando as desigualdades.

Carlos (1994) ressalta que a produção espacial urbana é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente e que se materializa através da divisão do trabalho. Deste modo, o espaço urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, que revela as relações contraditórias do processo de reprodução do capital, através da materialização da divisão espacial do trabalho.

É na produção do espaço urbano que os processos sociais excludentes apresentam maior visibilidade, devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definem a cidade estarem ligados a processos de acumulação capitalista que, por sua vez, são seletivos e acentuam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e representando em termos práticos a formação de territórios precários.

Tais contradições criam-se e estruturam-se a partir da relação de dominação-subordinação centrada no processo de acumulação e centralização da propriedade e do poder. Desta maneira, é na expansão da cidade e do urbano que se desenvolve a acumulação capitalista, sendo que a cidade e o urbano passam a representar

---

<sup>1</sup>Os vetores de expansão urbana em Marília seguiram as condições impostas pelo relevo tabuliforme, partindo do espigão até áreas limítrofes das escarpas (conhecidas como Itambés) seguindo o eixo norte/sul.

a expressão espacial desse sistema de produção, na qual a contradição é condição e produto de seu desenvolvimento (CARLOS, 1994).

Em consonância, Carlos (2004, p. 14) afirma:

[...] Da mesma forma, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática socioespacial, revelando a vida na cidade. A sociedade constrói um mundo objetivo através da prática socioespacial, revelando em suas contradições, um movimento que aponta um processo em curso – que se realiza enquanto relação espaço-temporal.

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território real, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática socioespacial.

A existência da propriedade privada significa a divisão do trabalho e da cidade e o acirramento das desigualdades (sociais e espaciais) no processo de produção do espaço urbano. Neste sentido, Sposito (2003, p. 5), afirma que a compreensão da produção do espaço urbano implica em apreender de que forma diferentes usos apropriam-se do território, produzindo espacialidades e temporalidades urbanas que diferem entre si e se expressam na cidade como espaço das diferenças.

Desta maneira, tem-se observado na produção do espaço urbano das cidades brasileiras um ritmo mais acelerado de crescimento da expansão territorial urbana em detrimento de outras formas de crescimento, na medida em que o processo de produção do espaço urbano está calcado na propriedade privada e na acumulação capitalista.

No caso de Marília, atualmente o crescimento da cidade se dá de forma desigual, quando se compara a evolução demográfica e a expansão territorial, o que em tese deveria ocorrer em ritmos semelhantes, pois só há a necessidade de ofertar novos locais de moradia se houver demanda por parte da população (LEME, 1999, p. 89).

A ampliação dos interesses fundiários e imobiliários, associada à maior competitividade em todos os ramos da economia, impulsiona novas formas de produção do espaço urbano. Sobre esta questão, Santos (1994a, p. 129-130) argumenta que:

O princípio da diferenciação entre os lugares, dentro de uma mesma formação social, é dado, sobretudo, pela força de inércia representada pelas heranças do passado, a começar pelo espaço construído, que acaba por ser um dado local e pelos elementos de transformação, representados por uma divisão do trabalho que transcende os limites locais (p. 126) [...] O uso da cidade pelos agentes econômicos e a disputa entre agentes para se assenhorearem de certas frações do espaço urbano ilustram, de um modo novo, o antigo debate acerca dos valores de uso e dos valores de troca (p. 128) [...] A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas [...] Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente. Assim, às diversas

combinações infra-estruturais correspondem diversas combinações supra-estruturais específicas.

Desta maneira, a ação de produzir e reproduzir territorialmente a cidade não significa apenas atender a uma demanda crescente por espaço urbano, resultado do aumento populacional e dos papéis socioeconômicos e urbanos desempenhados, mas expressa as intenções dos agentes envolvidos na produção do espaço urbano.

As cidades têm crescido acentuadamente gerando grandes problemas sociais, sobretudo, por conta da expansão territorial urbana que está sujeita às leis de mercado e aos interesses do capital incorporador. A abertura de loteamentos de alto padrão e a construção de conjuntos habitacionais sob a legitimação do Estado promove a expansão urbana da cidade e acentua a precariedade territorial das áreas urbanas de pouco interesse imobiliário, resultando no aprofundamento das desigualdades socioespaciais urbanas e predominando nestes lugares opacos da cidade os padrões de exclusão social, fruto da produção desigual e contraditória do espaço urbano.

Assim, entendemos que a produção do espaço urbano pode constituir-se em um processo seletivo de acessibilidade à cidade, acentuando a diferenciação do espaço urbano e contribuindo para precarização das condições de vida de parcelas significativas da população urbana. Nesta perspectiva, a produção desigual do espaço urbano e a expansão territorial urbana criam e recriam espaços cada vez mais diferenciados que reforçam a exclusão social, considerando a produção do espaço urbano enquanto processo social excludente que expressa a produção geográfica da exclusão social urbana verificada também na precariedade territorial das áreas de exclusão social.

## **1.2 – A EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA DE MARÍLIA**

A partir das explanações sobre a produção do espaço urbano, pautaremos agora em analisar a formação de Marília, que surge da confluência de três patrimônios, expandindo-se a partir do fracionamento gradual das propriedades que os circundavam. O rápido processo de crescimento da população urbana mariliense trouxe consigo outro processo relacionado com a conversão de terras até então de uso rural para uso urbano. A própria concorrência entre os patrimônios criados foi um motivo para apressar o desenvolvimento e as mudanças (GUIDUGLI, 1979).

Como primeiros agentes de produção do espaço urbano-regional em Marília, destacaram-se: a Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos; o senhor

Antonio Pereira da Silva, que fez o primeiro loteamento para fins urbanos; seguido do senhor Bento de Abreu Sampaio Vidal, que também promoveu o loteamento de suas terras para fins urbanos ao lado do empreendimento de Antonio Pereira da Silva. A preocupação destes proprietários era senão a ocupação da região como atrativo para a valorização e comercialização de lotes, mais do que a própria expansão da cafeicultura, pelo que consta da bibliografia estudada.

Seguidos destes, outros proprietários e Companhias também participaram do processo de estruturação fundiária e imobiliária a partir da fragmentação e comercialização de terras, que na década de 1930 se intensificou ainda mais, segundo Mourão (1994).

Assim, juntamente com o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico da cidade, temos o processo de expansão da cidade com a fragmentação de lotes. Este processo se dá primeiro pela passagem da terra rural para terra urbana, via intensa especulação.

Neste processo, Faleiros (1983) identifica três momentos. O primeiro que abrange a fundação da cidade e vai até a segunda guerra, período da ocupação da região – momento em que ocorrem os primeiros loteamentos. O segundo momento dura até a década de 1970 e nele o crescimento territorial da cidade se dá passo a passo com o crescimento populacional. E, finalmente, o terceiro momento inicia-se a partir da década de 1970 e inclui a década de 1980, com o crescimento da área urbana que se acelera através da criação de grande número de loteamentos.

Depois da criação de Marília em 1929, foi somente a partir de 1950 que se criaram novos loteamentos (início da expansão urbana). O processo de expansão do espaço urbano ocorreu a partir dos patrimônios iniciais em direção aos eixos norte e sul da cidade, seguindo os contornos da ferrovia. A partir da década de 1970 os eixos rodoviários em direção a Tupã, Garça, Assis, Lins e Ourinhos passaram a definir os vetores de expansão urbana e também a implantação das novas áreas industriais que se constituíram em direção aos extremos leste e noroeste da cidade.

É importante destacar que a expansão territorial urbana de Marília desenvolveu-se ao longo da estrada de ferro, que por sua vez, serviu de atrativo para a instalação das indústrias mais antigas da cidade e atualmente para a expansão dos loteamentos de alto padrão residencial e de maior valor imobiliário da cidade, pelo fato da ferrovia estar assentada sob o topo do relevo tabuliforme.

A década de 1970 marcou a terceira etapa de implantação dos loteamentos com o seu aumento em caráter descontínuo em relação ao espaço urbano, especialmente os loteamentos dos chamados bairros populares, que apresentam lotes de pequenas dimensões com muitas unidades habitacionais e que recebem constantes



contingentes de pessoas. Com isto tem-se o aumento das distâncias entre os extremos, ampliando a dicotomia lugar de residência e lugar de trabalho na cidade.

Neste sentido, o processo de expansão da cidade começou primeiro ao longo da ferrovia, sendo alterado na década de 1960 e acelerado na de 1970.

Segundo Guidugli (1979, p. 4):

Associado ao conjunto de variações do espaço, temos as exclusões de densidades residenciais, de população, de circulação, de redistribuição de atividades, de despovoamento setorial e de alterações nas estruturas etárias para as diferentes parcelas do território urbano [...]. No conjunto verifica-se que, dentro das cidades, um elenco de forças sociais, culturais e econômicas atua de forma associada, produzindo um vasto mosaico onde, cada parcela do território exibe texturas variadas de população. **Destamaneira**, são as relações entre a dinâmica do espaço e o crescimento da população que vão delinear as formas e os conteúdos da desigualdade social (**grifo nosso**).

Gasparoto (1973) em sua tese de doutorado analisou as mudanças socioeconômicas relacionadas ao processo de marginalização<sup>2</sup> da população em um momento de profundas transformações na estrutura urbana e demográfica da cidade de Marília. Neste sentido, Gasparoto (1973) buscou na dinâmica demográfica os elementos para compreensão da marginalização. Apesar da defasagem conceitual de seu trabalho, é praticamente o ponto de partida para outros trabalhos como o de Guidugli (1979), Faleiros (1983), Balestriero (1984) e Félix (1996).

Conforme Félix (1996), a população mariliense cresceu em detrimento da população regional e o seu crescimento resultou do aumento do fluxo migratório positivo, advindo da própria região e não de seu crescimento vegetativo. Assim, o demonstrativo do tempo de residência no município, de acordo com os dados do Censo de 1980, pode ser utilizado para demonstrar o crescimento populacional promovido pelos fluxos migratórios em direção a cidade.

Deste modo, em 1980 dos 26.624 domicílios permanentes existentes em Marília, 78,78% deles tinham menos de 10 anos, o que expressa a dinâmica demográfica do período e também o respectivo aumento dos bairros populares na década de 1970 com o novo surto de industrialização desencadeado na cidade. Porém, o rápido crescimento populacional e territorial da cidade a partir da década de 1970 acirrou as desigualdades e a diferenciação do espaço urbano contribuindo para a formação de áreas favelizadas em Marília.

Diante do exposto, podemos afirmar que a formação e expansão territorial urbana de Marília estiveram ligadas a um processo acelerado de ocupação, representado

---

<sup>2</sup>Termo frequentemente utilizado na década de 1970 para discutir questões ligadas à desigualdade socioespacial e à pobreza urbana.

principalmente pelos intensos fluxos migratórios, que transformaram as atividades produtivas em um curto período, o que forçaram à readaptação dos setores produtivos e da população. Além disso, há uma intensa mobilidade intraurbana, percebida pelo rápido e constante aparecimento de bairros novos e com a mudança de função dos bairros mais antigos.

Félix (1996) verificou no período de 1971 a 1980, que juntamente com o intenso processo de lançamento de novos bairros, houve também uma alta concentração fundiária, demonstrada através da quantidade de terrenos vagos (cerca de 50%) e do prolongamento de vários bairros, que ficou por volta de 20% dos loteamentos efetuados no período e também um intenso movimento de transferência da população do centro para a periferia.

Além desta intensa mobilidade populacional intraurbana em Marília, Faleiros (1983) observou que apenas 17% da população eram proprietários dos imóveis urbanos e que dentre estes proprietários 4% concentravam 43,7% dos imóveis urbanos na década de 1970.

Apesar de o aumento populacional urbano exceder o crescimento vegetativo, o que indica acréscimo de população por migração, a expansão territorial urbana foi ainda maior que o aumento populacional, servindo de estímulo para o mercado imobiliário e as conseqüências imediatas dessa dinâmica foram os novos rearranjos espaciais que acentuaram as diferenciações e desigualdades socioespaciais.

De acordo com Leme (1999, p. 168), entre os anos de 1970 e 1980, o rápido crescimento da expansão urbana deveu-se principalmente à falta de uma legislação urbanística municipal que regulasse a implantação de novos loteamentos na cidade, legislação que foi criada em 1985.

Desta maneira, o grande crescimento territorial da cidade de Marília entre os anos de 1970 e 1980 é explicado também pela regularização de loteamentos já existentes e pela ampliação do mercado imobiliário de terrenos, sendo que em meados da década de 1970, em boa parte do espaço urbano de Marília, a urbanização já havia atingido os limites impostos pela natureza e a formação de novos bairros de difícil acesso acentuou a mobilidade populacional.

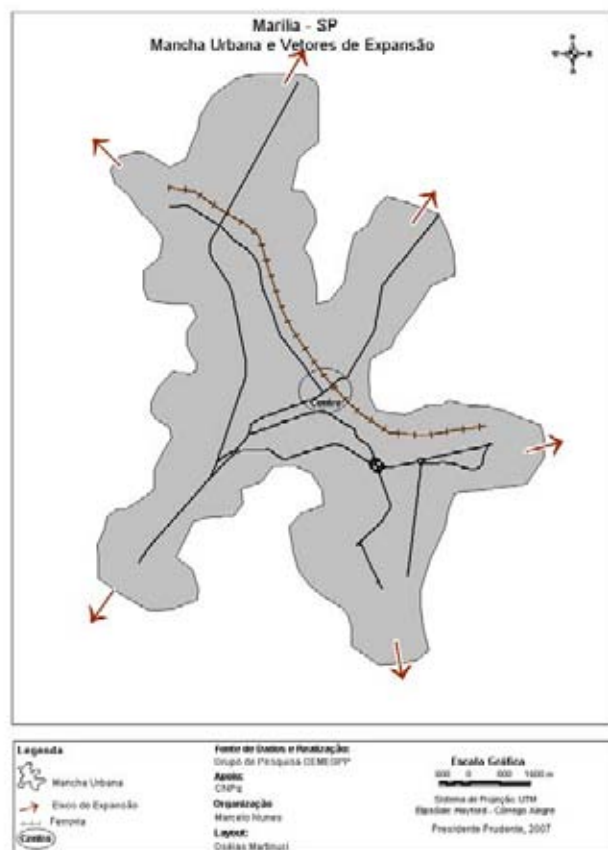
Segundo Guidugli (1979, p. 12), o sítio da cidade de Marília apresenta uma característica peculiar que interfere no uso que o homem faz do espaço, na medida em que a existência de inúmeras escarpas íngremes e festonadas denominadas "Itambés" separam o topo do relevo tabuliforme dos fundos de vale e define as áreas próprias a expansão urbana. Porém, a expansão territorial urbana de Marília algumas direções atingiu as bordas "itambés". Sobre este aspecto, Mourão faz a seguinte análise:

A organização espacial da malha urbana de Marília é bastante particular, principalmente pelo fato do município ser fruto da junção de três patrimônios próximos e distintos; da estrada de ferro ter sido inaugurada após a formação da cidade e por se localizar no espigão, cercada de *Itambés* (despenhadeiros na língua Tupi – paredões íngremes) que acabaram por influenciar a expansão urbana da cidade.

Os dois primeiros fatores fizeram com que a malha urbana projetada do tipo tabuleiro de xadrez de um patrimônio não se projetasse para o outro, ficando reservada entre o Patrimônio de Marília e o Patrimônio de Alto Cafezal, no divisor de águas, uma faixa para a futura passagem da linha férrea. Assim, as ruas que iriam formar o novo município se espalharam por ambos os lados da ferrovia, não havendo continuidade entre elas [...] A zona comercial não se concentrou em pontos tradicionais [...] já nascendo dispersa pela área central (MOURÃO, 1994, p. 215).

Assim, a expansão territorial urbana da cidade de Marília é ligada a dois fatores que dizem respeito ao quadro natural que contribuiu para a atual configuração da malha urbana, pois como a cidade é cercada por escarpas o sentido de sua expansão territorial até a década de 1980 obedeceu ao eixo norte-sul e a partir da década de 1990 tem-se a ampliação da expansão da cidade seguindo o eixo leste-oeste, conforme podemos observar na figura dos vetores de expansão da mancha urbana de Marília.

**Figura 3: Mancha Urbana e Vetores de Expansão em Marília - SP**



O segundo fator são os interesses imobiliários, na medida em que desde sua fundação em 1927, Marília cresceu territorialmente pela disputa de seus primeiros loteadores. Atualmente, o mercado imobiliário apropria-se do quadro natural do relevo tabuliforme para valorizar os imóveis e segregar os grupos sociais a partir da separação dos loteamentos fechados e das favelas<sup>3</sup> pelas escarpas.

No entender de Ribeiro (1996), ao estudar as contradições sociais existentes numa cidade conhecida como a capital do alimento, a formação de cinco favelas (Jardim Nacional, Jardim Tóffoli, Monte Castelo, Vila Barros e a Vila Real) na década de 1970 em Marília está ligada ao mercado imobiliário e a produção do espaço urbano.

Em conformidade com Zandonadi (2005, p. 49), ao analisar expansão territorial urbana de Marília em sua forma horizontal, verifica-se que a implantação de novos tipos de loteamentos (fechados)<sup>4</sup> na cidade vem direcionando expansão territorial urbana.

Para Zandonadi (2005, p. 112):

O espaço urbano é produzido socialmente, através de relações entre diversos agentes que produzem, apropriam e consomem este espaço, obedecendo a lógica de produção capitalista. As relações entre os agentes produtores do espaço expressam-se materialmente no território, com a alteração da paisagem urbana e expansão do tecido urbano. Redefinindo as relações econômicas e sociais na cidade, além da produção realiza-se a reprodução do espaço urbano, ambas obedecendo à lógica do capital, visando atender à reprodução e manutenção do sistema capitalista.

Os trabalhos de Ribeiro (1996), Nunes (2005) e Zandonadi (2005), a exemplo de Félix (1996), Faleiros (1983) e Guidugli (1979), chamam a atenção para o fato de que a produção do espaço urbano e sua expansão territorial urbana de Marília atuaram como um processo social excludente de precarização territorial das áreas em que reside a população menos abastada da cidade.

---

<sup>3</sup> De acordo com Santos (1989, p. 185;192), a expressão favela tem um sentido preciso, uma vez que ela se refere a um fenômeno específico. Geralmente a situação das favelas é periférica, embora as mais antigas situem-se no próprio centro da cidade, entretanto, a tendência geral é para o afastamento cada vez maior das favelas para longe do centro da aglomeração, à medida que o crescimento urbano se estende. Na característica jurídica e urbanística - por definição, a favela é um habitat clandestino; instala-se em terrenos públicos ou abandonados [...] Quanto às características sociológicas, as favelas são geralmente habitadas por recém-imigrados, com qualificação profissional quase nula, e gente sem fontes fixas de renda; por isso mesmo as favelas algumas vezes se constituem em lugares "privilegiados" do desenraizamento, da miséria e da criminalidade. Para o IBGE as favelas referem-se aos setores especiais de **Agglomerado Subnormal**, trata-se de um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada, densa e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

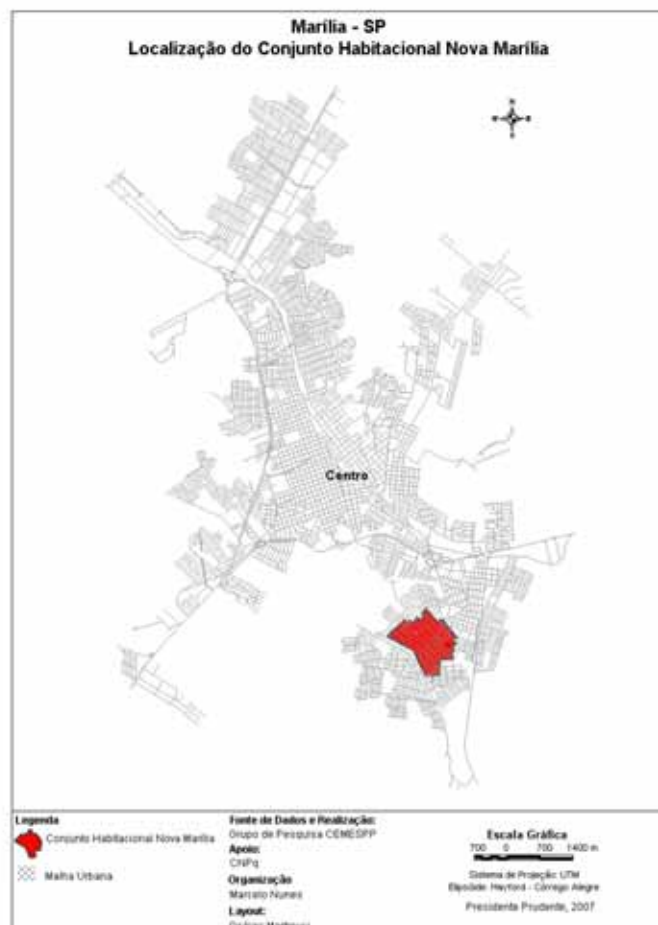
<sup>4</sup> Segundo Zandonadi (2005) estes empreendimentos imobiliários marcam uma nova lógica da expansão territorial urbana, expressa pela extensão e descontinuidade do tecido urbano, orientada cada vez mais por interesses fundiários e imobiliários. Deste modo, a implantação destas novas formas de habitat urbano traz algumas repercussões para a cidade, tais como, alterações nas relações centro-periferia dentro da cidade, a possível segregação socioespacial e a alteração da paisagem urbana.

De um modo geral, as décadas de 1970 e 1980 marcaram a implantação dos bairros populares em Marília, mediante o financiamento público. Como exemplo, podemos citar o conjunto habitacional Nova Marília, que “visava” atender às demandas da população operária e assalariada e foi também o maior empreendimento habitacional realizado pelo poder público na cidade. Deste modo, o conjunto habitacional Nova Marília surge juntamente com a nova fase da industrialização em Marília, induzida pela política nacional de desconcentração industrial e de desenvolvimento econômico das cidades médias na década de 1970.

Atualmente, o conjunto habitacional Nova Marília constitui-se num sub-centro comercial e de prestação de serviços da cidade, que polariza o consumo da população da zona sul da cidade. Este conjunto habitacional representa a expansão territorial urbana dos bairros populares e o distanciamento da população menos abastada em relação aos seus locais de trabalho.

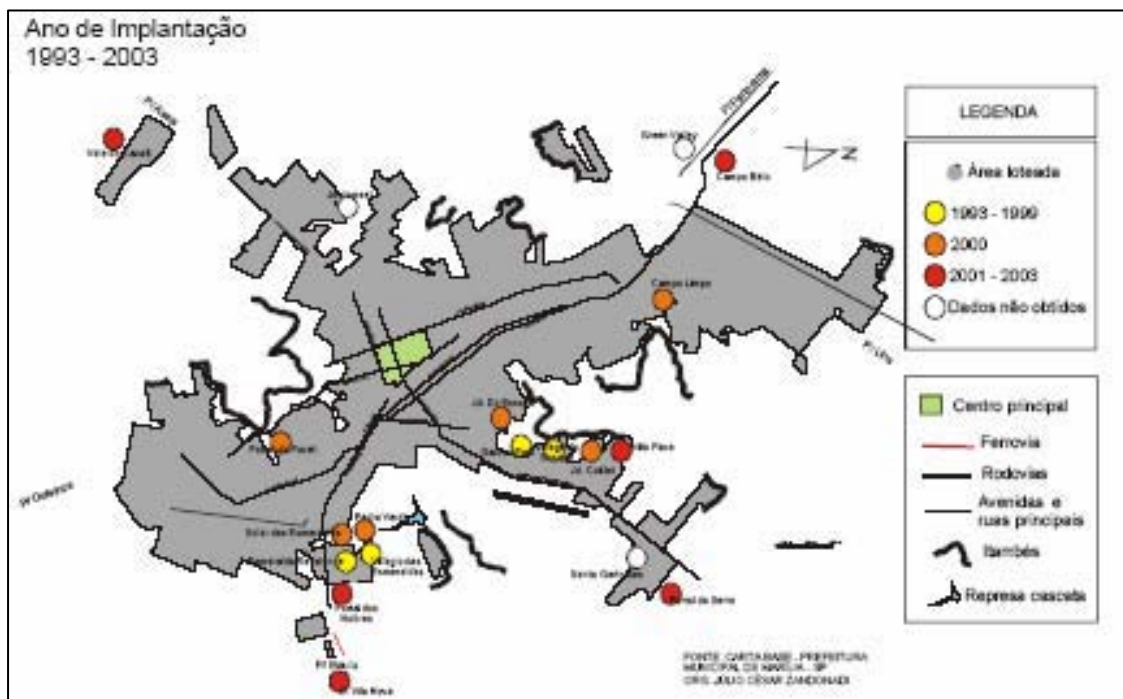
Na figura a seguir temos a localização do Conjunto Nova Marília sob o eixo de ruas de Marília.

**Figura 4: Localização do Conjunto Habitacional Nova Marília em Marília - SP**



Já a década de 1990 marca a fase mais atual da expansão territorial urbana na cidade, caracterizada pela implantação dos loteamentos fechados, sobretudo, na zona leste de Marília, configurando-se em uma nova forma de *habitat urbano fruto* de um novo produto imobiliário, como demonstra Zandonadi (2005). Isto nos mostra a nova dinâmica da produção do espaço urbano em Marília e nos permite afirmar que a cidade vive uma quarta etapa de expansão territorial urbana via os loteamentos fechados que expressam claramente a auto-segregação da classe média alta de um lado da cidade e reforçam os padrões de exclusão/inclusão social. Na figura 5 temos a localização dos loteamentos/condomínios fechados, segundo Zandonadi (2005).

**Figura 5: Localização dos loteamentos/condomínios fechados em Marília - SP**



Fonte: Zandonadi, 2005.

Ao analisar o espaço intraurbano de Marília, observa-se que os diversos segmentos socioeconômicos estão distintamente distribuídos por diferentes áreas da cidade. Como exemplo, podemos citar a zona sul da cidade, onde estão localizados bairros como o Conjunto habitacional Nova Marília e os bairros de exclusão social como o Jardim Santa Paula, o Jardim Homero Zaninoto, o Jardim Nacional, a Vila Real, o Jardim Tófoli e o Jardim Continental, dentre outros em que a maior parte da população é de um segmento econômico menos favorecido, bem como a zona norte, onde situa-se áreas de exclusão como a favela da Vila Barros (a noroeste do centro) e os bairros Santa Antonieta e Parque das Nações (extremo norte da cidade). A zona oeste é caracterizada por conter uma

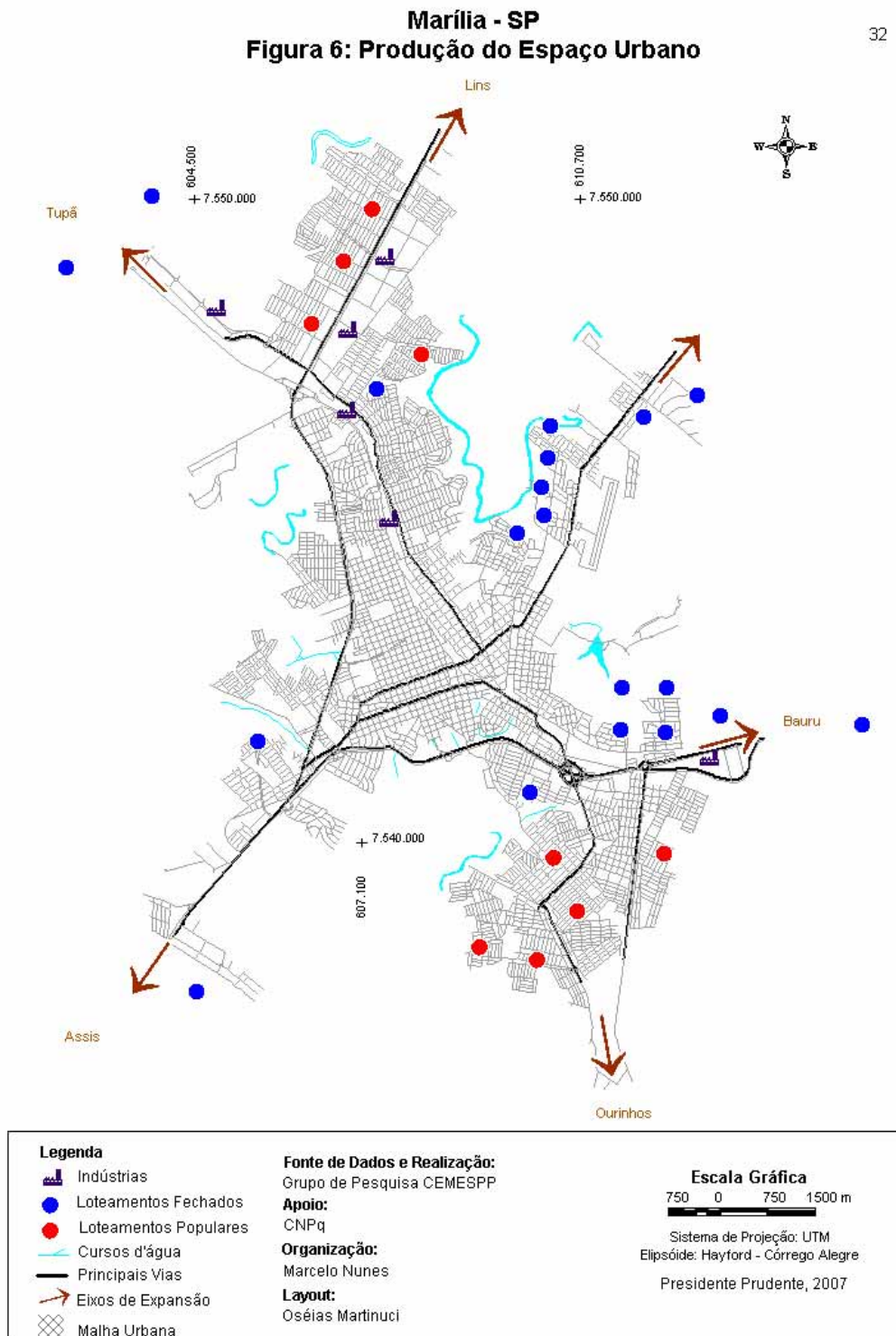
população com diferentes faixas de poder aquisitivo. Porém, concentra-se nos bairros Vila Coimbra, Argolo Ferrão e Jardim Fontaneli uma população de baixo poder aquisitivo, estando todos localizados na zona oeste. A zona leste é um setor diferenciado dos demais, pois os habitantes desta área da cidade em sua maioria apresentam alto poder aquisitivo (NUNES, 2005).

Temos nestas duas últimas fases de expansão territorial urbana em Marília a presença indispensável do poder público na condução da produção desigual do espaço urbano. Entretanto, ao lado deste agente de produção do espaço urbano, temos ainda a presença do capital incorporador que tem atuação direta e decisiva na condução da atual fase de expansão territorial da cidade que se expressa, sobretudo, nos loteamentos fechados.

Não obstante, a implantação de loteamentos fechados e condomínios horizontais na cidade de Marília têm como pano de fundo a busca do aumento do preço do solo urbano. Nesta dinâmica, o Estado age interferindo no mercado imobiliário, valorizando preços do solo urbano em certas áreas da cidade, com ações que legitimam as práticas especulativas do capital imobiliário, privilegiando apenas algumas camadas da sociedade (ZANDONADI, 2005, p. 115).

Na figura a seguir temos um mapa síntese dos rumos tomados pela produção do espaço urbano e expansão urbana em Marília, a partir dos eixos de expansão da cidade, da localização dos loteamentos populares e fechados e dos distritos industriais. Observando as características do sítio urbano de Marília e o traçado das vias principais da cidade verifica-se que os loteamentos e condomínios fechados seguem a direção das vias principais de acesso a cidade, formando os atuais eixos de expansão e localizam-se nas extremidades do perímetro urbano, bem como os loteamentos populares e conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público seguem os extremos norte e sul da cidade, também seguindo a direção das principais vias. Já as áreas industriais concentram-se nas direções leste e norte sobre os topos do relevo tabuliforme e festonado de Marília.

Figura 6: Produção do espaço urbano de Marília - SP





Buscando compreender a produção do espaço urbano em cidades médias recorreremos a Marisco (2003) por entender que os instrumentos urbanísticos – “as leis” – adotadas pelo poder público em muitos casos podem atuar como legitimadoras e ratificadoras da desigualdade socioespacial e não servem como instrumento de democratização do uso e ocupação do solo urbano.

Nesta perspectiva, Lojkine (1981) afirma que Estado em uma economia capitalista, atua na política de desenvolvimento urbano como agente determinante da configuração do espaço urbano, na medida em que a política estatal atua como mecanismo legitimador de práticas excludentes. Desta maneira, o Estado atua como gestor e regulador de acesso aos meios de consumo coletivo pelas diferentes classes e frações de classe, criando um acesso desigual às mesmas.

Assim, o acesso desigual aos meios de consumo coletivo (equipamentos urbanos e infra-estrutura) “entrava a socialização do espaço urbano”, configurando-se em um padrão de uso e ocupação do solo seletivo.

Conforme Marisco (2003), a cidade, enquanto produto social apropriada privadamente, é resultado de uma socialização capitalista. Socialização porque os denominados capitais comuns, de meios de consumo coletivo, não são produzidos por capitais individuais, mas pelo Estado. Porém, de maneira seletiva porque os beneficiários não é a coletividade, mas uma minoria, segundo uma hierarquia de poder (político e econômico).

Desta forma, o Estado tem o papel na definição das políticas urbanas a possibilidade de regular o conflito social pela apropriação da cidade, entretanto o Estado capitalista produz e reproduz um espaço urbano cada vez mais diferenciado e precário em seu atributo territorial.

Neste sentido, a produção do espaço urbano pode ser vista como um processo reforçador da exclusão social, na medida em que os instrumentos urbanísticos têm e se transformam em mecanismos legitimadores da vulnerabilidade socioespacial. Isto ocorre pelo fato de haver uma estreita relação entre as políticas públicas e os impactos espaciais dessas políticas, relacionadas a problemática da carência de fatores considerados essenciais à reprodução da vida humana, os quais incluem o direito à saúde, à educação, à habitação, à alimentação, à infra-estrutura, etc (Marisco, 2003).

Ao reportar sobre a questão da exclusão social, Marisco (2003) considera como sendo um conjunto de perdas não somente relacionado à razão econômica, mas inclui perdas também no campo social, afetivo, familiar, político e inclusive territorial. Somando-se a este conjunto de perdas, é apontada ainda a condição de permanente irregularidade urbanística que vive uma parcela da população, que mantém excluída de um conjunto de parâmetros legais que possibilitam viver em condições adequadas de habitabilidade. Diante

disso, a autora constrói o conceito de exclusão urbanística, ao estabelecer uma relação entre a norma e o fato, mostrando que existe um distanciamento no que está estabelecido legalmente e a realidade. Segundo ela,

[...] a exclusão urbanística é associada ao conjunto de perdas que caracteriza a exclusão social [...] Assim, a exclusão social também se caracteriza pela exclusão aos direitos mínimos de se viver em condições adequadas, e isso quer dizer direto ao conjunto de benefícios urbanos, tais como infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos (MARISCO, 2003, p. 3).

Assim, os padrões de exclusão social em Marília – não diferente de outras cidades como Presidente Prudente e São José do Rio Preto – são legitimados pelos instrumentos urbanísticos sob o comando do poder público local.

Em Marília, a auto-segregação da população de médio e alto poder aquisitivo regulamentada pelo poder público municipal com a implantação dos loteamentos fechados a partir de 1993 acabou por acentuar a precariedade territorial, na medida em os bairros populares e as favelas localizam-se em alguns casos ao lado dos loteamentos e condomínios fechados. Porém, trata-se de uma segregação que está além dos muros, ou seja, são verdadeiros territórios precários devido à vulnerabilidade socioespacial resultante de processos sociais excludentes acentuados pelo próprio processo de produção do espaço urbano.

Nesta perspectiva, entendemos que a acelerada urbanização acompanhada da globalização e das crises econômicas coloca-nos diante de processos sociais excludentes presentes tanto nas metrópoles quanto nas cidades médias e que tornam cada vez mais vulneráveis parte significativa de nossa população urbana.

Os espoliados não estão excluídos do processo produtivo e não têm reconhecimento dos seus direitos e deveres, não possuem nem sua própria identidade, bem como não participam dos espaços de decisão coletiva, o que remete à destituição do poder e da autonomia. Contudo, o desafio está em buscar modelos de políticas que combinem às novas exigências da economia urbana globalizada à regulação pública da produção da cidade e o enfrentamento do quadro de exclusão social.

Nesta análise da produção do espaço urbano de Marília, buscamos respaldar a relação entre os processos sociais e as formas espaciais da cidade, na medida em que a desigualdade social também se manifesta numa desigualdade do espaço conforme propõe Harvey (1980).

Qualquer teoria geral da cidade deve relacionar à forma espacial que ela assume [...] a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a que inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre as imaginações sociológica e geográfica. Devemos relacionar o comportamento social, de acordo com a geografia e a forma espacial que a cidade assume. Devemos reconhecer

que uma vez criada uma forma espacial particular, ela tende a institucionalizar e, em alguns aspectos, a determinar o futuro desenvolvimento do processo social. Necessitamos, sobretudo, formular conceitos que nos orientem a harmonizar e integrar estratégias capazes de lidar com as complexidades do processo social e os elementos da forma espacial (HARVEY, 1980, p. 14; 17).

Em conformidade com Harvey (1980, p. 48), o rápido crescimento da cidade mudou a sua forma espacial, havendo a necessidade de reorganizar a localização e distribuição de algumas atividades no sistema urbano, fato este observado em Marília por conta dos ciclos econômicos da região que foi redimensionando a localização das atividades industriais da cidade.

Para Harvey (1980, p. 49), a mudança de localização da atividade econômica na cidade significa uma mudança de localização de oportunidades de emprego. Deste modo, a mudança de localização da atividade econômica significa mudança de localização de oportunidades de moradia e de transportes.

Assim, as mudanças na forma espacial e nos processos sociais da cidade alteram a renda do indivíduo e produzem territórios precários. Neste sentido, é que Pontes (2001) coloca a necessidade de estudar os novos papéis que as cidades intermediárias vem desempenhando no âmbito da rede urbana brasileira e que podem ser ratificadores da exclusão social, como podemos observar em Marília a partir da análise de produção de seu espaço urbano que aponta para o seu caráter excludente devido a um conjunto de fatores como: o crescimento da expansão territorial maior em relação ao crescimento populacional que acaba por acentuar a concentração de lotes urbanos e conseqüentemente a valorização imobiliária, retirando dos menos favorecidos a possibilidade e o direito à moradia e à cidade; a falta de legislação urbanística até meados dos anos de 1980 para regular a expansão urbana; o afastamentos dos bairros populares que dificultou o acesso à cidade e aos equipamentos públicos como no caso dos bairros localizados nos extremos norte e sul da cidade, bem como a implantação dos condomínios fechados que acentuam a diferenciação social e a precariedade territorial, ambos empreendimentos promovido sob a “tutela” do próprio poder público municipal.

A análise da formação e produção do espaço urbano de Marília, por suas características socioespaciais, permite a sua inserção na pauta de estudos sobre as cidades médias, principalmente quando consideramos a tipologia urbana, a dinâmica regional, a situação geográfica, as diferenciações socioespaciais que acompanharam o processo de urbanização e, que por sua vez, propiciou a formação de centros urbanos que cumprem papéis intermediários na rede urbana – como é o caso de Marília.

## CAPÍTULO 2: O DEBATE SOBRE CIDADES MÉDIAS

Nosso objeto de estudo pauta-se na análise da produção do espaço urbano relacionando-a com os processos sociais excludentes em cidades médias. Deste modo, tomamos como recorte analítico a cidade de Marília que teve sua formação e expansão urbana ligada ao processo de urbanização, por sua vez, que propiciou o crescimento demográfico dos centros urbanos intermediários. Assim, consideramos Marília como uma cidade média por conta de suas características socioespaciais e sua tipologia urbana em decorrência da concentração de indicadores econômicos e sociais. Isto nos remete à necessidade de um entendimento sistematizado a respeito da formação destes centros urbanos no âmbito da urbanização brasileira.

O crescimento da população urbana de Marília acompanhou a denominada passagem do “Brasil Rural” para o “Brasil urbano” entre 1940 e 1970, em decorrência do intenso fluxo migratório em direção às cidades, somado ao processo de industrialização que marcaram o aumento considerável do número de cidades com mais de 100.000 habitantes e também o próprio crescimento demográfico gradativo dessas cidades (SPOSITO, 2006).

Neste patamar, a questão das cidades médias apresenta um importante campo referencial de análise que passa pelos estudos de Geografia Regional e ganha relevância quando tratada na pauta de estudos da Geografia Urbana, principalmente quando relacionamos o espaço urbano à rede de cidades.

O crescimento de cidades distantes das áreas metropolitanas tem chamado à atenção dos estudiosos da Geografia Urbana e Regional desde a década de 1970. Rochefort (1975) definiu a cidade média como “*um centro urbano em condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia*”. Depois dele, outros trabalhos também foram importantes para a emergência do debate como Andrade e Lodder (1979), Pierre George (1983) e recentemente os trabalhos de Soares (1999), Pontes (2001), Andrade e Serra *et al* (2001) e Sposito (2001; 2003 e 2004).

Em conformidade com Sposito (2004), as novas dinâmicas econômicas impõem relações entre localizações e fluxos que se estabelecem articulando diferentes escalas geográficas de estruturação dos espaços urbanos, rompendo os recortes espaciais (rede urbana ou relação entre cidades) e espaço intraurbano (estruturação interna das cidades).

Segundo Smith (1988), para se compreender completamente o desenvolvimento desigual do capitalismo e da própria urbanização, seria necessário

entender a origem das escalas geográficas, na medida em que se aumenta a importância da produção do espaço para a sobrevivência do próprio capitalismo.

A análise dos problemas urbanos a partir da articulação de diferentes escalas, como a relação entre a escala intraurbana e interurbana permitem a busca de explicações dos processos e formas presentes nos centros intermediários que nem sempre são iguais aqueles presentes nas metrópoles.

Conforme Sposito (2006), os estudos tem revelado que

a expansão urbana das “cidades médias, por um lado, apresenta indicadores semelhantes aos que tanto caracterizam as metrópoles, entre esses, a descentralização, a verticalização, a transformação de espaços rurais em áreas urbanas (primeira ocupação), o rearranjo de bairros e a estratificação do uso do espaço urbano; por outro, mostra diferenças quantitativas (número de habitantes, fluxo de automóveis, indicadores sociais e econômicos etc.) e qualitativas, como a *vida urbana* e a *vida cotidiana* nessas cidades. Por outro lado, há determinantes e decorrências dessas dinâmicas que, nas cidades médias, ocorrem de forma diversa. Tais processos vêm sendo analisados, porém, na maioria das vezes, de forma localizada ou pontual (SPOSITO, 2006, p. 17).

Neste sentido, as estratégias de produção do espaço urbano das cidades médias podem até ser as mesmas das metrópoles, porém, as formas de materialização são diferentes.

De acordo com Smith (1988, p. 197), é na escala do espaço urbano que o capital encontra sua expressão geográfica no desenvolvimento urbano, sendo que é na expansão urbana que se constrói a diferenciação do espaço urbano. Assim, a célula básica constituinte do espaço urbano é o espaço absoluto individual da propriedade privada e cada um desses espaços tem preço na forma de renda do solo e, portanto, a escala urbana é o produto de um processo de diferenciação executado através da centralização do capital. Neste sentido, o desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital.

Desta maneira, a discussão sobre cidades médias torna-se relevante em virtude de seu rápido crescimento populacional e econômico. Aliado a isto, é preciso considerar a ineficiência das políticas públicas, bem como dos planos urbanísticos, que além de acentuar a exclusão social refletem a falta de infra-estrutura urbana básica. É por esta razão que buscamos analisar as formas e processos que conferem padrões de exclusão social em cidades médias como Marília, considerando que a exclusão social é uma síntese de processos multiescalares que se reforçam e se legitimam com a produção do espaço urbano.

Ao articular a exclusão social à produção do espaço urbano em Marília, visamos enriquecer os conteúdos abarcados pelo debate em torno dos processos e

questões referentes às cidades médias, remetendo-nos a necessidade de analisar também os diferentes posicionamentos a respeito das delimitações conceituais sobre cidades médias.

Muitos dos trabalhos que abordam o tema “cidades médias” apóiam-se em tipologias de cidades baseados em critérios definidos empiricamente, não precisando conceitualmente o que se considera como cidade média. Apesar da discussão não ser nova, o tema ainda vem sendo tratado no campo noção, o que reforça a utilização de referenciais conceituais e metodologias de análise desenvolvidas para as metrópoles.

Em conformidade com Amorim Filho e Serra (2001, p. 2-3), “*não existe uma idéia consensual do que seriam as cidades médias [...] as definições de cidades médias sujeitam-se muito mais aos objetivos de seus pesquisadores ou dos promotores de políticas públicas*”.

Assim, os estudos que se propõe fazer uma leitura das cidades médias utilizam-se do critério demográfico para caracterizar estes espaços urbanos, mas é pouco preciso, principalmente por se tratar de uma base metodológica empírica e serve apenas para definir uma tipologia de cidades. No entender de Sposito (2001), há um consenso do que seja uma cidade média, apoiada numa noção construída na segunda metade do século XX.

Desde a década de 1970, vários estudos voltados principalmente para o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) vêm discutindo possíveis classificações de cidades médias.

Pontes (2001, p. 578), por sua vez, apresenta os critérios utilizados inicialmente para a escolha das cidades médias no Estado de São Paulo, segundo a PNDU e o Programa Nacional de Capitais e de Cidades Médias na década de 1970. São eles:

– **Critérios demográficos:**

– Força de atração populacional;

– **Consumo de energia elétrica residencial e comunicações (chamadas telefônicas)**

– **Número de relacionamento ou vínculos que mantêm com outros centros urbanos** (fluxos agrícolas e distribuição de bens e serviços à economia e à população)

– **Acessibilidade**

– **Lazer e Preservação**

– **Outros:**

– Dinâmica econômica: renda; ICM; estrutura da PEA e capacidade de absorção de mão-de-obra;

– Comportamento regional: posição espacial a centros mais dinâmicos.

As diretrizes gerais do Programa Nacional de Capitais e de Cidades Médias tinham como objetivos principais: - propiciar novos pólos de desenvolvimento; - desconcentrar a população e as atividades econômicas; - criar novos empregos; - reduzir disparidades de renda.

Posteriormente, segundo Pontes (2001), foi feito um redimensionamento dos critérios adotados, discernindo então: os *critérios espaciais* (os quais preferimos chamar de interurbanos) e os *critérios intraurbanos*.

**Critérios espaciais:**

- relevância regional;
- localização em relação aos eixos principais;
- existência de programas especiais na área;
- distância de outras aglomerações ou centros e;
- posição estratégica.

**Critérios intraurbanos:**

- dimensões demográficas;
- desempenho recente;
- grande proporção de migrantes recentes;
- estrutura da PEA;
- pobreza urbana e;
- evolução urbana recente.

Ao discutir o que seriam as cidades médias, não visamos encontrar resposta para uma possível conceituação, mas buscamos apontar alguns elementos que permitam apontar os papéis desempenhados por estas cidades na rede urbana. Pois, a dificuldade em conceituar as “cidades médias” decorre do rápido aumento da taxa de urbanização do Brasil, que redefiniu a rede urbana e trouxe mudanças significativas e de difícil apreensão nas áreas urbanas, quando se considera que a divisão do trabalho torna-se mais complexa e as cidades, centros regionais com contornos e funções mais definidos, constituem-se em centros com considerável nível de concentração de atividades econômicas (GUIMARÃES *et al*, 2003).

Neste sentido, o termo “cidade média” nos remete, portanto, ao debate a respeito de quais critérios seriam mais relevantes para identificá-las. O primeiro e mais utilizado dos critérios é o demográfico, com parâmetros bastante objetivos, mas que são capazes de identificar apenas o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias e não expressa correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede. Por conta disso, Sposito (2001) considera que não pode ser tomado como marco definidor principal, pois não é o único que influencia a realidade e dinâmica intraurbana.

Para Amorim Filho e Serra (2001):

[...] o critério de classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação, sendo capaz apenas de identificar o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias. Tal critério toma a população como *proxy* do tamanho do mercado local, assim como um indicador para medir o nível de infra-estrutura existente e grau de concentração das atividades (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 3).

Desta maneira, o critério demográfico, que é o mais conhecido e utilizado na definição das cidades de porte médio, “*é capaz apenas de identificar o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias*” (AMORIM, 2001). Desta forma, sua abordagem apresenta muitas variações e serve apenas para “*estabelecer recortes para organização dos dados, segundo períodos e realidades socioespaciais*” (SPOSITO, 2001).

Mas, é preciso avançar na consolidação de critérios mais consistentes para a definição e identificação das cidades médias brasileiras. Para tanto, é necessário reconhecer que as metodologias utilizadas para se definir os papéis das cidades médias podem ser divididas em duas vertentes analíticas que estão relacionadas. Por um lado, temos as funções interurbanas desempenhadas por uma cidade no âmbito da rede urbana e, por outro lado, temos os processos intraurbanos próprios da dinâmica interna da cidade.

Com relação às funções interurbanas, podemos destacar alguns critérios utilizados como a relevância regional que remete à forma como a cidade de tamanho intermediário relaciona-se com as outras cidades ao seu redor, com suas semelhantes e com as metrópoles. Neste sentido, as cidades médias compreenderiam aquelas que estariam num nível em que seu oferecimento de serviços, sua produção, sua capacidade de oferecer empregos influenciariam o direcionamento de fluxos que deixam de ser dirigidos para as metrópoles, estabelecendo as cidades médias como centros de atração.

O que não se pode é separar a relevância regional de uma cidade do seu processo de formação e de produção do espaço urbano, uma vez que é este processo que determina os diferentes graus de interação da cidade com seu espaço regional e aglomerações urbanas de hierarquia superior, ou seja, a formação contribui para determinar a potencialidade da cidade. No entanto, de acordo com Pontes (2001), o critério da relevância regional é visto como comparativo, considerando-se o destaque de uma cidade no conjunto de cidades da região.

Assim, as posições nas quais as cidades se localizam no território, ou seja, a situação geográfica, também é outro fator muito importante que deve ser considerado. Pois, a proximidade das cidades a recursos econômicos importantes ou aos nós do sistema de transportes é fundamental para a sua dinâmica. Desta forma, a boa posição espacial relativa a centros mais dinâmicos influencia no comportamento regional, gerando certo grau de autonomia de uma cidade em relação às cidades ao seu redor. Para Sposito (2001, p.



627), a distância que as cidades médias se encontram das metrópoles é um fator relevante, principalmente na absorção de investimentos.

A situação geográfica de uma cidade está relacionada à capacidade de oferecimento de serviços no âmbito das cidades médias, sendo que quanto mais distante da metrópole e de outras cidades de porte semelhante, maior é a força de atração de um centro urbano em relação ao contexto regional e maior será o raio de influência. O aumento de investimentos nas cidades também propicia o desenvolvimento do setor tecnológico, devido também a maior tendência de concentração industrial, refletindo assim a capacidade de consumo dessas cidades, que englobam a tendência ao declínio dos custos e maior diversificação dos transportes, telecomunicação e reorganização espacial das atividades econômicas. Tudo isso influencia diretamente na infra-estrutura urbana das cidades médias, uma vez que é a capacidade de consumo o suporte que possibilita o desenvolvimento do dinamismo e a complexidade funcional, já que essas cidades exercem e possuem grande variedade dos papéis e funções desempenhados.

Neste sentido, igualmente importante para se definir uma cidade média, é a análise dos critérios e fatores intraurbanos que foram definidos da seguinte forma:

- desempenho e dinamismo econômico, definido pela capacidade de agregação de valor das atividades produtivas localizadas na cidade, que remete à estrutura ocupacional da população economicamente ativa, principalmente aquela ligada ao setor secundário;
- a complexidade na relação entre pobreza urbana e concentração espacial da renda;
- evolução urbana recente, considerando a taxa de crescimento urbano e o dinamismo dos movimentos migratórios em direção à cidade (GUIMARÃES et al, 2003).

Conforme apontamos no artigo intitulado “Cidades Médias: Territórios da Exclusão” da Revista Cidades de 2005, em parceria com Vieira e Guimarães, essas cidades tiveram uma evolução do seu espaço urbano muito recente, marcada principalmente pelo crescimento do seu sítio urbano acelerado e repentino. Este fato talvez seja um dos motivos pelos quais, atualmente, a organização deste espaço seja tão mal administrada e dirigida com intervenções urbanas que comprometem a aparência destas cidades, na medida em que o planejamento urbano das cidades médias apresenta maior dificuldade de equacionamento em função da força política e econômica dos agentes de produção do espaço urbano e o rápido crescimento destas cidades está produzindo um espaço urbano profundamente desigual. Sendo o planejamento urbano um resultado das combinações de forças entre estes agentes que produzem a cidade, a produção do espaço urbano está acirrando as diferenciações socioespaciais e condicionando a exclusão social.

## 2.1 – AS (DE) LIMITAÇÕES CONCEITUAIS A RESPEITO DAS CIDADES MÉDIAS

O critério demográfico ao ser usado como definidor das cidades médias apresenta um caráter limitado, ficando restrito a uma noção historicamente construída com o aumento da população urbana em detrimento da população rural no Brasil e distancia-se da possibilidade de fomentar um conceito de cidade média.

Uma questão pertinente apontada por Sposito (2004) é a diferenciação entre cidades médias e cidades de porte médio. Para tanto, partimos da concepção de que as cidades de porte médio podem ser definidas a partir de parâmetros objetivos e permitem apenas estabelecer uma tipologia funcional e hierárquica de cidades, podendo ser classificadas de acordo com o critério demográfico. Já o termo "cidades médias" situa-se no campo de uma noção que foi construída seguindo as tipologias funcionais, mas que por outro lado, pressupõe a construção de um conceito, na medida em que busca analisar os papéis e processos das cidades médias na rede de cidades.

Conforme Sposito (2003, p. 21), o conceito de "cidades médias" é adequado apenas para as cidades de porte médio que desempenham papéis intermediários e/ou regionais no conjunto da rede urbana.

Assim,

Podemos admitir a existência de cidades de porte médio, em função da característica que lhe é intrínseca, como seu tamanho demográfico, mas não podemos reconhecer se uma cidade de porte médio é uma cidade média, ou seja, aquela que desempenha papéis de intermediação na rede urbana, sem compreender, ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços), como sua relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento de seus papéis na estruturação urbana da rede) (SPOSITO, 2004, p. 331).

Deste modo, tomando o critério demográfico como definidor de uma tipologia de cidade, reconhecemos que toda cidade média é primeiramente uma cidade de porte médio. Mas nem toda cidade de porte médio corresponde com os papéis desempenhados por uma cidade média, bem como, nem sempre ocupa uma situação geográfica favorável para desempenhar suas funções regionais. Por isso, há um número bem maior de cidades de porte médio em relação às cidades que desempenham papéis intermediários (SPOSITO, 2004, p. 332).

Assim, não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana, na medida em que cidades de mesmo porte populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância

(GUIMARÃES, 2003). Por exemplo, podemos citar as cidades de tamanho médio que são parte de metrópoles.

Sposito (2004, p.332) salienta que:

[...] Superar o patamar da necessária distinção entre cidades médias e cidades de porte médio é importante, mas indica que estamos, ainda, iniciando um caminho que, no plano teórico-metodológico, deverá nos levar, de forma um pouco mais segura, à compreensão de como vêm se redefinindo as estruturas urbanas dessas cidades e os seus papéis nas redes urbanas.

Para Santos (1994), as cidades médias devem ser definidas de acordo com o nível de complexidade da divisão do trabalho, ou em outros termos, pela diversificação de bens e serviços ofertados localmente. De acordo com o autor, tal proposta apresenta um dinamismo implícito, ou seja, é que para atender este requisito básico, as cidades médias devem conter um limite mínimo de 100 mil habitantes.

Segundo Santos e Silveira (2001), as cidades médias comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos e financeiros para as aglomerações maiores.

Para estes autores, as cidades são pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades e os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando-se em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. Desta forma, as cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas, constituindo-se em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional.

Não obstante, os indicadores de centralidade regional e de complexidade econômica remetem à necessidade de se compreender o grau de modernização dos equipamentos, que permitem identificar uma cidade média, contextualizando-a no tempo e no espaço de referência. Nesta perspectiva, aspectos estruturais como a concentração da pobreza, o entrelaçamento das atividades econômicas com outras cidades e as mudanças intra-urbanas relativas às centralidades nas cidades médias, somados às mudanças na configuração socioespacial, como a conformação em redes e a descontinuidade territorial urbana, são questões que se articulam na produção do espaço urbano e mudam a realidade destas cidades (GUIMARÃES *et al*, 2003). Nesta perspectiva, delimitação conceitual das cidades médias é relativa ao seu papel e dinamismo na rede urbana e aos processos multiescalares definidores das formas intraurbanas.

## 2.2 – URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS

Na segunda metade do século XX, o Brasil apresentou um intenso processo de urbanização e como exemplo podemos considerar o rápido crescimento da população urbana no país, que em 1940 era de 26,3% e neste início do século XXI representa 81,2% da população total do país (MARICATO, 2001).

Conforme Santos (1994, p. 73), a expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades.

Segundo Sposito (2004, p. 325):

Os estudos sobre cidades médias passaram a ter alguma importância no âmbito da Geografia, à medida que as políticas de planejamento e a reflexão sobre as formas de estruturação das redes urbanas ganhavam corpo, a partir da década de 1960.

No caso da Geografia brasileira, a influência francesa foi grande no despertar o interesse por essa temática [...] **uma vez que** criou condições favoráveis ao desenvolvimento de estudos e à formulação de propostas de estímulo à constituição de novos pólos industriais, à luz da Teoria dos Pólos Centrais de François Perroux (**grifos nossos**).

Assim, a aceleração do fenômeno da urbanização foi um dos fatores que contribuíram para aumentar a importância da planificação urbano-regional após a Segunda Guerra Mundial. É neste contexto que na década de 1970 o tema das cidades médias vai se inserir na tendência (e na necessidade) de se promover uma desconcentração populacional das metrópoles e de suas atividades, para diminuir os problemas dos grandes centros (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 4-5).

Neste sentido, Amorim Filho e Serra (2001) colocam que três grandes problemas geográficos e socioeconômicos estiveram presentes na preocupação com o tema das cidades médias. São eles:

- a exacerbação de problemas de desequilíbrios urbano-regionais;
- o agravamento da qualidade de vida nas grandes aglomerações urbanas, bem como, um aumento acelerado dos problemas sociais aí verificados;
- a frágil organização hierárquica das cidades e, obviamente o fluxo insuficiente das informações e das relações socioeconômicas nas redes urbanas, com reflexos negativos sobre o funcionamento do sistema político-econômico. (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 5)

Diante disso, a partir da década de 1970, o crescimento das cidades médias teve um papel estratégico para as políticas de desenvolvimento urbano-regionais no Brasil. Ainda conforme Amorim Filho e Serra (2001, p. 9):

A procura de maior equilíbrio inter-urbano e urbano-regional, a necessidade de se interromper o fluxo migratório na direção das grandes cidades e metrópoles, a busca de maior eficiência para alguns ramos produtivos e a necessidade de multiplicação de postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional foram, os principais objetivos explicitados ou não – das políticas urbanas que centralizavam esforços no apoio ao desenvolvimento das cidades médias brasileiras.

No Brasil, as primeiras preocupações sobre a questão vêm com o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) criado com o intuito de fortalecer as metrópoles regionais e as cidades de porte médio (SOARES, 1999, p. 55).

Pontes (2001, p. 571) coloca que a PNDU tinha como objetivos:

- proporcionar novos pólos de desenvolvimento;
- desconcentração da população e das atividades econômicas;
- criar novos empregos e;
- reduzir disparidades de renda.

Tais objetivos tinham como pressupostos a existência de relações entre aglomeração e o desenvolvimento, bem como a possibilidade de concentrar os investimentos governamentais. Deste modo, os centros urbanos foram classificados em dois grupos: aqueles com *função de desconcentração* (alternativas para regiões metropolitanas) e aqueles com *função de dinamização* (nas regiões que se pretendia desenvolver) (PONTES, 2001, p. 571).

Porém, o Programa das Cidades Médias visava de fato dotar as cidades consideradas pólos potenciais de crescimento, de uma infra-estrutura adequada à sustentação de um desenvolvimento acelerado (PONTES, 2001, p. 604).

Foi neste quadro de discussão das políticas de desenvolvimento regional, que começaram a surgir no Brasil, estudos visando conceituar o que seria uma cidade média. Segundo Pontes (1999, p. 572-573), o professor Rochefort (1975) definiu “cidade média”, em caráter preliminar, como sendo “*um centro urbano em condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia*”. Depois desta definição, Rochefort sugeriu como primeira hipótese para uma classificação funcional de cidades médias:

### **1 - Cidades médias integradas à rede urbana:**

- 1.1 - cidades médias que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles;
- 1.2 - as cidades turísticas e estâncias termais;
- 1.3 - as cidades médias “complexas”.

### **2 - Cidades médias situadas à margem das redes urbanas hierarquizadas:**

- 2.1 - cidades médias que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional;

2.2 - cidades médias que servem de ponto de apoio as atuais zonas de colonização agrícola;

2.3 - cidades médias essencialmente administrativas;

2.4 - cidades médias que canalizam produtos básicos destinados à exportação (PONTES, 1999, p. 572-577).

De acordo com esta classificação de Rochefort, a cidade de Marília se enquadraria no conjunto das cidades médias integradas à rede urbana e faria parte de um sub-grupo de cidades definido como Cidades Médias “Complexas”.

Para Sposito (2004, p. 327), a influência francesa na discussão sobre cidades médias pode ser percebida também na divisão regional do Estado de São Paulo em regiões administrativas feita pelo IBGE na década de 1970 – sob o comando da geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza – refletiram os papéis intermediários desempenhados por algumas cidades na rede urbana paulista e, ao mesmo tempo, reforçaram-se a localização das sedes regionais das diferentes secretarias de Estado e a prestação de serviços públicos regionais nestas cidades pólos. Diante disso, a cidade de Marília foi considerada um desses centros regionais que polarizava o comércio, a produção e a prestação de serviços, tornando-se por pressões políticas locais, a sede da 11ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, na década de 1970.

De um modo geral, podemos observar que as questões acerca das cidades médias visaram compartilhar discursos políticos e técnicos, a partir de dimensões econômicas. Desta maneira, pode-se dizer que a expansão em número e tamanho das cidades médias foi uma estratégia de redirecionamento de fluxos e que a escolha dessas cidades não foi ao acaso. As cidades médias que começaram a se industrializar e a crescer demograficamente, em torno de 1950, constituíam-se posteriormente, de alguma forma, pólos de destaque nos espaços urbano-regionais.

Segundo Maricato (2001, p. 25), o padrão de urbanização brasileira apresentou algumas mudanças a partir dos anos de 1980 e que merecem ser destacadas. Embora as metrópoles apresentassem crescimento maior do que o crescimento do país como um todo, seu ritmo de crescimento diminuiu e as cidades de porte médio, com população entre 100 e 500 mil habitantes, cresceram a taxas maiores em relação às metrópoles, nos anos de 1980 e de 1990.

Conforme Andrade e Serra (2001, p. 131), na década de 1970 havia 83 cidades de porte médio com população entre 100 e 500 mil, de um total de 3952 cidades brasileiras – representando 2,1% do total de cidades e com uma população equivalente a 15,5 % da população total do país que era de 94,46 milhões de habitantes. Em 2000, estas cidades de porte médio saltaram para 193 (um aumento de 132%) e passaram a representar

3,5% dos municípios brasileiros, com uma população equivalente a 23,3% da população total.

Desta maneira, Maricato (2001) salienta que o crescimento das cidades de porte médio ainda não apresenta grandes mudanças no padrão de concentração populacional, mas considerando que estes espaços urbanos abrigam aproximadamente um quarto da população brasileira, a rápida aceleração do crescimento das cidades de porte médio, de um modo geral, exige nossa atenção, devido às conseqüências sócio-ambientais decorrentes da velocidade do processo de urbanização.

Pois, junto com o crescimento absoluto e relativo das cidades médias, ocorreu paralelamente, o aprofundamento de processos sociais excludentes. Devido à inserção de novas formas de produção do espaço, as questões sociais urbanas nestes espaços urbanos remetem a processos e formas diferenciadas daquelas presentes nos espaços metropolitanos.

A formação das cidades médias se materializou como expressão do caminho seguido pela urbanização brasileira nas últimas décadas, orientada pela política nacional de desenvolvimento e sob influência do planejamento francês, como meio de atender às novas demandas econômicas.

Neste universo das políticas desenvolvimentistas, as metrópoles foram consideradas como a raiz dos “problemas” urbanos e as cidades médias como “saída” para as mazelas metropolitanas e para o desenvolvimento regional. Em um ponto, esta política de desenvolvimento urbano-regional acertou, na medida em que consolidou a integração da rede urbana nacional. Por outro lado, acentuou as desigualdades socioespaciais nos centros intermediários, uma vez que houve uma valorização da política de desenvolvimento da rede urbana em detrimento da política intraurbana, que acabou por reproduzir as problemáticas metropolitanas, embora, com processos e formas diferenciadas.

Corroborando estes fatos, mesmo considerando o desempenho das cidades médias no crescimento populacional e econômico entre as décadas de 1970 e 2000, não podemos perder de vista a análise dos processos sociais excludentes presentes atualmente nestes centros urbanos, como chama a atenção Andrade e Serra (2001, p. 167) em suas considerações finais:

É indubitável que o ritmo de crescimento populacional das cidades médias de 1970 resultou na formação de periferias e entornos vinculados àquelas cidades, exigindo, portanto, para maior precisão analítica, que a investigação do desenvolvimento urbano nacional incorpore essas “novas territorialidades”.

Portanto, nessas últimas décadas, o processo de urbanização brasileira não se caracterizou tão somente pela concentração metropolitana, mas também pela

expansão das cidades médias (tanto em número como em tamanho). Esta transformação tornou-se muito relevante a discussão sobre cidades médias, por conta da dimensão que tomou os processos e problemas de ordem social, espacial, econômica e ambiental nos espaços urbanos e não apenas por conta do aumento da população urbana e da consolidação da rede urbana brasileira.

### **2.3 – CIDADES MÉDIAS: TERRITÓRIOS DA EXCLUSÃO SOCIAL**

Os processos sociais excludentes nas cidades médias não se reduzem apenas à questão econômica e podem ser apreendidos quando se estuda a produção do espaço urbano, cujo crescimento tem reproduzido nas cidades médias contradições de difícil solução.

A análise da produção do espaço urbano enquanto processo social excludente em Marília - SP permite o reconhecimento da formação de territórios precários intraurbanos em cidades médias, na medida em que os aspectos estruturais (quantitativos e qualitativos) dos processos e formas presentes na cidade de Marília inserem-se no âmbito das características definidoras das cidades médias.

Nesta perspectiva, visamos articular a exclusão social à produção do espaço urbano das cidades médias, buscando romper as fronteiras conceituais metropolitanas. Deste modo, faz-se necessário compreender os processos contraditórios e as formas precárias assumidas pela exclusão/inclusão social intraurbana, em meio à lógica perversa da globalização, da reestruturação produtiva, da divisão territorial do trabalho, mas, sobretudo, pela própria lógica de produção, reprodução e apropriação do espaço intraurbano.

A dinâmica de produção do espaço urbano é condição e expressão do processo de produzir, em seu sentido amplo. O espaço da cidade se organiza em função de um processo amplo de transformações no conjunto de papéis desempenhados pelas cidades e no próprio processo de urbanização, bem como a forma como essa produção do espaço se materializa em cada cidade.

Ao discutir os processos e formas assumidas pela temática da exclusão social, é necessário deixar claro que estamos nos referindo à exclusão social urbana. Desta maneira, cabe pensar a cidade como um lugar de concentração, onde se pressupõe existir



divisão social do trabalho, ou seja, diferenças sociais. Neste sentido, as cidades expressam desigualdades e as diferenciações entre as classes sociais que se configuram também em diferenciações do espaço. É por isto que,

a cidade constitui em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as realizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes. Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente. Assim, às diversas combinações infra-estruturais correspondem diversas combinações supra-estruturais específicas (SANTOS, 1994a, p. 129-130).

De acordo com Smith (1988, p. 217), a diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social, que é a verdadeira definição do capital: a relação entre capital e trabalho.

Ao discutir a produção do espaço urbano em Marília, visamos a compreensão do desenvolvimento desigual e contraditório das cidades médias e de seus novos papéis assumidos no âmbito da rede urbana brasileira. Assim, a produção do espaço urbano em cidades médias é resultado da acumulação de capital que expressa a diferenciação socioespacial produzida pela divisão territorial do trabalho e que é acentuada de acordo o nível de complexidade da própria divisão do trabalho de centros urbanos intermediários como Marília. Neste sentido, a produção do espaço urbano enquanto processo social excludente provoca o acirramento da pobreza e da desigualdade social.

Segundo Santos (1978, p.1):

O problema da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade, incontestável por duas grandes razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge a todos os países, embora particular aflija mais duramente os países subdesenvolvidos, mas também pelo fato de que a urbanização galopante que estes últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo igual, da expansão da pobreza, mesmo que esta se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país.

Desta maneira, Santos (1978) traz uma importante contribuição para a década de 1970, ao criticar a questão da marginalidade utilizada nas décadas de 1960 e 1970 e sugere que na discussão dos problemas urbanos deve-se levar em conta a existência na economia urbana de dois circuitos interdependentes, mas hierarquicamente organizados em um circuito superior e um circuito inferior.

No entender de Santos (1978, p. 9), a questão da pobreza não pode ficar restrita a definições parciais. A pobreza existe em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade, tratando-se de uma noção historicamente determinada.

Para Kowarick (1979), por sua vez, o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos. Produzindo uma espoliação urbana a partir dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, enquanto somatório de distorções que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresenta como socialmente necessário em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

O autor reconhece que problemas habitacionais (como as favelas) devem ser entendidos no âmbito de processos socioeconômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais.

É nesta perspectiva das discussões levantadas sobre temas como marginalidade, pobreza e desigualdade (urbana), que as décadas de 1980 e 1990 marcaram a proliferação de estudos nas ciências sociais sobre temáticas como a segregação socioespacial e posteriormente como a exclusão social em centros urbanos de grande e médio porte. A presença desta última temática se deve às transformações econômicas e sociais em curso, presentes tanto em países ricos e pobres. No caso do Brasil, a globalização reforça a exclusão, mas não é a determinante, pois temos que entender a historicidade do processo.

Desta maneira, a análise da exclusão social, tal como vem sendo realizada, principalmente no Brasil, a partir de metodologias que se utilizam de indicadores geográficos, ajuda-nos a quantificar e qualificar os padrões de diferenciação – que em muitas vezes geram a segregação – proporcionando a elaboração de políticas públicas e a tomada de decisão, possibilitando escolher formas de intervenção que contemplem com precisão as escolhas locacionais e a natureza das políticas territoriais que devem ser seguidas para se dirimir as disparidades em meios urbanos (SPOSITO, 2003).

Santos (1987) afirma que a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, fazendo com que certas noções consagradas, como a rede urbana ou de sistema de cidades, não tenham validade para a maioria das pessoas, pois o seu acesso efetivo aos bens e serviços distribuídos conforme a hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico. Assim, deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.

Por mais simples que seja o exame das características relativas à distribuição da população segundo seus diversos estratos e à repartição dos serviços públicos, dos tipos de comércio, dos preços e das amenidades, pode-se inferir a existência de uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível social e de renda. Em

outras palavras, pode-se dizer que o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana (SANTOS, 1987, p. 83).

A mobilidade espacial dentro da cidade deixa claramente ver que o estudo da pobreza não pode limitar-se à simples localização da pobreza no espaço. Optar por uma ótica espacista pode levar-nos a perder de vista as verdadeiras causas da pobreza e impedir a compreensão das razões de sua localização e, finalmente, retirar-nos as possibilidades de indicar caminhos alternativos (SANTOS, 1987, p.85).

Desta forma, o território deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. Pois, há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais (SANTOS, 1987, p.122-123).

Segundo Santos (2001), pode-se dizer que em sua configuração as cidades possuem uma característica comum em todas as partes do mundo, sendo constituída de duas economias: uma explicitamente globalizada (de cima) e uma informal dos excluídos (de baixo), promovendo uma típica divisão do trabalho. Como também, duas formas de sistemas de solidariedade, em que as *de cima* constituem-se dependentes de normas rígidas de conteúdo científico e tecnológico e as *de baixo*, de caráter mais humano, emocional e afetivo.

Nas palavras de Lefebvre (1969, p. 53):

[...] A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas conseqüências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e de propriedade. O trabalho correto consiste aqui em ir dos conhecimentos mais gerais aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e às discontinuidades históricas, à sua projeção ou refração na cidade, e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana para o seu contexto global. [...] Atualmente, tornando-se centro de decisão, ou antes, agrupando os centros de decisão, a cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção) (LEFEBVRE, 1969, p. 57).

Para Lefebvre (1969, p. 91), a crise da cidade, cujas condições e modalidades são pouco a pouco descobertas, não deixa de se fazer acompanhar por uma crise das instituições na escala da cidade, da jurisdição e da administração urbanas.

Concordamos com Santos (1994a) ao apontar que a análise da produção urbana exige uma economia política da cidade e não somente uma economia política da urbanização, porém, ambas são inseparáveis, sendo que a economia política da cidade

seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade.

Conforme Guimarães; Vieira e Nunes (2005), o processo de produção do espaço urbano das cidades médias brasileiras é bastante diferenciado daquele que ocorre nas áreas metropolitanas, segundo o estudo de Sposito (2004). Em virtude da

ausência de movimentos sociais urbanos expressivos e organizados, capazes de alterar o jogo de forças dentre os agentes produtores do espaço urbano, tais cidades ficam à mercê dos interesses, principalmente, dos proprietários de terras, dos loteadores e incorporadores imobiliários e de empresários do setor da construção civil. Com raras exceções, o poder público municipal tem atuado de acordo com os interesses desses agentes, uma vez que é expressão dessa base de sustentação política (GUIMARÃES; VIEIRA e NUNES, 2005, p. 275).

A exclusão social urbana e a formação de territórios precários em cidades médias referem-se a um conjunto de processos que relacionados a produção do espaço urbano definem a precariedade das condições de vida e do próprio território em âmbito coletivo, expressando a perda de poder, direitos, autonomia e de acessibilidade à cidade.

Assim, a análise da formação das cidades médias no âmbito da rede urbana brasileira e a distinção em relação aos parâmetros funcionais definidores das tipologias de cidades, ajudam-nos a entender a formação e inserção de Marília na discussão sobre cidades médias, bem como a formação dos territórios precários da cidade a partir da produção do espaço urbano, que por sua vez atuou enquanto processo social excludente definidor da acessibilidade, mobilidade e centralidade intraurbana.

Nesta perspectiva, pautamos em apresentar no próximo capítulo, as principais abordagens e debates arrolados sobre a exclusão social, visando o estabelecimento de uma abordagem geográfica da exclusão social.

### CAPÍTULO 3 – DISCUTINDO A RELEVÂNCIA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Nos capítulos anteriores pautamos em compreender a formação e produção do espaço urbano de Marília no âmbito urbanização e da formação das cidades médias. Neste sentido, verificamos que o processo de produção do espaço urbano que conduz a expansão territorial urbana<sup>5</sup> expressa a diferenciação territorial e social gerada com a divisão do trabalho e acaba por acentuar a desigualdade socioespacial.

Conforme destacamos, a produção do espaço urbano em cidades médias como Marília atua enquanto um processo social excludente reforçador da exclusão/inclusão social urbana e apresenta características singulares em relação às metrópoles, na medida em que os processos são os mesmos, mas as formas resultantes são diferenciadas. Desta maneira, propomos ampliar a discussão teórica a respeito da questão da exclusão social analisando as principais abordagens, destacando a possibilidade de uma abordagem geográfica da exclusão social e de entender as novas opções teórico-metodológicas que se colocam com a utilização da expressão.

Assim, nosso objetivo é discutir o uso da expressão “exclusão social” no plano acadêmico-científico pensando sobre o seu caráter complexo e dialético, apontando as críticas e potencialidades presentes nos diferentes discursos, na medida em que a relevância da discussão a respeito da exclusão social está no fato de se tratar de um fenômeno processual e complexo que marca principalmente a sociedade urbana e está na pauta de discussões da agenda de políticas públicas, envolvendo questões como poder, identidade, dignidade e autonomia.

Um primeiro ponto importante a ser destacado é a multiplicidade de posições, argumentações e materiais produzidos recentemente sobre o que chamamos ou atribuímos à exclusão social. Reportando às considerações de Sposito (2004a, p. 61), para quem a *categoria* é a mais complexa e contraditória dos elementos necessários para a compreensão epistemológica do método, tanto do ponto de vista do seu entendimento como de sua utilização e que o *conceito* é definido cientificamente, pautaremos em tratar a exclusão social enquanto uma temática que apresenta vários recortes analíticos que estão ligados às categorias geográficas: espaço, território e lugar.

Em conformidade com Sposito (2004a), “*o objeto de estudo da Geografia é a sociedade e o espaço, é senão, uma categoria de análise científica que nos estudos geográficos ganha singularidade teórico-metodológica*”. Portanto, ao introduzir a discussão

---

<sup>5</sup> Consideramos a expansão territorial urbana enquanto resultado da acumulação capitalista e da atuação do poder público na definição dos instrumentos urbanísticos reguladores do espaço urbano.

da exclusão social na pauta de estudos da Geografia estamos priorizando um tema que não é próprio da questão urbana, mas que se consubstancia com a urbanização capitalista.

Neste sentido, nossos questionamentos sobre a exclusão social estão pautados na análise dos diferentes discursos políticos e acadêmicos que qualificam ou desqualificam o uso ou não uso da expressão, buscando chamar a atenção para a multiplicidade de processos sociais excludentes e suas formas assumidas.

Nesta perspectiva, o crescente número de pesquisas a respeito dos processos de exclusão social vem fomentando um intenso debate no meio acadêmico. Ressalte-se aqui o grupo de pesquisas CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão para Políticas Públicas) da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente - SP.

Formado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, o grupo vem procurando compreender os processos geradores e as formas de materialização da exclusão social em cidades médias do interior paulista, não obstante este trabalho se insere e caminha na mesma direção.

Só para expressar a força e o peso da discussão a respeito da exclusão social na Geografia, faremos aqui uma breve apresentação de alguns dos vários trabalhos produzidos tanto no âmbito do CEMESPP e da Geografia de Presidente Prudente, quanto no âmbito da própria Geografia brasileira. Começando pelas dissertações e teses defendidas por integrantes do CEMESPP, temos a tese de doutorado de Marisco (2003), que buscou entender como os instrumentos urbanísticos reforçam a exclusão social e a segregação socioespacial em Presidente Prudente, buscando mostrar que a exclusão social e a segregação socioespacial são complementares e um reforça o outro. Temos também as dissertações de Furini (2003) que trabalhou com a análise da modernidade na formação das representações sociais, considerando a vulnerabilidade da população de rua em Presidente Prudente, de Vieira (2005) que trabalhou com os indicadores sociais de desigualdade intra-urbana em São José do Rio Preto e de Melazzo (2006), que defendeu a tese de que a possibilidade de políticas públicas urbanas que enfrentem os processos de exclusão social em sua dimensão territorial, dão visibilidade aos processos de disputa que envolvem não apenas a produção do espaço urbano, mas também a disputa pela perspectiva de seu enfrentamento em padrões de desigualdade de cidades paulistas de porte médio.

Podemos destacar ainda as monografias de Hora (2002), que pesquisou a precariedade habitacional em Presidente Prudente e Nunes (2005), que fez uma análise da exclusão/inclusão social em Marília a partir da geração dos indicadores sociais geográficos, dentre outros trabalhos de graduação e pós-graduação em desenvolvimento. Temos também os resultados de pesquisa do CEMESPP no projeto de Políticas Públicas da FAPESP, que proporcionou o desenvolvimento das questões relacionadas à exclusão social no âmbito das pesquisas realizadas pelo grupo.

Uma importante contribuição para os estudos sobre a exclusão social encontramos no livro de Haesbaert (2004) que traz a luz de uma possível abordagem geográfica da exclusão social partindo do estudo da territorialização e desterritorialização das redes.

O rápido aumento no acúmulo de trabalhos sobre a exclusão social nas diferentes áreas de conhecimento das ciências humanas e na própria Geografia expressa o caráter multidisciplinar do uso da expressão e a possibilidade de ser analisada sob diferentes abordagens.

Nesta perspectiva, a exclusão social apresenta-se como síntese da reestruturação produtiva, da flexibilização e da desestabilização das economias face à globalização, que gera a precarização do emprego e sua informalidade, ou da desqualificação profissional, mas é também fruto de questões históricas, étnicas, políticas e sociais, resultantes de processos degradantes oriundos das transformações do modo capitalista de produção.

É neste enfoque multidimensional que pretendemos tecer nossas contribuições, trazendo para o debate uma perspectiva geográfica dos conteúdos abarcados pelos processos e formas expressos na discussão da exclusão social.

### **3.1 – A SEMÂNTICA E O USO DA EXPRESSÃO “EXCLUSÃO SOCIAL”**

De acordo com o Dicionário Aurélio da língua portuguesa, “exclusão” é um substantivo que significa expulsão, privação, incompatibilidade, retirar, despojar (privar da posse, privação e abandono), ficar de fora. No Dicionário Etimológico de Bueno (1968) o termo “exclusão” refere-se à separação, proibição de fazer parte de [...] e vem do Latim *exclusionem*. Para Houaiss (2001, p. 1282) na etimologia latina a exclusão é a ação de afastar, exceção ou ato de excluir (-se) e no jurídico diz respeito ao ato que priva ou exclui alguém de determinadas funções. Já em Borba (2004), a palavra refere-se à eliminação, supressão, colocar à parte e/ou marginalização.

De acordo com as definições etimológicas o termo “exclusão” qualifica a forma, ao expressar uma condição, estado e situação (excluído/incluído), como também pode designar processo quando expressa ação e causa (exclusão/inclusão) e está sempre ligado à privação e à acessibilidade.

A formação da expressão “exclusão social” tem origem na sociologia francesa (LESBAUPIN, 2000) e mesmo sendo gerido a partir do debate acadêmico entre as

décadas de 1960 e 1970, foi na pauta das agendas políticas que o uso e peso da expressão ganhou relevância política e científica (COSTA, 2001), ao ser apresentada como resultado de processos supra e infra-estruturais causadores dos problemas sociais contemporâneos.

Segundo Melazzo (2004), a questão da exclusão social se torna mais complexa quando observamos que sua incorporação no debate acadêmico é posterior à sua proliferação no discurso político partidário. Para o autor, as mudanças em curso são associadas nas diferentes ciências sociais, àquilo que veio se denominando de crise do mundo do trabalho, onde comparecem os profundos processos de mutação da produção capitalista, seus impactos sobre o mercado de trabalho e daí sobre os movimentos operários e sindicais em todas as categorias e países. Assim,

localiza-se aí uma relação não trivial e que exige, todavia, uma intensa reflexão: a relação entre as diferentes manifestações de crise do e sobre o trabalho [...] e processos de diferenciação social também com diferentes manifestações, que poderiam ser sumariados como situações de uma nova pobreza e de aumento das vulnerabilidades de amplos grupos sociais (MELAZZO, 2004, p. 47).

Para Veras (2002, p. 27), por sua vez, o termo exclusão acabou por ser algo duplamente interpretado, ou seja, de um lado é amplo e abriga vários significados como nas abordagens de Castel e Paugam, de outro lado é visto como um conceito equivocado, atrasado e desnecessário.

Em geral, o uso da expressão “exclusão social” na perspectiva francesa foi primeiramente empregado para designar aqueles indivíduos marginalizados e que se tornaram parcela residual da população em meio ao desenvolvimento capitalista, ou seja, que constituíam a chamada pobreza residual do Estado de Bem-Estar Social, no período de ascensão do desenvolvimento capitalista conhecido como “Trinta anos gloriosos” e que teve início com o fim da Segunda Guerra Mundial e durou até a década de 1970, na Europa.

É importante reiterar que a emergência do debate em torno da exclusão social surge num momento de falência do Estado de Bem-Estar Social (*Well Fare State*) das sociedades capitalistas européias. E, posteriormente, desenvolveu-se na América Latina e, sobretudo no Brasil, com exacerbação dos problemas urbanos das metrópoles nos anos de 1970 e com o aprofundamento da crise econômica dos anos de 1980, que aumentou a desigualdade social e a pobreza.

A exclusão social apresenta-se associada à inclusão social e apesar de serem antônimos e sugerirem situações opostas, remetem situações e processos que podem ser **antagônicos** – quando consideramos que tratam-se de ações, processos e formas que se operam separadamente – e **dialéticos** – se buscarmos em uma mesma matriz a origem e o entendimento de ações e processos que se produzem contraditoriamente.



Desta maneira, as condições de excluído e incluído são formas antagônicas (contrárias e diferentes), mas as relações entre a exclusão e a inclusão remetem processos contraditórios e dialéticos e daí o caráter relacional e multidimensional da expressão.

Segundo Lesbaupin (2000), os primeiros autores a fazer uso da expressão foram Klanfer (1965) em "*L' Exclusion sociale. Étude de la marginalité dans les sociétés occidentales*" e René Lenoir (1974) no livro "*Les Exclus. Um Français sur dix*", que admitiu o surgimento de uma nova questão social.

Conforme Wanderley (2002, p. 16), René Lenoir passou a entender a exclusão "não mais como um fenômeno de ordem individual, mas social, cuja origem deveria ser buscada nos mesmos princípios do funcionamento das sociedades modernas". Segundo Lenoir, as causas da exclusão seriam: o rápido e desordenado processo de urbanização; a uniformização do sistema escolar; o desenraizamento causado pela mobilidade profissional; a desigualdade de renda e de acesso aos serviços. Logo, seriam origens socioeconômicas que estariam por trás do processo.

O pensamento de René Lenoir, sem dúvidas, traz importantes contribuições tanto ao incorporar a exclusão social no âmbito de uma nova questão social derivada do desenvolvimento capitalista, como resultado das limitações impostas em todas as esferas "infra e supra-estruturais" do modo de produção e os processos por ele desencadeados.

De acordo com Dupas (2000), a discussão sobre exclusão social apareceu na Europa com o crescimento da pobreza urbana e sua orientação varia de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das sociedades. Para este autor, a exclusão representa o monopólio dos grupos sociais, fruto da divisão socioeconômica do trabalho.

A exclusão, em sua essência é multidimensional, manifestando-se de várias maneiras e atinge as sociedades de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos em que a exclusão se apresenta dizem respeito à falta de acesso ao emprego, a bens e serviços públicos, à falta de segurança, justiça e cidadania e manifesta-se no mercado de trabalho (desemprego de longa duração), no acesso à moradia e aos direitos humanos (DUPAS, 2000).

No Brasil, já nas décadas de 1960 e 1970, começam a aparecer trabalhos que discutiam as questões sociais, problemáticas urbanas ligadas à pobreza e à economia política da cidade e ainda, não menos importante, sobre o campo.

Nas palavras de Veras (2002):

Nos anos 80, na chamada "década perdida", ao contrário dos anos 60 e 70, quando se chamava a atenção para os favelados e para a migração como figura emblemática dos "excluídos" na cidade, pelo aumento da pobreza e

da recessão econômica, ao mesmo tempo em que se vivia a chamada “transição democrática”, chama-se a atenção para a questão da democracia, da segregação urbana (efeitos perversos da legislação urbanística), a importância do território para a cidadania, a falência das ditas políticas sociais, os movimentos sociais, as lutas sociais. Em especial, discute-se a questão espacial, o território, a cidadania. Continuam os estudos sobre a questão habitacional (em São Paulo, a crise do BHN, favelas, loteamentos clandestinos e cortiços) e a “exclusão” política da vida sindical dos trabalhadores, da vida civil (VERAS, 2002, p. 31 - 32).

Mas, é somente na década de 1990 que o debate sobre a exclusão social vai se disseminar enquanto questão social dos estudos acadêmicos, sinalizando para a construção de propostas conceituais que mantêm ou substituem o uso da expressão. Neste patamar de considerações, reconhecemos que a exclusão social é uma temática multidisciplinar que está diretamente ligada a problemas objetivos e subjetivos da coletividade humana, principalmente aqueles relacionados à acessibilidade e aos direitos sociais básicos. Desta maneira, a discussão sobre a exclusão social permite compreender o acirramento das contradições do modo capitalista de produção, podendo ser pensada a partir das esferas econômica, psicológica, sociológica, geográfica, etc.

Para Singer (2000), o estruturalismo e o individualismo estão intencionalmente na raiz da maior parte das abordagens e soluções propostas para a questão. Os individualistas vêem todas as instituições que se propõe a proteger o trabalhador como obstáculos para a expansão da atividade econômica e do emprego, e, portanto, como fator de agravamento da exclusão social, exigindo o desmantelamento das instituições de bem-estar social e a desregulamentação do mercado de trabalho. Já os estruturalistas, ao contrário, enxergam o mercado como um jogo econômico que produz vencedores e perdedores. Estes últimos são candidatos a se tornarem párias sociais. Assim, vêem nas instituições de bem-estar social como indispensáveis à proteção dos perdedores e proporcionando oportunidades. Para os estruturalistas, o desmanche do estado de bem-estar social, que tem lugar hoje em quase toda a parte, é possivelmente a principal causa de agravamento da exclusão social na maioria dos países (SINGER, 2000).

No entender de Singer (2000), as concepções e os sistemas normativos subjacentes à concepção estruturalista são mais diversificados que aqueles que fundamentam a concepção individualista e duas importantes doutrinas que sustentam o estruturalismo contemporâneo são: o marxismo e keynesianismo.

Assim, trataremos de discutir os diferentes olhares sobre a exclusão social a partir das principais abordagens implícitas nos discursos que qualificam ou desqualificam a sua validade a partir do estruturalismo marxista, na medida em que a análise bibliográfica permitiu agrupar o debate sobre a exclusão social de acordo com a sua forma de abordagem. Deste modo, verifica-se nos diferentes discursos a presença das abordagens psicológicas e sociológicas, bem como das abordagens socioeconômicas.

### 3.2 – DIFERENTES OLHARES: ABORDAGENS PSICOLÓGICAS E SOCIOLOGICAS

É crescente o número de trabalhos acerca da exclusão social que acirram os debates em torno de sua fundamentação teórica e dificultam uma compreensão mais sistematizada. Desta maneira, vários autores vêm tentando dar conta de explicar os diversos processos relacionados à exclusão social a partir de novos rótulos conceituais. Neste sentido, Wanderley (2002) apresenta alguns conceitos relacionados à exclusão social e que emergem de diferentes matrizes psicológicas e sociológicas. São eles:

a) A *desqualificação*: processo relacionado a fracassos e sucessos da integração, a partir da obra de Paugam [...] A desqualificação social aparece como o inverso da integração social [...]; b) A *desinserção*: trabalhada por Gaujelac e Leonetti (1994) como algo que questiona a própria existência das pessoas enquanto indivíduos sociais, como um processo que é o inverso da integração [...]; c) A *desfiliação*: analisando as metamorfoses da questão social Robert Castel cunha este conceito significando uma ruptura de pertencimento de vínculo societal [...]; e d) A *apartação social*: proposta por Cristóvão Buarque (1993) designa um processo pelo qual denomina-se o outro como um ser à parte [...] um *não semelhante*, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços etc. mas do gênero humano (WANDERLEY, 2002, p. 20-21, grifos do autor).

Para o francês Robert Castel (1998), o termo desfiliação é o que melhor explica o que estamos entendendo por exclusão social. Para ele, a exclusão social designa um estado de privação e a constatação das carências não permite perceber os processos que geram estas situações, enquanto a desfiliação designa uma trajetória e o processo que está engendrado

Seguido dele, Paugam (1999) da sociologia francesa, afirma que atribuíram à denominação “exclusão social” a um fenômeno que sempre existiu (processos que causam rupturas de indivíduos com a sociedade). Agora o termo surge junto à política do Estado de Bem-Estar Social – sistema em que os governos teriam por finalidade promover políticas de reintegração do excluído à sociedade – uma vez que o processo de exclusão seria desencadeado pelo aumento do desemprego e conseqüente ruptura dos laços sociais. Desta maneira, o autor prefere utilizar o conceito de desqualificação social para definir o processo que leva à situação de exclusão social.

Conforme Paugam, o que não pode ser esquecido é que cada país possui o seu próprio contexto histórico social econômico, como também um tipo de pobreza e assistência social característico. No entanto, o autor afirma ainda que quando se fala em exclusão social, o que está implicado é a noção de um processo multicausal e não apenas

uma questão de desigualdade, mas de mudanças que se verificam ao longo do tempo e que vão significando um acréscimo progressivo de dificuldades. Para isso, trajetória, identidade e território são três dimensões fundamentais para se falar de exclusão social, segundo Paugam.

No entender de Paugam (1999), o conceito de desqualificação social permite analisar sociologicamente uma forma de exclusão relativa e uma relação de interdependência entre as partes constitutivas do conjunto da estrutura social. Neste sentido, a desqualificação social não seria um sinônimo de exclusão social e apresenta três fatores explicativos para a desqualificação social: o mercado de trabalho, a intensidade dos vínculos sociais e o sistema de proteção social.

Conforme Melazzo (2004; 2006), os trabalhos de Paugam “Desqualificação social: ensaios sobre a nova pobreza” de 1994 e traduzido em 2003 e de Castel “As metamorfoses da questão social: uma crônica do trabalho” de 1995 e traduzido em 1998, têm exercido uma grande influência na produção brasileira sobre o tema, transformando-se em referências obrigatórias.

Segundo Melazzo (2004), a diferença entre desqualificação ou desfiliação está além de uma questão meramente semântica, situando-se em perspectivas analíticas distintas sobre os recortes a serem dados ao mesmo objeto de trabalho, ou seja, o uso ou não uso que ambos fazem da exclusão social, seja como noção, seja como conceito teórico e a vinculação traçada entre a chamada crise do trabalho e as novas formas de desigualdade e pobreza. Melazzo (2004, p. 48) argumenta ainda que se observa pouco esforço de análises integradoras de referenciais individuais e coletivos, da construção de identidades e subjetividades a partir das vivências sociais e de marcos macro-estruturais.

Notamos que exclusão social é um termo que desenvolveu-se primeiramente no discurso político e pertencente a perspectiva da tradição francesa na análise de pessoas e grupos desfavorecidos. Neste sentido, ao trabalhar com a exclusão social, a tradição francesa dá ênfase aos aspectos relacionais, enquanto a tradição britânica trabalha com a pobreza dando ênfase aos aspectos distributivos.

A noção francesa enfatiza a ruptura que ocorre do indivíduo com a sociedade, a perda da sua inserção na sociedade, assim como a perda dos laços sociais e até mesmo de identidade social e individual. Neste sentido, de acordo com Costa (2001), a exclusão social está relacionada às noções de cidadania, de direitos humanos e democracia, traduzidos pelo acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos do mundo do trabalho e da vida social mais ampla, abarcando uma série de privações, que deve ser entendida como exclusões sociais.

Em conformidade com Costa (2001), a exclusão social apresenta-se como um fenômeno complexo e heterogêneo, dinâmico e multidimensional, por isso pode-se falar

em diversos tipos de exclusão (exclusões sociais) de tipo econômica, social, cultural, de origem patológica e de comportamentos auto-destrutivos. Desta maneira, trata-se de privações múltiplas, que se expressam em más condições de vida. Assim, a condição de pobre pode ser caracterizada pela “exclusão” de maior ou menor número de sistemas sociais básicos e estes sistemas podem ser agrupados em cinco: social, econômico, institucional, territorial e o das referências simbólicas.

De acordo com Sawaia (2002), a exclusão social revela a complexidade e a contradição dos sentidos que a constitui e inclusive a sua transversão em inclusão social. E por ser um termo polissêmico, é necessário ser entendido e abordado na perspectiva ética, ou seja, analisá-lo na dimensão da justiça social e do sofrimento humano. Porém, apesar de ser um tema da atualidade, usado nas diversas áreas do conhecimento, é pouco preciso e dúbio, apresentando uma intrínseca ambigüidade.

Sawaia (2002) coloca que a exclusão vista como sofrimento, busca recuperar o indivíduo sem perder o coletivo, dá força ao sujeito sem tirar a responsabilidade do Estado. Deste modo, entende que se trata de um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. E que não é coisa nem estado, não tendo uma única forma e também não é uma falha do sistema, mas um produto do funcionamento do sistema.

Todos estes estudos reforçam o nosso pensamento de que a exclusão social não coloca as pessoas à margem da sociedade, ao contrário, é um processo que repõe e sustenta a ordem social. Neste caso, considerando-se que a exclusão social é um produto do funcionamento do sistema e que sustenta a ordem social, endentemos que há um novo paradigma do modo capitalista de produção baseado não mais na exploração da força de trabalho, mas sim nas relações de exclusão/inclusão social.

Para Wanderley (2002, p. 16), a exclusão social tornou-se tema do cotidiano de diferentes sociedades, não atingindo apenas países pobres, mas sinalizando o destino excludente de grandes parcelas da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho, seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que acirram as desigualdades e a precariedade das condições de vida.

Wanderley (2002) apresenta três elementos estruturais desencadeadores da exclusão social. São eles:

- o fim do esgotamento de um modelo e de uma inteligibilidade – pautado na invenção do social enquanto construção dos sistemas de proteção social;
- a internacionalização das economias;
- a impotência do Estado e a acumulação dos problemas sociais que formam uma verdadeira sociedade paralela.

As discussões sobre exclusão social nas abordagens psicológicas e sociológicas situam-se na análise dos vínculos sociais e nas rupturas destes vínculos por conta da desestabilização social causada pelo desemprego e que marcam o processo de exclusão social, bem como o caráter excludente das políticas de proteção social e também pelo contexto histórico.

Nesta perspectiva, a exclusão social é entendida como um processo de injustiça social e desigualdade (falta de igualdade plena de direitos) que não é recente na história da humanidade e que se aprofunda com sistema capitalista (VIEIRA, 2005), devendo também ser considerado neste processo a pobreza material e simbólica e o sofrimento ético e psicossocial do ser humano.

### **3.3 – AS ABORDAGENS SOCIOECONÔMICAS**

As discussões a respeito da exclusão social nas abordagens socioeconômicas situam-se principalmente no âmbito dos processos macro-estruturais ligados à globalização e à economia capitalista mundial, destacando-se questões como a reestruturação produtiva (promotora da automação industrial e o desemprego estrutural) e a desregulamentação econômica (que gera crises econômicas e também o chamado desemprego conjuntural), relacionadas a ineficiência do Estado e das políticas públicas de inclusão social. Neste contexto econômico, ganha força o debate em torno da desigualdade social e da pobreza (enquanto insuficiência de renda).

Nesta perspectiva, alguns autores procuram entender a exclusão social considerando-a como um fenômeno resultante da globalização e da reestruturação produtiva, fruto das novas relações de trabalho que se conjuga passo a passo com a internacionalização das economias. Dentre estes autores, podemos destacar os trabalhos de Gilberto Dupas, Manuel Castells, Paul Singer e Milton Santos.

Introduzindo o debate, temos o trabalho de Dupas (2000) que focaliza o número crescente de indivíduos postos à margem da globalização (entendida como sendo a intensificação do processo de internacionalização das economias), a qual acarreta dois tipos de mudanças que têm vinculação direta com a questão da exclusão social: o surgimento de um novo paradigma de emprego, mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade associadas ao padrão de vida convencional e de outro, a minimização da importância do Estado enquanto tradicional guardião das garantias sociais.

Para o autor, o termo exclusão social exige uma delimitação adequada, apesar de ser amplamente disseminado e de estar fortemente influenciado pelo discurso político, não podendo esquecer de que se trata de um fenômeno dinâmico.

Dupas (2000) busca tratar a exclusão social como um fenômeno ligado às questões econômicas e de obtenção de renda, mas chama a atenção também para o caráter multivariado do fenômeno indispensável para a compreensão da pobreza. Deste modo, o autor entende a exclusão social a partir de privações ligadas à pobreza, tratando-se de um conceito subjetivo para cada sociedade e que depende dos valores sociais criados.

Segundo Dupas (2000), o processo de exclusão surge como foco de análise e discussão na Europa, quando se observa o crescimento dos sem-teto, da pobreza urbana e das problemáticas relacionadas ao paradigma do emprego. O autor aponta que esses fenômenos estão relacionados à globalização e à revolução tecnológica em curso, essencialmente poupadora de mão-de-obra.

Dupas entende que a exclusão social surge como consequência da formação de “monopólio de grupos sociais” que concentram os benefícios proporcionados pela reprodução do capital. Neste sentido, a exclusão não é algo que ocorre isoladamente, mas decorre de alterações no sistema global e na incapacidade do Estado em atender as demandas sociais, ao passo em que tem suas funções alteradas pela lógica do mercado, que provocam a pobreza e a privação de muitos.

Não podemos perder de vista que os sistemas de assistências sociais implantados pelos governos para reintegrar o indivíduo à sociedade contribuem ainda mais para o aumento da exclusão, por estigmatizarem e marginalizarem os assistidos de maneira a considerá-los como inferiores àqueles que possuem meios de sobrevivência própria. Apesar deste caráter negativo das políticas de assistência social, é importante destacar não podemos menosprezá-las, mas que por outro lado, constitui-se também num discurso político-ideológico de cunho neoliberal. Mas se consideramos que tais políticas são em si neoliberais, podemos aniquilar e reforçar a própria idéia neoliberal que tira a responsabilidade do Estado frente ao combate à pobreza e à exclusão social (NUNES, 2005).

Outro autor importante que analisa a sociedade atual a partir das mudanças recentes promovidas pela globalização, no âmbito das redes e da mundialização do capital é Manuel Castells (2000), para quem os meios que podem levar uma pessoa à situação de exclusão são os mais variados possíveis, não se detendo na lógica do emprego.

Para Castells (2000), a exclusão social enquanto processo tende a causar uma crescente espoliação entre as camadas mais desfavorecidas da população, que pode ser verificado na incapacidade crescente de obter bens e serviços considerados mínimos para a manutenção de condições dignas de vida. Isso se manifesta, por um lado, pela

insuficiência de recursos dos indivíduos, que têm baixos salários, quando não, desempregados, ou vivendo no submundo do trabalho. Por outro lado, o Estado que seria um promotor de manutenção das condições de vida mínimas, tem se demonstrado incapaz de atender às pessoas com políticas sociais.

Em conformidade com o autor, a conjunção desses dois fatores tem provocado grandes problemas na sociedade, pelo fato de grupos desfavorecidos da população estar cada vez mais desamparados. Tal processo não se reflete apenas em repercussões sociais, mas também espaciais e territoriais, já que os indivíduos que possuem baixa remuneração procuram lugares onde os custos de vida não sejam altos e, normalmente, tais lugares caracterizam-se pela precariedade nas condições de vida e infraestrutura, pelo fato de possuírem pouco interesse político e ser considerados sem valor na perspectiva capitalista.

Neste sentido, Castells afirma que esse processo resulta em uma geografia extremamente irregular de exclusão e inclusão territorial/social, que desabilita grandes segmentos da população, ao mesmo tempo em que estabelece conexões territoriais por meio das tecnologias da informação.

Voz diferenciada é a de Milton Santos, que também traz importantes contribuições para a questão da exclusão social em dois momentos distintos. Num primeiro momento, já no final da década de 1970, o autor publica o livro “Pobreza Urbana”, que relaciona a questão da desigualdade social – no caso das cidades – à formação de dois circuitos da economia urbana. Ou seja, as cidades apresentam um circuito superior (que envolvem as pessoas ligadas ao emprego formal e a profissionais liberais de alto poder aquisitivo) e um circuito inferior da economia urbana (que envolvem as pessoas que não possuem vínculo empregatício e apresentam baixos rendimentos nominais, fazendo parte do chamado setor informal da economia).

Posteriormente, Milton Santos vai dar ênfase às questões da cidadania, do território e aos impactos da globalização, considerando o cotidiano, as especificidades e diferenciações dos lugares no âmbito da homogeneização dos espaços pela própria globalização. Desta maneira, trata a globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade aberta ao futuro de uma nova civilização planetária.

Conforme Santos (2001, p. 74), a exclusão social é resultado da racionalidade que comanda as ações hegemônicas atualmente no modo capitalista de produção. Para este autor, fenômenos vão se moldar de maneiras diferentes na escala do lugar, considerando o lugar como sendo o espaço dotado de especificidades políticas sociais, institucionais e territoriais, ou seja, é a instância onde se realiza a vida e onde as relações sociais se reproduzem.



Numa visão mais ampla do ponto de vista do método, temos as contribuições de Paul Singer, ao analisar a exclusão social na lógica da globalização e da reestruturação produtiva como processos que acentuaram o crescimento do desemprego (tecnológico e estrutural) e causaram a deterioração das relações de trabalho por conta da abertura de mercado do Brasil na década de 1990 e da revolução técnico-científico-informacional. Desta maneira, Singer (2000) percebe que a exclusão social se apresenta como uma nova forma de pobreza mais perversa coloca a questão do trabalho no bojo da discussão sobre exclusão social.

Segundo o autor, há na verdade uma precarização do trabalho, que inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições.

A exclusão social nas abordagens socioeconômicas apresenta-se como uma problemática social relacionada à reestruturação produtiva, ao neoliberalismo e à globalização, mas também da própria produção social do espaço, uma vez que expressa as contradições sociais e espaciais das novas formas e processos de exploração, degradação e espoliação das condições de vida em meio ao modo capitalista de produção, à sociedade e ao Estado. E que no caso das cidades, apresenta-se como um processo fundamental na estruturação espacial urbana, influenciando diretamente na sua produção e pode ser entendida a partir da falta de condições dignas de vida individual e coletiva, na medida em que a própria cidade reforça a exclusão social, devido não somente à questão socioeconômica, mas principalmente pelo modelo espacial adotado.

### 3.4 – AS DIMENSÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DA EXCLUSÃO SOCIAL

Nos anos de 1960 e 1970, as discussões em torno do conceito de marginalidade social ganharam destaque, enraizando outros debates referentes à pobreza e à desigualdade social no âmbito das contradições do modo de produção capitalista.

Singer (2000, p. 60) aponta que

mesmo a discussão em torno das noções de desigualdade, pobreza e exclusão social estarem altamente inter-relacionadas, é necessário distingui-las. **Para o autor**, desigualdade refere-se principalmente à renda, consumo ou acesso a serviços e oportunidades, sendo inteiramente relativo: o grau de desigualdade pode ser determinado apenas ao examinar a situação do grupo ou sociedade como um todo, dimensionando a posição de seus componentes e determinando a extensão das diferenças entre eles. Desta forma, a desigualdade pode se revelar como sendo muito difícil de ser medida (grifos nossos).

Já a pobreza, segundo Singer, é vista também como uma situação relativa, que deve ser relacionada com a medida absoluta de um mínimo e apesar deste mínimo de consumo ser variável para cada país e mudar continuamente, são construídos padrões de referências<sup>6</sup> comuns sobre as necessidades básicas e cuja satisfação deve ser assegurada a todos.

Pobres são os desprovidos da satisfação daquilo que considera suas necessidades básicas. Tal definição de pobreza praticamente exclui a hipótese de que poderia haver “pobre voluntário” ou “pobre por escolha própria”, visto que a pobreza, neste sentido, implica padecimento por privação do mínimo necessário para manter a pessoa viva e saudável (SINGER, 2000, p. 61).

Quanto à exclusão social, Singer (2000) afirma que pode ser vista como uma soma de várias exclusões inter-relacionadas. Contrariamente à desigualdade e pobreza, que são situações, a exclusão social é um processo, embora captado estatisticamente pelo número de excluídos. O processo de exclusão social pode levar a mais desigualdade e certamente a mais pobreza, porém não deve ser confundido com seus resultados.

A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau, sendo que nos países do Terceiro Mundo a exclusão econômica é a forma mais ampla e suas vítimas estão provavelmente excluídas da maioria das outras redes sociais (SINGER, 2000).

---

<sup>6</sup> Podemos destacar a utilização do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que agrega um conjunto formado por indicadores de escolaridade, renda, mortalidade infantil e expectativa de vida e permite comparações entre o nível de desenvolvimento socioeconômico de cada país.

Wanderley (2002, p. 22 - 23), por sua vez entende que:

Embora não se constituindo em sinônimos de uma mesma situação de ruptura, de carência, de precariedade, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficit e precariedades. No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir.

A pobreza contemporânea tem sido percebida como um fenômeno multidimensional atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (migrantes discriminados, por exemplo). Não é resultante apenas da ausência de renda; incluem-se aí outros fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder. Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia.

Na perspectiva de que o vínculo dominante da inserção na sociedade moderna continua a ser a integração pelo trabalho, a transformação produtiva adquire preponderância nas trajetórias de exclusão social. No entanto, a exclusão social, como já temos afirmado, é um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias de desvinculação.

Mesmo a pobreza sendo um conceito comparativo, os parâmetros que a qualificam se fundam na desigualdade social. A nova pobreza está vinculada às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação. Desta maneira, a exclusão tem que ser pensada a partir da democracia. Assim, na perspectiva de que o vínculo dominante de inserção na sociedade moderna continua a ser a integração pelo trabalho, a transformação produtiva adquire preponderância nas trajetórias de exclusão social. No entanto, a exclusão social, como já temos afirmado, é um fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias de desvinculação (WANDERLEY, 2002, p. 23).

Na perspectiva de Santos (2001) a pobreza apresenta três fases distintas diante do desenvolvimento do modo capitalista de produção e que resultaram em uma progressiva precarização das condições de vida de parte significativa da população mundial.

A primeira fase da pobreza, seria anterior a 1ª Revolução Industrial e pode ser caracterizada como uma pobreza incluída ou residual ao apresentar de forma isolada. Essa forma de pobreza se deve ao fato de que o nível de vida de um indivíduo não era medido pelo seu poder aquisitivo e também porque não se configurava como um problema estrutural.

A segunda forma de pobreza descrita por Santos é a pobreza marginal, que se dá a partir da Revolução Industrial, com o aprimoramento dos equipamentos produtivos e a organização do trabalho. Estas mudanças resultaram numa racionalização que marcou o começo da generalização da pobreza indesejada pela sociedade. Neste

momento, o Estado começa a se preocupar com a disseminação da pobreza, o que antes não era considerada responsabilidade do Estado. Nesta fase do desenvolvimento capitalista, o consumismo e o poder de compra ainda estavam em sua fase inicial e daí o nome de pobreza marginal.

O terceiro momento da pobreza apontado por Milton Santos é a chamada pobreza excludente. Aqui o consumismo é difundido de tal forma que os indivíduos passam a ser valorizados através de seu poder de compra. Esta pobreza é de ordem estrutural, por ser gerada pelas contradições do próprio sistema capitalista e está sendo produzida e entendida não mais de forma localizada, mas sim globalizada.

Segundo Demo (2003), a pobreza é entendida quase que exclusivamente em seus aspectos materiais e no plano das carências objetivas. Para este autor, além dos aspectos objetivos e da pobreza material, há também a pobreza imaterial que seria caracterizada pela falta de qualidade política da sociedade, ou seja, trata-se da pobreza política que pode ser ainda pior que as outras formas de pobreza.

Diante do exposto, voz controversa é a de Furini (2003), para quem a teoria da pobreza é relativa à da riqueza e está vinculada à desigualdade, sendo que há duas formas de pobreza (relativa e absoluta), conforme a precariedade econômica em que se encontra a pessoa ou grupo. Segundo o autor, a pobreza designa uma situação social e econômica precária e abrange o estado estrutural e pessoal (pobreza/pobre), podendo ser observada por índices. Não obstante, a marginalidade é relativa à centralidade e igualmente a pobreza possui um estado estrutural e um pessoal (marginalidade/marginal), sendo associada à transgressão da ordem e ao uso da violência. Quanto à exclusão social, trata-se de um protótipo de conceito relativo à inclusão e traz a idéia de processo (que os outros não apresentam). No entanto, apresenta a idéia de estado estrutural e pessoal como os outros (exclusão/excluído).

No entender de Furini (2003), o conceito de exclusão social parece configurar uma nova fase da abordagem de um processo antigo, frente ao qual o conceito estaria mais adequado para se aprender ao próprio processo do que se ater às conseqüências dele.

Para Vieira (2005), por sua vez, a exclusão social deve ser entendida como um processo resultante de implicações sociais históricas e não apenas como implicações individuais ou situacionais, como se apresentam as noções de desigualdade (distribuição diferenciada e desigual das riquezas) e pobreza (genericamente definida como sendo os despossuídos de recursos para viver dignamente ou ainda uma situação nas quais as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada). No entanto, mesmo considerando a desigualdade e a pobreza como sendo questões diferentes do que

entendemos por exclusão social, estas noções são fundamentais na existência, manutenção e aprofundamento da exclusão social.

Assim, na análise comparativa entre desigualdade, pobreza e exclusão social é possível verificar que nas discussões sobre a exclusão social existe um debate teórico marcado por fundamentações qualitativas em detrimento da desigualdade e da pobreza que são relativas ao contexto de cada sociedade e que apresentam um debate empírico marcado por técnicas comparativas e fundamentações quantitativas. Entretanto, as discussões referentes à exclusão social no contexto brasileiro encontram respaldo nos temas referentes à pobreza, marginalidade e desigualdade social.

Nesta perspectiva, Guimarães *et al* (2002) aponta que a discussão sobre a exclusão social remete às novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetivas e que se traduz num fenômeno pluridimensional e multifacetado que ganha relevância enquanto problema a partir da esfera pública, sendo que os processos geradores da exclusão social nas cidades brasileiras seriam aqueles decorrentes da perda crescente de poder decisório do poder público local.

### **3.5 – O DEBATE SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL**

No Brasil o debate sobre a exclusão social vem ganhando força na voz de muitos pesquisadores, que chamam a atenção para a questão da exclusão social como um fenômeno que não é novo e que a injustiça social e a desigualdade remontam desde a história da humanidade conforme apontam Verás (1999), Sposati (1996), Martins (1997), dentre outros (VIEIRA, 2004).

De acordo com Veras (1999, p.13), o tema da exclusão social não é novo no Brasil, embora se possa falar hoje da “nova pobreza”, de novos processos sociais contemporâneos e se faça sentir entre nós a influência dos debates europeu e americano sobre o assunto. Nossa história traz capítulos freqüentes de dominação de vastos segmentos populacionais sem cidadania, atualmente influenciada por vários outros processos sociais excludentes que estão presentes em nossa história desde os tempos coloniais, agravados durante a ditadura militar e pelo fenômeno da globalização.

Em conformidade com Vieira (2004, p. 116), o conceito de exclusão social procura delimitar um processo de injustiça e desigualdade ou mesmo a igualdade plena de direitos que não é recente.

Na crítica de Demo (2002, p. 01) sobre o uso indevido da expressão, a exclusão social remonta do modismo que tornou a questão na literatura francesa. Segundo o autor, o debate em torno da questão caminha bem enquanto o problema permanece ou se aprofunda.

Demo (2002) argumenta que é inviável tentar comprovar a originalidade teórica e prática a partir de uma situação nova, porque mesmo estando em uma outra fase do capitalismo (do ponto de vista da acumulação e da exploração), ele ainda é o mesmo em sua essência. Por isso, nos chama a atenção para pensarmos a exclusão social em relação ao contexto do capitalismo globalizado e competitivo.

As críticas de Demo (2002) decorrem da interpretação da exclusão social na tradição francesa e inglesa, sobretudo ao se referir à visão assistencialista que ganhou a questão no âmbito do Estado e de sua debilitação frente ao acirramento das contradições do capitalismo em seu atual estágio, bem como a ineficiência de seus serviços prestados a coletividade. Deste modo, o autor chama a atenção para alguns pontos que destacaremos aqui:

- a) a necessidade de redistribuir as riquezas;
- b) a participação da sociedade na definição de projetos transformadores – pois não podemos deixar somente nas mãos do Estado a responsabilidade que é de todos;
- c) investir na qualidade dos serviços prestados pelo Estado;
- d) o marxismo ainda é a principal ferramenta para se analisar o modo capitalista de produção;
- e) não acreditar que capitalismo possa privilegiar a justiça social – caso isto aconteça estaremos diante de um outro modo de produção e;
- f) a pobreza política é para o autor, a face mais extrema da exclusão social.

Segundo Demo (2002, p. 17), “*busca-se distinguir entre precariedade e exclusão, colocando a primeira como estágio anterior e aparecendo aí a novidade do fenômeno e mesmo a emergência de um novo paradigma de pobreza*”. Porém, entendemos que a precariedade está imbricada nos processos sociais excludentes, não sendo anterior e nem posterior à exclusão social.

Mas, é nas críticas de Martins (1997; 2002), que o uso da expressão “exclusão social” vem se tornando referência para aqueles que tentam deslegitimar o debate em torno da questão, sendo consensual no discurso de muitos. Contudo, observa-se na crítica de José de Souza Martins que não há uma negação do fenômeno, mas apenas o reconhecimento dele enquanto um processo inacabado.

Martins (1997, p. 14 - 16) afirma que não existe exclusão, mas existe contradição, vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Assim, a

exclusão social deixa de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um estado, uma coisa fixa.

Martins (1997, p. 28) aponta que no Brasil as políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão e sim, políticas de inclusão precária e marginal. O momento transitório da passagem de exclusão para inclusão está se transformando num modo de vida. Seria, então, necessário eliminar a fetichização, a coisificação e a redução do termo exclusão social ao fator econômico, sendo que este também abarca fatores políticos, sociológicos e até morais, caracterizando a exclusão como expressão das contradições do sistema capitalista.

Segundo o mesmo Martins (2002), a noção de exclusão social é errônea ou está no mínimo equivocada, pois não se trata de um fenômeno novo – como também aponta Demo (2002) – e que a sociedade capitalista já nasce com excluídos.

Para Martins (2002), a exclusão social é um fenômeno que sempre existiu, sendo típica de sociedades estamentais como havia no feudalismo e no pré-capitalismo, ou seja, tratava-se de sociedades que apresentavam diferenciações sociais rígidas que eram estruturadas em função do reconhecimento de uma desigualdade natural, bem como não havia uma consciência crítica e contestadora em torno da questão social.

A exclusão social a qual Martins se refere nas sociedades estamentais como a do Brasil colonial representava a condição social imposta pelo modo de produção à sociedade que era praticamente dividida em castas. Por isso, não concordamos com algumas das idéias de Martins pelos seguintes motivos:

- a) Até pelo menos um século atrás não era discutida a questão social, na medida em que as desigualdades e injustiças eram impostas e aceitas nas sociedades como forma de subordinação, dominação e exploração, a partir de dogmas político-culturais, etc. que condicionavam e doutrinavam estas sociedades tradicionais;
- b) Também não havia um Código de Direitos Humanos, ou seja, o próprio sistema jurídico não assegurava a justiça social e o direito a ter direito;
- c) As formas de poder político eram outras e não havia responsabilidade social, até porque o surgimento do Estado Moderno, baseado nas idéias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, apesar de ser uma invenção recente, foi criado para servir o próprio modo capitalista de produção.

Na tentativa de qualificar os processos que dão visibilidade à exclusão social, Furini (2003) atribui o termo padrões de inserção precária para os resultados da reprodução dos processos sociais excludentes, que segundo ele cria um estado de vulnerabilidade socioespacial, agravado no caso do Brasil, pela concentração de riquezas.

Furini (2003, p. 43), perante várias significações sobre a exclusão, optou por considerá-la como sendo:

[...] uma noção que encerra um conjunto de estados negativos – desinserção, desqualificação, desafiliação, despersonalização [...] – nas esferas mundial, nacional e local. Sendo uma noção ampla, ela revela uma anormalidade em relação ao universo de pensamento consensual – é apresentada pela sociedade como doença a ser combatida – e uma normalidade em relação ao universo de pensamento reificado – é apresentada pela academia como resultado comum de um sistema organizacional baseado em um modo de produção desumano. Contudo, a noção precisa ser minuciosamente contextualizada para poder ser utilizada, pois a exclusão pode ocorrer no interior de grupos excluídos, podendo haver exclusão dentro da exclusão. Daí a sua flexibilidade escalar, ou seja, ora num contexto relativo a algum grupo e ora relativo a todo um segmento social. Essas considerações instigam-nos a buscar novas abordagens para explicarmos estes processos.

Diferentemente, Vieira (2004) aponta que se deve procurar abordar a exclusão social como resultado de múltiplos fatores, como discriminação (sexual, étnica, religiosa, etc.), exclusão de direitos (desempregados, marginalizados, deixados de lado) e a representação social da exclusão (aspecto subjetivo da sociedade em analisar a questão da exclusão). Perante os diferentes fatores presentes nos processos de exclusão social, o autor apresenta seis dimensões do processo de exclusão social: a dimensão histórica, a dimensão espacial, a dimensão econômica, a dimensão especificamente social, a dimensão das representações sociais e a dimensão política.

Dessa forma, resultado de múltiplas dimensões, o conceito de exclusão social tem capacidade de nos iluminar para os problemas e as desigualdades da sociedade contemporânea, nos orientando para a necessidade de mudanças estruturais e profundas na sociedade como um todo, proporcionando a uma parcela cada vez maior da população formas de acessibilidades, em todos os sentidos, possibilitando a inclusão social de todos (VIEIRA, 2004, p. 122).

Optamos em nosso estudo, a exemplo de Singer (2000) e Vieira (2004), entender a exclusão social em meio ao desenvolvimento do modo capitalista de produção, ressaltando como ponto de partida as transformações engendradas a partir da Revolução Industrial e, considerando no caso brasileiro, o processo de “descolonização tolerada e consentida”, que se realizou não para atender os anseios do povo, mas para atender às novas necessidades emergentes com o advento da Revolução Industrial e do capitalismo.

Desta forma, o processo de exclusão social deve ser entendido como expressão das contradições inerentes ao modo capitalista de produção e em âmbito coletivo e não apenas como situação e/ou condição resultante de fracassos e insucessos pessoais, sendo que no processo de acumulação capitalista brasileira temos que considerar alguns fatos importantes ocorridos entre o século XIX e XX, período este marcado pelo surgimento da sociedade brasileira enquanto Nação e Estado independente, a saber:



- a) O fim da escravidão e o início do trabalho livre com mão-de-obra imigrante (era preciso ampliar o consumo e mudar as formas de exploração do trabalho);
- b) A lei de terras (transformação da terra em mercadoria, com o valor de troca sobrepondo o valor de uso) – necessária para conter possíveis ocupações por parte dos ex-escravos e posteriormente dos imigrantes e assegurar o direito à terra para as elites;
- c) A passagem do Brasil agrário-exportador para o Brasil urbano-industrial;
- d) A migração do campo para a cidade e;
- e) O recente processo de urbanização brasileira (como resultado parcial dos processos expostos acima).

Neste limiar, um ponto fundamental é a compreensão da exclusão social em espiral, atentando no sentido de que não se trata de um processo específico da questão urbana, mas de um processo que se acentua com a urbanização da sociedade capitalista.

Assim, ao considerarmos que a exclusão social e os seus efeitos tomam visibilidade e se despontam nas últimas três décadas (tanto no Brasil como no mundo), seguindo as transformações engendradas pelo capitalismo, gerando o desemprego prolongado e trazendo consigo um número crescente de pessoas que nem mesmo conseguiram se inserir no mercado de trabalho. É neste momento que o tema da exclusão social ganha centralidade nos meios acadêmicos e políticos.

A questão da exclusão social no Brasil aprofunda-se, então, com a urbanização que não foi capaz de absorver mão-de-obra e de atender as demandas crescentes de infra-estrutura, trazendo a emergência de trabalhos referentes aos problemas sociais urbanos e dos movimentos sociais na década de 1970, num período marcado tanto pela censura e repressão da ditadura militar, como pelo fim de um modelo econômico calcado no endividamento dos cofres públicos.

De acordo com Verás (2002, p. 30), enquanto nos anos de 1960 e de 1970, chamava-se a atenção para a marginalidade – representada na figura dos favelados – como criadora dos “excluídos” na cidade, nos anos 80 com o aumento da pobreza e da recessão econômica, ao mesmo tempo em que se vivia a “transição democrática”, chamou-se a atenção para a questão da democracia, da segregação urbana (efeitos perversos da legislação urbanística), a importância do território para a cidadania, a falência das ditas políticas sociais, os movimentos sociais e as lutas sociais. Em especial discute-se a questão espacial, o território e a cidadania.

E nos anos de 1990 se edita o conceito de exclusão social como a não-cidadania, principalmente relacionando-a a idéia de processo abrangente, dinâmico e multidimensional (WANDERLEY, 2002, p. 35).

No trabalho de Sposati (1996) notamos uma preocupação diretamente relacionada com a formulação do conceito. Com base no avanço do trabalho empírico de construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo, o qual Sposati assumiu o caráter relacional e multidimensional da exclusão social sugerindo diferentes possibilidades conceituais, associando a cada uma sua definição e a maneira específica de recortá-la empiricamente, conforme segue:

- a) Exclusão estrutural: associada ao atual modelo de desenvolvimento econômico mundial excludente, gerando uma contínua desigualdade e promovendo um acesso seletivo ao mercado de trabalho;
- b) Exclusão absoluta: decorrente da pobreza absoluta de um elevado contingente da população, sofrendo uma privação total das condições de vida, tanto no sentido material quanto no sentido não material ou subjetivo;
- c) Exclusão relativa: promovida pela restrição do acesso de boa parte da população às riquezas socialmente geradas e das oportunidades historicamente acessíveis para uma melhoria nas condições de vida;
- d) Exclusão das possibilidades de diferenciação: decorrente do grau de homogeneização imposta nas regras de convívio entre os diferentes grupos sociais, restringindo direitos das minorias (opção sexual, opção religiosa, opção política, etc) gerados por intolerâncias e pela negação à heterogeneidade de ação e pensamento;
- e) Exclusão da representação: gerada através do grau de (im)possibilidades de expressão da democracia pelos diferentes grupos de interesse e de opinião dos vários segmentos sociais nas questões públicas e, principalmente, na relação sociedade-Estado;
- f) Exclusão integrativa: forma perversa de inserção precária e temporária no processo de acumulação.

No entender de Melazzo (2004; 2006), a exclusão social na leitura brasileira é uma ferramenta analítica que permite, ao mesmo tempo, revelar os traços estruturais de uma sociedade marcada secularmente por intensas desigualdades e as formas conjunturais que hoje se abatem sobre o mundo do trabalho.

Segundo Melazzo (2004; 2006), no Brasil o conceito de exclusão vem sendo utilizado cada vez mais associado à idéia da desigualdade e de sua permanência secular em nossa sociedade. Para este autor, a principal e mais ampla referência brasileira é o trabalho de Verás por mostrar claramente que a evolução do debate não deixa de lado a compreensão das relações de poder que diferenciam, segregam e limitam amplas parcelas da sociedade brasileira do acesso aos resultados da riqueza socialmente gerada.

Para Verás, a exclusão social é mais um paradigma social do que um verdadeiro conceito sociológico. Desta maneira, a exclusão social não se instaura no campo

da ação política sem manter relação com as pesquisas realizadas pelas ciências sociais. Sendo assim, tanto do ponto de vista científico como social, o que se deve considerar é que esse processo é dinâmico.

Não obstante, Melazzo (2004, p. 68) conclui que:

O conceito de exclusão social remete, portanto, à discussão das novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetivas, restando ainda um campo aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que, cada vez mais, perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores.

Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz sobre as facetas múltiplas do econômico, do social, do político e do psicológico que se perdeu para cada um frente ao estado de destituição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos.

Deste modo, o que fica claro e tende a ser consenso entre os autores que tratam do tema é o significado de exclusão social, referindo-se sempre às condições de diferença e desigualdades sociais intrínsecas à sociedade capitalista, que tende a elevar o número de pobres e miseráveis em todo o mundo, de modo acentuado nas últimas décadas (VIEIRA, 2005).

Guimarães *et al* (2002) também aponta para o fato de que apesar da discussão sobre exclusão social ser recente, os processos geradores e delimitados por ela não são. Segundo o autor, a exclusão social constitui-se num problema de cidadania e também num problema político e o combate à exclusão social é condição essencial para o desenvolvimento social. Assim, a solução da exclusão social deve passar necessariamente por decisões políticas, sendo necessário primeiro ampliar o conceito que define apenas a insuficiência de renda. Para este autor, são enormes e complexas as situações passíveis de serem abarcadas pelo conceito de exclusão, sendo que os esforços teóricos devem se dirigir, paulatinamente, para aproximar seu conteúdo das reais possibilidades de alcançar as situações concretas de indivíduos, famílias e comunidades.

Nesta perspectiva, verificamos que a exclusão social apresenta-se enquanto processo de diferenciação social e espacial que se intensifica com a produção capitalista da urbanização contemporânea, ganhando visibilidade com a ampliação das desigualdades fruto do aprofundamento da divisão do trabalho, que acirrou as contradições socioespaciais e também do próprio processo de formação histórico do território.

### 3.6 – POR UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA EXCLUSÃO SOCIAL URBANA

Diante das pesquisas desenvolvidas no Brasil, é possível afirmar que expressão “exclusão social” foi mais utilizada como instrumento metodológico do que propriamente como conceito e o uso da expressão advêm de sua força instrumental. É por apresentar esta interface metodológica, e principalmente, por expressar diferenciações socioespaciais, é que o uso da expressão apresenta um caráter nitidamente geográfico, especialmente quando tratamos de questões presentes nos espaços intraurbanos das grandes e médias cidades brasileiras.

Entendemos que a exclusão social não é uma forma de diferenciação socioespacial, mas seus resultados geram diferenciações socioespaciais, como a segregação socioespacial resultante da produção do espaço urbano, que por sua vez expressa a divisão territorial do trabalho e acentua a exclusão social. Nesta relação entre a exclusão social e a segregação socioespacial, o Estado atua como gestor e regulador de acesso aos meios de consumo coletivo que podem ser seletivos e reforçadores da segregação socioespacial como um processo indutor da exclusão social.

As diversas formas que revestem a segregação socioespacial e a exclusão social estão representadas pela ilegalidade nas condições de moradia, ilegalidade nas relações de trabalho, ilegalidade na ação da política ou desconhecimento de tribunais para resolução de conflitos, além da impunidade, ilegalidade em relação à propriedade da terra, exclusão econômica, social, cultural, ambiental, etc. (MARICATO, 1996).

A exclusão social está inserida num debate teórico que vai além da questão urbana, mas que vem sendo utilizado principalmente para discutir os problemas sociais urbanos, na medida em que vem sendo discutida a partir de uma matriz teórica multidisciplinar e que desenvolve-se calcada no campo do planejamento urbano e das políticas públicas.

Neste sentido, o debate sobre a exclusão social tem um caráter de intervenção formado pela maneira como o uso da expressão desenvolveu-se enquanto instrumento metodológico no Brasil. Desta forma, a Universidade tem um papel muito importante na construção de uma práxis social fundamentada na cidadania e na justiça social. Como exemplos do compromisso social da Universidade Pública, podemos citar os vários projetos sociais desenvolvidos pelos pesquisadores da FCT/UNESP – ressalte-se aqui o papel do CEMESPP em conjunto com outras instâncias de poder (Prefeituras, Entidades Assistenciais, ONGs, etc.).

Por outro lado, verifica-se muita resistência em trabalhar a exclusão social pelo fato de ser um tema polissêmico que ainda não está ancorada por uma teoria,

sobretudo, marxista como preferem os geógrafos<sup>7</sup>, ao contrário do conceito de segregação socioespacial.

No entanto, a tentativa de delimitação conceitual da exclusão social, assim como aconteceu com o conceito de segregação, tem sido fundamentada a partir de outros campos disciplinares, a exemplo de outros conceitos, como o de segregação socioespacial, que não encontra referência teórica na evolução do pensamento geográfico e na própria Geografia Urbana.

A análise da questão da exclusão social enquanto temática recente da Geografia permite entendê-la como um novo paradigma da atual fase de expansão capitalista, que se justifica não apenas pela exploração do trabalho, mas também pelas relações de exclusão e inclusão social que se perpetuam com o acirramento das desigualdades sociais e repercutem diretamente no espaço.

Desta maneira, é que desenvolvem-se pesquisas ligadas principalmente à geração de indicadores sociais que apóiam-se em novas metodologias capazes de estabelecer parâmetros (objetivos e subjetivos) para a relação entre exclusão e inclusão social, visando estabelecer uma aproximação conceitual da expressão à sua abordagem e objeto enfocado.

Caminhando nesta direção, os estudos sobre a exclusão social começam a se intensificar na Geografia e incorporam qualitativamente as categorias geográficas: espaço, território e lugar.

Nesta perspectiva, buscamos analisar a questão da exclusão social enquanto temática relevante para a Geografia, uma vez que expressa as contradições sociais e espaciais das novas formas e processos de exploração, degradação e espoliação das condições de vida em meio ao modo capitalista de produção, à sociedade e ao Estado. Tratando-a não somente como uma problemática social reveladora das múltiplas facetas atribuídas à reestruturação produtiva, ao neoliberalismo e à globalização, mas também à própria lógica de produção do espaço e de seus territórios urbanos.

Assim, pautamos em mostrar como a lógica de produção do espaço urbano em Marília acentuou a exclusão social intraurbana, atuando como um processo social excludente definidor dos padrões de exclusão/inclusão social apreendidos nos indicadores sociais.

Para tanto, buscamos no entendimento do território a compreensão dos padrões de exclusão/inclusão social reforçados pela precariedade territorial, estabelecida pelas centralidades criadas com a produção do espaço urbano e que vão definir a

---

<sup>7</sup> Vale lembrar que o conceito de segregação socioespacial não teve origem no marxismo e nem na Geografia, surgiu na Ecologia Humana, na qual a Sociologia tivera mais força. Entretanto, a construção do conceito não pressupõe que haja uma teoria construída, pois o conceito e a teoria se constroem e se redefinem mutuamente.

mobilidade e a acessibilidade das pessoas à cidade. Neste sentido, o acesso seletivo aos meios de consumo coletivo e à cidade conduz a formação de territórios urbanos precários, que podem ser definidos de acordo com os indicadores sociais e com o próprio mapa da exclusão/inclusão social, ajudando-nos a delimitar os territórios da exclusão social.

Para Martins (1997), o que existe são formas de inclusão precárias. Diferentemente, nosso posicionamento teórico até o momento caminha para o reconhecimento de um processo multifacetado denominado exclusão social, o qual transforma e diferencia o espaço urbano, acentuando as desigualdades intraurbanas. Ou seja, o que iremos considerar aqui como precários são os territórios e não o modo de inserção social das pessoas.

Reconhecemos que os meios de inclusão e promoção social podem até ser os mesmos para toda a sociedade, mas o acesso aos meios e formas de inclusão é diferenciado. Como exemplo, podemos citar a distribuição espacial dos equipamentos públicos e seu acesso, os fluxos de pessoas e as formas de circulação no espaço urbano.

A produção da cidade enquanto lugar do trabalho, do lazer, da moradia, da produção, do consumo e de seus fluxos apresenta diferentes usos existentes em seu interior. Neste processo, o mercado de terras acelera a produção do espaço urbano e reflete os investimentos do Estado em infra-estrutura e equipamentos urbanos. Assim, ressaltamos a necessidade de discutir o território como espaço de vivência, poder, autonomia e desenvolvimento.

Segundo Santos (1996) o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas deve ser entendido como território usado e não como o território em si. Neste sentido, o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. É o espaço físico a qual alicerçamos a identidade, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Não obstante, o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

No entender de Claude Raffestin (1993), que ao discutir sobre a problemática do poder contribuiu também para o entendimento do território e da territorialidade em uma análise relacional.

Nas palavras de Claude Raffestin:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Destaca-se na obra de Raffestin, o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, que o entende como substrato e palco, pré-existente ao território.

Conforme Sposito (2004a), as reflexões de Raffestin (1993) são uma das mais importantes contribuições para o entendimento do território, principalmente do ponto de vista do método. No entender de Sposito, ao afirmar que o espaço pré-existe a qualquer ação, Raffestin utiliza o conceito de espaço como uma daquelas categorias que sem a qual não é possível compreender a realidade.

Quando o geógrafo é posto diante de um sistema territorial, ele descobre uma produção já elaborada, já realizada. Produção suscetível de mudanças, contudo suficientemente fixa para ser analisada. Mas toda análise supõe uma linguagem. Sem linguagem, não há leitura possível, não há interpretação e, portanto, nenhum conhecimento sobre a prática que produziu o território (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Para Raffestin, espaço e território não são sinônimos, sendo que o espaço antecede ao território e o território se forma a partir do espaço. Deste modo, parte da confrontação dos conceitos de espaço e território.

Segundo Raffestin, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator (sujeito) territorializa o espaço. Sendo o território:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, p. 144).

Em acordo com o autor, a construção do território revela no fim relações marcadas pelo poder. Assim, é necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. O poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados juntos para a consolidação do conceito de território.

Sobre a territorialidade, que para os sociólogos recebe a denominação "trajetória", Raffestin aponta que constitui-se como um conjunto de relações que originam um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Deste modo, para o autor ela é definida a partir da convergência relacional entre dois processos, um espacial e o outro informacional, na perspectiva de assegurar a autonomia de uma coletividade através do tempo (HAESBAERT, 1995, p. 173).

Esse sentido relacional presente na definição do território e de territorialidade traduz a incorporação, simultânea, do conjunto das relações sociais e de poder e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico. Assim, o sentido relacional do território não apenas se vincula às idéias de enraizamento, estabilidade, limite, fronteira, fixidez, mas também às idéias de movimento, de fluidez e de conexão (HAESBAERT, 2002).

Conforme Heidrich (2004), antes de uma sujeição plena ao território, antes deste se caracterizar como recurso pelo qual se exerce o domínio e o controle social, surge as territorialidades. Para o autor, ao território se chega pelo desenvolvimento dessa relação, sendo o território uma relação que antes de tudo envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte destas características estão presentes, pode-se considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade.

O entendimento do território pode ser complementado em Souza (1995, p.78-79) ao afirmar que o território deve ser apreendido como *“um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”* e por Haesbaert (2002), na medida em que as noções de controle, de ordenamento e de gestão espacial, fundamentais no debate sobre o território, não se restringem apenas ao Estado, mas igualmente se vinculam às estratégias de distintos grupos sociais e das grandes corporações econômicas e financeiras, o território deve ser apreendido como resultado da interação entre múltiplas dimensões sociais.

A partir desta explanação conceitual, é inconcebível não considerar a influência dos pressupostos de Raffestin nas obras posteriores sobre o território. Como por exemplo, na obra de Souza (1995), em que a presença das categorias espaço e poder são estruturais na construção (ao menos conceitual) do território, assim como o caráter político do conceito em Haesbaert (1995) quando aborda a influência das redes no processo de desterritorialização.

Segundo Souza (1995, p. 96), todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é um território. *“Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente”*.

Souza (1995, p. 97), concorda com Raffestin a quem o espaço antecede o território, mas afirma que o mesmo comete o equívoco de coisificar o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material (o espaço social), praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social.

Para Souza (1995), Raffestin mesmo fazendo uma abordagem relacional, não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim *“um campo*



*de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. Um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.* No entanto, Souza (1995) traz uma outra perspectiva de poder, ao considerar o fato de que mesmo em uma coletividade autônoma e democrática o exercício do poder não é concebível sem territorialidade. Para o autor, “*o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação*” e completa ainda que o espaço é formado pela existência de múltiplos territórios.

Souza (2002; 2003) também traz uma importante contribuição no que diz respeito às ações da gestão e planejamento urbanos, como meio de transformação da realidade tendo nas esferas da autonomia e do poder o postulado para o desenvolvimento social e trabalha com a idéia de mudança, na medida em que tenta apontar as possibilidades e limites de transformação da realidade e trazendo a idéia de superação.

Mas a questão do território ganha novos contornos quando a relacionamos com a discussão a respeito da exclusão social, como na relação entre território e exclusão social abarcada por Rogério Haesbaert (1995; 2004). Para este autor, uma abordagem geográfica da exclusão social poderia ser desenvolvida por meio do estudo da desterritorialização enquanto tema intrínseco ao território. Assim, com base nele, podemos refletir a respeito da precarização do território como resultado do caráter excludente das redes, que criam o seu outro – os chamados aglomerados de exclusão.

Haesbaert (1995) parte das reflexões de Raffestin (1993) ao organizar seu pensamento a partir da tríade Território/Rede/Aglomerados de exclusão, enquanto recurso analítico para entender a territorialização e a desterritorialização mais extrema que formam os aglomerados de exclusão, situação em que os indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como no caso dos acampamentos de refugiados e grupos de sem-teto. O autor chama a atenção para o papel das redes como invariante territorial mais importante para se entender a sociedade atual.

Para Haesbaert (1995, p. 185), o aglomerado humano de exclusão se associa então ao:

[...] “não regulado/ordenado”, onde a imprevisibilidade é uma condição essencial e fica difícil conviver (“racionalmente”, pelo menos) com a lógica da geografia das redes e territórios. [...] Num sentido mais abstrato e genérico (porque na realidade ele pode estar imbricado a territórios e redes), o aglomerado compreenderia os grupos marginais no sentido de exclusão social de fato, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis.

Neste sentido, os aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança

constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência freqüente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, em síntese, de espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica. A desterritorialização arrasadora dos aglomerados excludentes produz assim o anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes (HAESBAERT, 1995, p. 193).

Posteriormente, Haesbaert (2002) identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Para o mesmo autor, vive-se um período de intensas transformações de ordem política, econômica e cultural e, desta maneira, o espaço mundial se organiza multiterritorialmente em torno das três manifestações geográficas já mencionadas: os territórios-zona, mais tradicionais, prevalentes na lógica política, como a do Estado-Nação; os territórios-rede, majoritários na lógica econômica das grandes corporações globais; e os aglomerados de exclusão, espaços originários da lógica excludente que relegam muitas áreas do planeta a uma espécie de desordem socioespacial.

No entanto, é importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

A idéia de que a exclusão social constitui-se pela perda (destituição) do poder é compatível com a idéia de não-território. Porém, é notório nos trabalhos de Haesbaert certa tentativa de se criar uma nova terminologia e também um novo sentido para a exclusão social. Segundo ele, o que caracteriza a exclusão é o caráter fluído e imprevisível que se expressa numa desordem socioespacial.

Assim,

escolhemos a expressão “aglomerados de exclusão” para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de “desterritorialização – ou territorialização precária”. (HAESBAERT, 2004, p. 313)

Rogério Haesbaert, em sua análise territorial, vem desenvolvendo um novo conceito: o de aglomerados urbanos de exclusão social. Segundo ele:

Definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil, principalmente porque eles são, como a própria exclusão que os define, mais um processo – muitas vezes temporários – do que uma condição ou um estado objetiva e espacialmente bem definido. Se preferirmos, trata-se de uma condição complexa e dinâmica, mesclada sempre com outras

situações, menos instáveis, através das quais os excluídos tentam a todo instante se firmar (se reterritorializar) (HAESBAERT, 2004, P.327).

Mas este autor desconsidera em sua formulação um outro aspecto igualmente importante dos processos excludentes, que diz respeito à vida daqueles excluídos que não tem sua identidade ou seu vínculo social relacionados com lugar algum. Ou seja, diferentemente da abordagem territorial, que considera a exclusão social como um atributo do espaço social, neste caso, estamos nos referindo à exclusão social enquanto um atributo das pessoas e ao sentimento de pertencimento ou de reconhecimento a um determinado lugar. Um exemplo extremo seria o da população de rua, cuja mobilidade constante e permanente não lhes permite a identidade com um determinado lugar (VIEIRA, 2005).

A exclusão no domínio territorial nos remete a duas condições desse tipo de processo social. A primeira condição da exclusão refere-se, sobretudo, à perda do sentimento de pertencer a um lugar, condição essencial desde o nascimento da humanidade para o senso de localização e pertencimento do indivíduo no espaço em que vive, e em sua articulação com a sociedade. O excluído perde seu referencial geográfico simbólico. Ele está, ao mesmo tempo, em nenhum lugar e em todos os lugares, pois sua condição de mobilidade permanente não permite a criação de vínculos de qualquer ordem.

O domínio territorial, no estudo da exclusão social, relaciona-se ao fato de existirem situações em que a exclusão diz respeito não apenas às pessoas e famílias, mas a todo um território. É o caso de bairros degradados “em que as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não tomadas medidas que promovam o progresso de todo o espaço, nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades e até de atividades econômicas” (COSTA, 2001).

A partir do exposto verificamos que o território nos remete às formas como o processo de exclusão pode estar concentrado em determinadas parcelas do espaço, produzindo territórios precários e socialmente excluídos do conjunto da cidade.

Em conformidade com Santos (1987), o componente territorial implica não só que seus habitantes devam ter acesso aos bens e serviços indispensáveis, mas que haja uma adequada gestão deles, assegurando tais benefícios à coletividade e o direito a cidade.

Ao analisar a exclusão social a partir do território, é possível ainda especificar ou aprofundar os estudos no âmbito da categoria geográfica “lugar” que não diz respeito apenas ao sentido estrito da terminologia inglesa “place”, que se refere à localização dos objetos num determinado espaço físico. Na Geografia, o lugar constitui-se no espaço da cotidianidade, da história e do espaço vivido, ou seja, refere-se ao “lugar”

onde se estabelece a vida cotidiana e o sentido de convivência, sendo que o lugar enquanto categoria geográfica cede espaço a territórios demarcados e separados.

O entendimento da exclusão social no lugar, ou seja, no espaço mais imediato, o espaço passível de ser vivido, portanto, passível de intervenção e transformação, é extremamente importante para se pensar em alternativas de combate à exclusão social.

Considerando as afirmações de Santos (2002) acerca do lugar como sendo o espaço vivido, onde o indivíduo cria uma relação de afetividade, na medida em que potencializa relações de caráter social, é o ponto de partida para qualquer forma de intervenção, na medida em que o alcance às políticas públicas de inclusão só se concretiza com construção simbólica, ao menos do poder, possível quando há a presença das redes de solidariedade e da territorialização.

Conforme Carlos (1996), o lugar permite entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar no seu processo relacionado com de mundialização, ao mesmo tempo em que o lugar se coloca enquanto construção social de uma parcela do espaço. Abrindo a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, bem como os processos de apropriação do espaço.

O processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por estratos diferenciados da sociedade é desta forma preenchido por múltiplas coações e expõe às pressões que se exercem em todos os níveis. Com isto, transforma-se, constantemente, o lugar e produz-se o estranhamento do lugar através da perda das referências. Esse processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de formas que ganham novos conteúdos, que é a acentuada contradição que está na base do processo de produção do espaço e que se expressa na apropriação privada do solo urbano. É nesse contexto em que o processo de produção do espaço urbano tende para a homogeneidade, o que não elimina uma forte distinção de áreas do território da cidade, que se diferenciam pelos modos de apropriação e pelos seus usos (CARLOS, 1996).

Nesta perspectiva, a questão da perda dos vínculos sociais e da identidade com o lugar como característica do processo de exclusão social nos permite pensar a exclusão como um não-lugar, pois quando falamos de perda, estamos nos referido à relação do indivíduo com o meio em que está inserido. Desta forma, o lugar, nessa análise da exclusão social, refere-se ao lugar de cada indivíduo e/ou grupos de indivíduos no espaço urbano.

Da mesma maneira, ao analisar questões ligadas à autonomia e à falta de poder, estamos entendendo a exclusão social enquanto um não-território ou um território precário como verificamos no grupo de pesquisas CEMESPP, para quem os problemas

sociais urbanos (ligados a processos sociais excludentes) são decorrentes da falta ou perda de autonomia no processo de tomada de decisão do poder público municipal.

A exclusão social enquanto processo expressa a ausência de recursos mínimos, o acesso precário ou mesmo a falta de acesso a recursos e aos bens de consumo básicos, a falta de acesso à educação, saúde, ao mercado de trabalho, a condições afetivas e subjetivas dignas. No entanto, uma somatória de condições precárias do território permite a adoção de critérios para a representação espacial da exclusão social.

Nesta perspectiva, das várias abordagens e recortes analíticos, pautamos em considerar que inserção e inclusão são processos distintos, que pode haver inserção sem inclusão (como exemplo podemos citar o caso de um trabalhador mal remunerado), mas não há inclusão sem haver primeiro a inserção social.

Segundo o pensamento marxista, para haver relações capitalistas de produção, é necessário explorar ou ser explorado pelo capital (do ponto de vista das relações de trabalho). Então, a inserção social no capitalismo se dá quando integramos esta relação. Mas, temos outras formas precárias de inserção capitalista, como por exemplo a população que compõe o setor informal da economia capitalista e que não está inserida à sociedade a partir de relações capitalistas, mas que, no entanto, expressam os resultados e objetivos de um sistema criador e reforçador da exclusão social.

Deste modo, a precariedade territorial confere, concomitantemente, uma vulnerabilidade socioespacial ao território, agravada pela ação do Estado ao priorizar os investimentos nas áreas já privilegiadas da cidade do capital que também vai se apropriar dos territórios urbanos de acordo com suas características socioespaciais. Assim, temos a formação de padrões territoriais precários, que chamamos de territórios da exclusão.

Resultado de múltiplos fatores ligados à globalização, ao modo de produção vigente, à política e às formas de apropriação político-social e econômica do espaço, os processos sociais excludentes criam territórios diferenciados e desiguais em um mesmo arranjo espacial. Neste sentido, os processos sociais excludentes resultam da forma como o capital se apropria de um território.

Assim, exclusão social é um processo que no caso de Marília está ligada ao desenvolvimento capitalista e à produção desigual e contraditória do espaço urbano resultante da própria acumulação do capital, expressando as condições de vida da população nos diferentes territórios urbanos e o reconhecimento da existência de territórios precários no espaço urbano apresenta-se como a chave de acesso para a elaboração de políticas públicas e desenvolvimento de estratégias de combate à pobreza e à exclusão social.

## **CAPÍTULO 4 – O USO DOS INDICADORES SOCIAIS COMO SUPORTE A PESQUISA**

Neste trabalho, o uso dos indicadores sociais se faz relevante tanto para o conhecimento da realidade socioespacial, quanto para a operacionalização do conceito de exclusão social. Desta forma, o indicador social constitui-se no elemento que articula: as matrizes teóricas, a concepção conceitual e a objetividade empiricamente medida dos fenômenos, relações e processos sociais.

Conforme Jannuzzi (2003, p. 15), um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). Deste modo, é o elo entre os aportes teóricos e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados.

Seguindo o pensamento de Jannuzzi, o CEMESPP também entende que os indicadores sociais são medidas quantitativas construídas de modo a permitir o conhecimento da realidade social de uma determinada região. Representando um importante instrumento de observação e de análise, fornecendo parâmetros norteadores de decisões em políticas públicas e, portanto, permeando as discussões necessárias para o planejamento e direcionamento das ações em instituições públicas, privadas e mesmo em movimentos sociais (GUIMARÃES, 2004).

Propriamente falando, o uso dos indicadores sociais, enquanto recurso metodológico remete ao pesquisador informações sobre determinados aspectos da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma. Assim,

[...] Se bem empregados, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na negociação das prioridades sociais, esses indicadores podem contribuir no dimensionamento das carências a atender nas diversas áreas de intervenção (JANNUZZI, 2002, p. 53).

Um indicador social, além da relevância social, validade e confiabilidade, deve ter um grau de cobertura adequado aos propósitos a que se presta, devendo ser sensível, específico, reproduzível, comunicável, atualizável periodicamente em termos geográficos, sócio-demográficos e socioeconômicos e gozar de certa historicidade (JANNUZZI, 2003, p. 27).

Nesta perspectiva, o Mapa da Exclusão/Inclusão Social é, enquanto síntese da somatória das notas atribuídas a cada uma das múltiplas variáveis passíveis de

serem adotadas para quantificar e qualificar as áreas de risco e vulnerabilidade social do espaço intra-urbano, em si mesmo, um indicador que possibilita análises situacionais das desigualdades intraurbanas.

De acordo com Sposati:

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social é uma metodologia que usando de linguagens quantitativas e de geoprocessamento produz índices territoriais que hierarquizam regiões de uma cidade quanto ao grau de exclusão/inclusão social [...] Estes índices vinculam condições de vida das pessoas ao território onde vivem (SPOSATI, 2001, p. 01).

A análise geográfica da inclusão/exclusão social a partir dos mapas temáticos e síntese permite-nos identificar e analisar como a exclusão social e a desigualdade se expressam garantindo ações e respostas necessárias ao conhecimento e intervenção da realidade. Desta maneira, a metodologia de mapeamento da exclusão/inclusão social apresenta-se enquanto meio estratégico, sobretudo para a tomada de decisão municipal, uma vez que permite a construção de um projeto de desenvolvimento territorial via políticas públicas adequadas às necessidades dos diferentes territórios urbanos.

Os indicadores sociais, ao serem concebidos com esta interface geográfica, remetem à possibilidade de políticas públicas sociais voltadas à inclusão social e territorial em âmbito coletivo, sendo um recurso necessário à tomada de decisão, na medida em que abarca vários aspectos da realidade.

Com isto, pautamos na organização de um banco de dados e de indicadores sociais, geograficamente localizados, intra-urbanos, como meio de reconhecer os padrões de exclusão social levando em consideração a expressão socioespacial da cidade.

Para tanto, a base de dados utilizada foi a disponibilizada pelo software STATCART® (Sistema de recuperação de informações) do IBGE, dada a sua abrangência temática e possibilidade de desagregação espacial em setores censitários.

Assim, a geração dos indicadores sociais e dos mapas temáticos obedeceu as seguintes etapas:

- seleção das variáveis e das bases de dados;
- elaboração dos indicadores sociais relevantes para a situação delimitada;
- georreferenciamento através do software MapInfo®;
- geração dos indicadores e mapas temáticos;
- superposição dos mapas temáticos e obtenção do Mapa da Inclusão/Exclusão Social;

- hierarquização de áreas (setores censitários) de acordo com notas que variam de 1 a 5, expressando a posição de cada área de acordo com o indicador considerado, no contexto do conjunto das áreas;
- reconhecimento de campo.

Considerando que Marília apresenta processos de favelização nos quais a ocorrência de eventos e situações de risco e vulnerabilidade são mais intensos e/ou acentuados, optamos por agrupar em cinco intervalos definidores dos padrões de exclusão/inclusão social na cidade e não quatro, como utilizado comumente no CEMESPP. Seguindo esta lógica, teremos uma melhor visualização das áreas passíveis de conter e abarcar situações de exclusão/inclusão social.

Para cada grupo ou intervalo de classes temos uma cor representando a situação plausível com a realidade de cada área. Ou seja, em amarelo claro especificamos as áreas nobres, de alto padrão residencial da cidade e em situação de inclusão social; em amarelo escuro, laranja e vermelho temos a representação das áreas intermediárias, situadas dentre os extremos da desigualdade social em Marília e; em vermelho escuro especificamos as áreas em processos de favelização de Marília, por apresentarem os piores percentuais e notas da cidade, bem como a mais acentuada diferença dentre os padrões de exclusão/inclusão social. Portanto, objetivamos apresentar a distribuição territorial das diferentes situações, conforme a sua intensidade.

Para que os indicadores sociais cumpram a função de identificar problemas e/ou desigualdades existentes entre as diferentes classes sociais, devem ser criteriosamente selecionados. Januzzi (2001) apresenta, com muita clareza, tanto uma ordenação classificatória (simples ou composto; descritivo ou normativo; quantitativo ou qualitativo; de insumo, de fluxo ou produto entre outros) como as propriedades a serem consideradas (validade, confiabilidade, grau de cobertura, sensibilidade, periodicidade, historicidade, etc.) na seleção de indicadores sociais (GUIMARÃES, 2004).

Neste sentido, os indicadores selecionados podem ser classificados como simples, objetivos e normativos, sendo que ao final é feita uma aglutinação de indicadores simples para a composição de um indicador síntese – o Mapa da Exclusão/Inclusão Social.

A base cartográfica digital utilizada na geração do mapa da exclusão/inclusão social de Marília apresenta-se dividida em setores censitários, ou seja, são áreas de tamanhos variados, por conta das diferenças de adensamento dos domicílios.



O mapa de setores censitários de Marília inclui tanto o espaço intraurbano da cidade, quanto às áreas de expansão urbana (denominadas de aglomerados rurais de extensão urbana pelo IBGE<sup>8</sup>) e os distritos urbanos.

Para o IBGE, os setores censitários podem ser classificados conforme a situação **urbana** (em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades – sedes municipais – às vilas – sedes distritais – ou às áreas urbanas isoladas) ou **rural** (a situação rural abrange toda a área situada fora do perímetro urbano, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos) e o tipo do setor: **Setor Comum ou Não Especial** e **Setor Especial** (o setor especial é aquele que apresenta características que torna necessário um tratamento diferenciado de coleta em relação aos setores comuns ou não especiais).

São exemplos de setores especiais presentes em Marília:

- **Setor Especial de Aglomerado Subnormal** - Conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.
- **Setor Especial de Penitenciárias, Colônias Penais, Presídios e Cadeias** - Constituído de no mínimo 50 moradores.
- **Setor Especial de Asilos, Orfanatos, Conventos e Hospitais** - Constituído de no mínimo 50 moradores.

Neste sentido, a fim de evitar distorções dos dados em nossas tabelas na geração dos mapas temáticos e síntese, excluímos alguns setores censitários que se encontram as penitenciárias, os hospitais, os asilos, os orfanatos, os conventos e os distritos urbanos. Optamos por manter apenas os setores especiais de aglomerado subnormal, por serem característicos das áreas de favelas.

No geral, foram excluídos 20 setores de um total de 279 setores. Desta forma, os indicadores sociais foram gerados a partir das informações contidas em 259 setores censitários intraurbanos. Assim, de acordo com os dados do Censo de 2000 realizado pelo IBGE, o município de Marília conta com uma população de 192.723 habitantes, sendo que deste total, 184.671 pessoas residem no espaço urbano, representando 95,82% da população total e também um alto índice de urbanização. Os outros 4,18% restantes da população (11.545 habitantes) residem nos distritos urbanos do

---

<sup>8</sup> Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 km de distancia da área efetivamente urbanizada de uma cidade ou vila ou de um Aglomerado Rural já definido como de Extensão Urbana, possuindo contigüidade em relação aos mesmos. Constitui simples extensão da área efetivamente urbanizada com loteamento já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais, ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços.

município, nas áreas rurais e de expansão urbana de caráter ainda rural. Quanto aos aglomerados subnormais, o IBGE contabilizou nove setores nesta situação (própria de áreas favelizadas), que apresentam 3.239 habitantes residindo em 808 domicílios, representando uma média de quatro habitantes por domicílio.

É importante ressaltar também que os dados contidos nas planilhas do Statcart-IBGE estão divididos em uma base de informações que contempla a população e as condições de vida desta, abrangendo características referentes a demografia e aos domicílios. Para tanto, o agrupamento da base é feito a partir de quatro pastas que contemplam os seguintes temas (pessoas, domicílios, responsáveis e instrução).

#### **4.1 – OS INDICADORES DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL EM MARÍLIA**

Não obstante, trazemos agora alguns dados gerais dos indicadores sociais organizados pelo IPEA para a cidade de Marília, chamados de IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal) e que estão contidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000 do IPEA.

Observando a tabela 1, vemos que Marília apresenta um percentual elevado de população adulta com baixa escolaridade, representando mais da metade da população adulta, corroborando os percentuais estadual e nacional que indicam o baixo grau de instrução de nossa sociedade. Por outro lado, verificamos que neste indicador Marília apresenta uma situação um pouco melhor em relação ao Estado de São Paulo e ao país como um todo.

Já em relação ao percentual de analfabetos adultos, verificamos um melhor desempenho do percentual estadual em relação à Marília. No entanto, comparando o percentual de adultos analfabetos de Marília e do Estado de São Paulo com o percentual nacional observa-se uma acentuada assimetria entre as médias municipal e estadual em relação à nacional que apresenta o dobro em percentuais de adultos analfabetos.

Em relação aos outros cinco indicadores de educação apresentados na tabela, observa-se que Marília apresenta uma melhor situação em relação ao contexto estadual e nacional, mostrando que as melhores situações vão se decaindo proporcionalmente do nível municipal para o nacional.

**Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Municipal de Marília**  
(por tema e variável)

<b>Tema</b>	<b>Variável</b>	<b>Marília</b>	<b>SP (Estado)</b>	<b>Brasil</b>
<b>Educação</b>	Adultos com mais de 25 anos de idade e menos de 08 anos de estudos (%)	54,5	56,8	63,7
	Analfabetos adultos com mais de 25 anos de idade (%)	8,4	7,9	16,04
	Crianças de 07 a 14 anos freqüentando a escola (%)	98	96,8	89,82
	Jovens de 14 a 17 anos freqüentando a escola (%)	85,6	82,5	77,72
	Média de anos de estudos adultos com mais de 25 anos de idade	7	6,9	5,8
	Pessoas com 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudos (%)	15,1	13,1	9,3
	Pessoas com 25 anos ou mais de idade freqüentando ensino superior (%)	2,1	1,6	1,5
<b>Vulnerabilidade</b>	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)*	15,6	17,5	30,57
	Esperança de vida ao nascer (%)	71,4	71,2	68,61
<b>Renda (1991/2000)</b>	Renda média <i>per capita</i> 1991 – 2000 (em reais)	357/421	383/443	230/297
	Pobres (%)	11,5	14,4	32,75
	Indigentes (%)	3,73	5,9	16,32
	40% mais pobres (% renda total)	10,1	8,7	6,36
	10% mais ricos (% renda total)	61,4	63,5	52,36
<b>Habitação</b>	Banheiro e água encanada (%)	97,8	96,6	76,97
	Coleta lixo (%)	98,2	98,8	91,16
	Domicílios subnormais (%)	1,75	5,63	3,81

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

\* Crianças até 1 ano de vida

Não diferente, e corroborando a observação anterior é a questão da vulnerabilidade aqui expressa na mortalidade infantil e na esperança de vida ao nascer que em Marília apresenta melhores indicadores em relação à média estadual e nacional.

Analisando a renda per capita entre 1991 e 2000, nota-se que a posição de Marília não se alterou em comparação com à média estadual e nacional, ou seja, a renda per capita em Marília é maior em relação a média nacional e menor em relação à média paulista. Assim, mesmo apresentando um acréscimo da renda para os três níveis federativos, a situação ainda é a mesma entre ambos.

No tocante à questão do percentual de pobres e indigentes em Marília que apresenta uma situação favorável no comparativo com os percentuais estadual e nacional, o mesmo acontece com a distribuição da renda entre os 40% mais pobres de Marília que ficam uma fatia um pouco maior da renda (em percentuais) em relação ao Estado de São Paulo e ao Brasil.

Na outra face da desigualdade, temos o exemplo de uma característica marcante da sociedade brasileira, ou seja, os dados nos mostram que a concentração de renda entre os 10% mais ricos da população no geral supera os 50% da renda total auferida

e que em Marília e no Estado de São Paulo a concentração é ainda mais acentuada, ou seja, mais de 60% da renda total concentra-se entre os 10% mais ricos da população.

Neste sentido, o município de Marília teve um aumento da renda em 18% e o Estado de São Paulo obteve 16% de aumento, comparando à média do país que foi de 23% de crescimento da renda média per capita para o período, percebemos com isto que o crescimento médio da renda per capita brasileira foi maior em relação à média paulista e de Marília. Desta maneira, este indicador nos revela ser um importante indicativo da desigualdade social.

Quanto à habitação, o único dado que se distancia dos demais é com relação à condição dos domicílios, que no caso dos domicílios subnormais (favelas), Marília apresenta uma situação acentuadamente melhor em relação aos dados apresentados para o Estado de São Paulo e para a média brasileira, fato este que num primeiro momento atribuímos ao recente desenvolvimento das cidades médias, em especial, para a industrialização em Marília, mas que por outro lado, é um dos fatores que acentuaram a precariedade habitacional com o aumento da população urbana em processos sociais excludentes.

No geral, notamos que a realidade das condições de vida é melhor em Marília ao compararmos com as médias do Estado de São Paulo e do Brasil. Agora buscamos comparar os indicadores sociais com outras cidades médias do interior paulista, mesmo considerando que são muito relativos e não mostram as médias internas da cidade.

**Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**  
(comparação entre cidades)

Município	IDHM	Educação	Renda	Longevidade	Posição Estado de SP/Brasil
<b>Araçatuba</b>	0,848	0,909	0,811	0,825	12/38
<b>Presidente Prudente</b>	0,846	0,924	0,804	0,81	14/43
<b>São Paulo</b>	0,841	0,919	0,843	0,761	17/63
<b>São José do Rio Preto</b>	0,834	0,916	0,814	0,772	25/95
<b>Bauru</b>	0,825	0,908	0,81	0,758	47/175
<b>Marília</b>	0,821	0,908	0,782	0,773	58/212
<b>SP (estado)</b>	0,820	0,901	0,790	0,770	3
<b>Brasil</b>	0,766	0,849	0,723	0,727	-

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

De acordo com a classificação final dos municípios a partir do IDH-M desenvolvido pelo IPEA, temos a seguinte ordem: Araçatuba (0,848), Presidente Prudente (0,846), São Paulo (0,841), São José do Rio Preto (0,834), Bauru (0,825) e Marília (0,821). Por um lado, estes dados mostram que estas cidades do Estado de São Paulo apresentam melhores índices de desenvolvimento humano em relação à média brasileira (0,766) e

também em relação ao próprio Estado de São Paulo (0,820). Por outro lado, considerando a cidade de Marília, observa-se que esta apresenta o pior índice de desenvolvimento humano dentre as cidades em questão do Estado de São Paulo e que sua média ficou praticamente empatada com a média geral do Estado que é menor em relação ao conjunto de cidades que perfazem a tabela acima. Deste modo, Marília ficou classificada na posição 58 do Estado e 212 do Brasil, sendo a pior classificação entre as cidades médias do interior paulista apresentada na tabela. Porém, entre todos os municípios, verificamos que possuem percentuais médios superiores e melhores que os apresentados pela realidade brasileira em geral.

Apesar das características demonstrando as diferentes situações de condições de vida nas cidades médias e na capital do Estado de São Paulo em relação ao conjunto do próprio Estado e do país, é importante dizer que a construção do IDH trata-se apenas de um índice que sintetiza três indicadores relacionados à saúde, educação e renda, demonstrando de forma geral as condições de vida em diferentes níveis federativos. No entanto, na metodologia usada na elaboração do IDH, temos apenas as médias gerais, não apresentando os coeficientes de diferentes áreas das cidades. Assim, consideramos que não são capazes de apresentar elementos para a análise detalhada das relações de exclusão/inclusão social intra-urbana.

Desta maneira, daqui por diante pautamos a análise das características sociais intra-urbanas de Marília, a partir dos indicadores sociais organizados conforme a metodologia do CEMESPP que apresenta certo avanço em relação à metodologia do IPEA, por mostrar de forma geográfica a diferencialidade de áreas e, também, por possibilitar comparações com outras cidades.

Em primeiro, gostaríamos de comparar os resultados gerais do CEMESPP para as cidades médias do interior paulista e que inclui a cidade de Marília. É interessante observar que dentre 22 cidades estudadas, Marília ocupa a 17ª posição em relação aos padrões de exclusão, ou seja, ocupa a 5ª posição dentre as cidades que apresentam os piores indicadores sociais com relação ao percentual de pessoas excluídas, ficando à frente apenas de Bauru, Dracena, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Por outro lado, ocupa a 13ª posição em relação ao percentual de pessoas incluídas, sendo a 9ª cidade com o menor percentual de pessoas em padrões de inclusão social.

Vieira (2005, p. 74), seguindo a metodologia do CEMESPP, elaborou um sistema de indicadores sociais visando analisar as desigualdades intraurbanas em São José do Rio Preto. Para tanto, produziu 19 variáveis divididas em quatro subgrupos, classificadas como objetivas, simples e normativas, de acordo com a definição de Januzzi (2001) e também produziu um indicador síntese, que procura aglutinar todos os 19 indicadores componentes do sistema proposto.

Dessa forma, Vieira (2005) agrupou os indicadores sociais selecionados em quatro subgrupos de variáveis. São eles:

**1 - subgrupo dos indicadores habitacionais referentes às características dos domicílios**

- Domicílios particulares improvisados;
- Domicílios particulares permanentes tipo cômodo;
- Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário;
- Domicílios particulares permanentes com 04 banheiros ou mais;
- Domicílios particulares com até 04 moradores e;
- Domicílios particulares com mais de 04 moradores.

**2 - Subgrupo dos indicadores dos domicílios com acesso aos meios de consumo coletivos de saneamento básico**

- Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral canalizada em pelo menos um cômodo;
- Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de outra forma;
- Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento e sanitário ligado à rede geral de esgoto ou pluvial;
- Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento e sanitário de outra forma;
- Domicílios particulares permanentes com destino do lixo coletado e;
- Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo.

**3 - Subgrupo dos indicadores econômicos referentes à renda mensal dos chefes de família dos domicílios permanentes**

- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 2 salários mínimos e;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de mais de 15 salários mínimos.

**4 - Subgrupo dos indicadores sociais referentes ao grau de escolaridade e a idade do chefe de família e também às pessoas residentes em domicílios particulares improvisados**

- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e com menos de um ano de estudo;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 17 anos ou mais de estudo;

- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade e;
- Pessoas residentes em domicílios particulares improvisados.

Todas as variáveis do sistema de indicadores e o indicador síntese, foram representados em mapas, juntamente com outros cinco mapas considerados essenciais para a análise das desigualdades sociais e espaciais, mas que não se apresentam como indicadores propriamente ditos.

- percentual de domicílios por setor censitário em relação ao total de domicílios da cidade;
- percentual de pessoas residentes em cada setor censitário em relação ao total da cidade;
- distribuição espacial na cidade dos meios de consumo coletivo básicos para a população: unidades de saúde municipais, creches, escolas municipais de ensino fundamental e médio e escolas estaduais de ensino fundamental e médio. E ainda, dois mapas que representam os valores venais do m<sup>2</sup> dos terrenos sem edificação e das propriedades edificadas, respectivamente, para cálculo do IPTU, pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (VIEIRA, 2005).

Em nosso estudo, utilizamos para a geração dos indicadores uma matriz de indicadores sociais organizados segundo os dados do IBGE e que segue uma divisão por tema: demografia, habitação, ambiente (higiene e saúde), economia e educação e por grupo de variáveis selecionadas: família, crianças e jovens, idosos e mulheres. O resultado foi a geração de mapas temáticos que expressam as diferentes condições de vida da população urbana de Marília e um mapa síntese definidor das áreas que apresentaram as piores notas a partir da soma dos indicadores sociais.

Deste modo, segue abaixo o nome de cada um dos indicadores sociais que compõe o Mapa da Exclusão/social de Marília:

### **Demografia**

- Densidade de habitantes por setor censitário
- Densidade de habitantes por domicílio
- Densidade de pessoas dependentes por setor censitário
- Densidade de crianças e jovens por setor censitário
- Percentual de crianças e jovens da cidade
- Percentual de chefes de família mulheres da cidade
- Densidade de chefes de família mulheres por setor censitário
- Densidade de idosos por setor censitário
- Percentual de idosos da cidade
- Densidade de chefes de família idosos por setor censitário
- Percentual de chefes de família idosos da cidade
- Densidade de chefes de família idosos em relação aos idosos do setor censitário

### **Habitação (condição de ocupação)**

- Concentração de domicílios por setor censitário
- Concentração de domicílios próprios por setor censitário
- Concentração de domicílios alugados por setor censitário
- Concentração de domicílios cedidos ou em outra condição por setor censitário

### **Ambiental ou de saneamento (higiene e saúde)**

- Concentração de domicílios ligados à rede de água por setor censitário
- Concentração de domicílios ligados à rede de esgoto por setor censitário
- Concentração de domicílios atendidos pela coleta de lixo por setor censitário
- Concentração de domicílios sem banheiro por setor censitário
- Concentração de domicílios com 4 ou mais banheiros por setor censitário

### **Economia**

- Percentual de chefes de família sem rendimento
- Percentual de chefes de família com renda superior a 20 salários da cidade
- Percentual de chefes de família com renda de até 2 salários mínimos da cidade
- Percentual de chefes de família mulheres com renda de até 2 salários da cidade

### **Educação (nível de instrução)**

- Densidade de chefes de família não alfabetizados do setor censitário
- Densidade de chefes de família mulheres não alfabetizadas do setor censitário
- Densidade de chefes de família com baixa escolaridade do setor censitário - até 4 anos de estudo
- Densidade de chefes de família mulheres com baixa escolaridade do setor censitário
- Densidade de chefes de família com curso superior ou mais do setor censitário

Apresentaremos nas figuras a seguir, os mapas temáticos com a representação geográfica de alguns dos principais indicadores sociais referentes aos cinco conjuntos de variáveis que definem a exclusão/inclusão social em Marília e um breve comentário sobre o perfil espacial dos diferentes padrões de precariedade sócio-material.

## **4.1.1 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS**

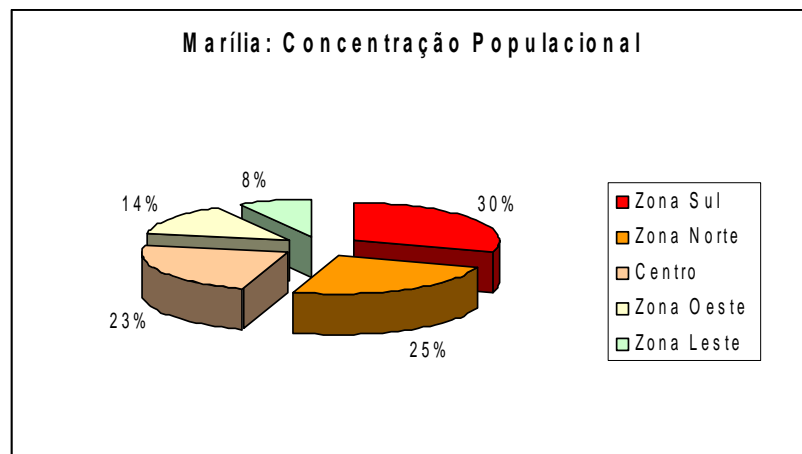
No mapeamento das desigualdades socioespaciais intraurbanas, o conhecimento da distribuição territorial da população se faz relevante, na medida em que podemos identificar a localização/concentração/distribuição de uma determinada demanda potencial. Por exemplo, através do conhecimento da distribuição da densidade demográfica podemos identificar os locais que, pela concentração de pessoas em uma pequena área,



precisam de determinadas infra-estruturas ou serviços. Trata-se de indicadores que nos auxiliam na visualização do grau de desigualdade da distribuição da população no interior da cidade. As informações referentes à demografia podem contribuir para uma visualização do padrão socioeconômico de uma determinada estrutura predominante de constituição e reprodução familiar e de um aspecto relevante da qualidade de vida, dentre outros elementos indicativos de desigualdade intraurbana (GUIMARÃES, 2004).

De acordo com o percentual de concentração populacional por zonas organizado pela Prefeitura Municipal, temos na figura 7 o seguinte perfil de Marília:

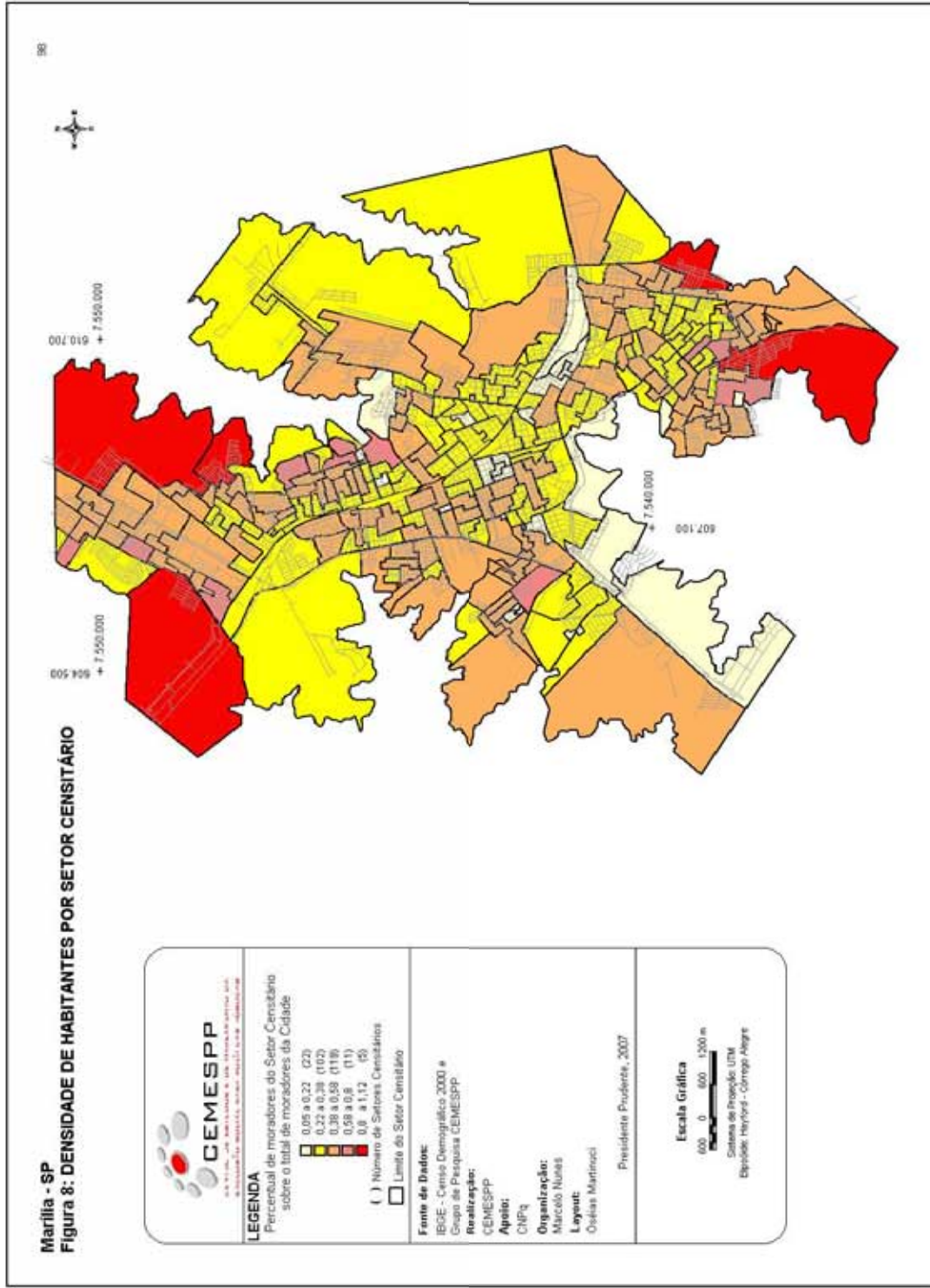
**Figura 7: Concentração populacional por zonas urbanas em Marília - SP**



Fonte: Prefeitura Municipal de Marília/Eplan  
Org: Marcelo Nunes

Observando a figura 7, a qual apresenta os percentuais de concentração da população distribuídos em 5 zonas, nota-se que as zonas norte e sul concentram a maior parte da população mariliense, seguidos do centro da cidade. Por outro lado, a zona leste apresenta a menor concentração populacional da cidade. Neste sentido, temos na figura 8, que trata da densidade de habitantes por setor censitário, a confirmação desta tendência de concentração da população, na medida em que podemos comparar a concentração populacional entre as diversas partes da cidade. Deste modo, é possível observar um maior adensamento populacional nos setores censitários, onde se concentram os bairros populares da cidade, os conjuntos habitacionais e as favelas (que em geral estão próximas dos fundos de vales e das vertentes íngremes e festonadas – conhecidas como Itambés) representadas em tons de vermelho. Por outro lado, temos nos setores pintados em tons de amarelo, os residenciais de alto padrão e os condomínios horizontais fechados (bairros nobres da cidade) com os menores adensamentos populacionais da cidade.

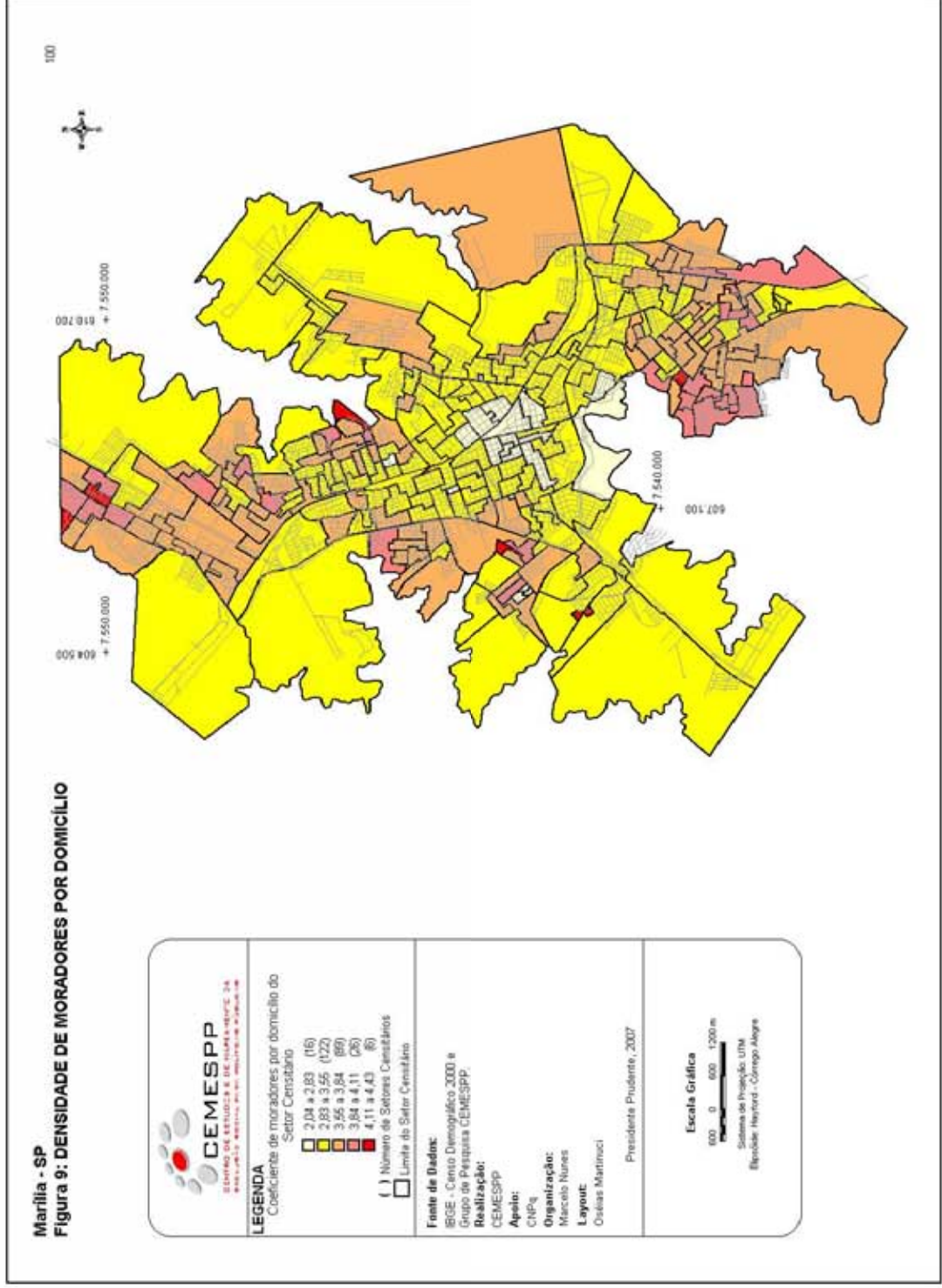
Figura 8: DENSIDADE DE HABITANTES POR SETOR CENSITÁRIO



Na figura 9, referente à densidade de habitantes por domicílio da cidade de Marília, temos um coeficiente de 3,47 habitantes por domicílio levando em conta as 184.671 pessoas residentes nos 53.083 domicílios urbanos, considerando que o centro e a zona leste da cidade apresentam as menores densidades de moradores por domicílio contrastando com os coeficientes das extremidades norte e sul da cidade que aumentam significativamente, sobretudo nas áreas localizadas próximas e limitadas pelos fundos de vale e itambés. No entanto, este indicador apresenta uma baixa densidade de pessoas por domicílio variando de 2 a 4,5 pessoas por domicílio. Desta maneira, o que justifica esta baixa densidade de pessoas por domicílio do indicador é o fato de que o número de domicílios por setor é proporcionalmente maior em relação ao número de moradores do setor, ou seja, isto implica em dizer que há um excedente de domicílios ociosos e uma concentração de imóveis, conforme já apontado por Félix (1996).

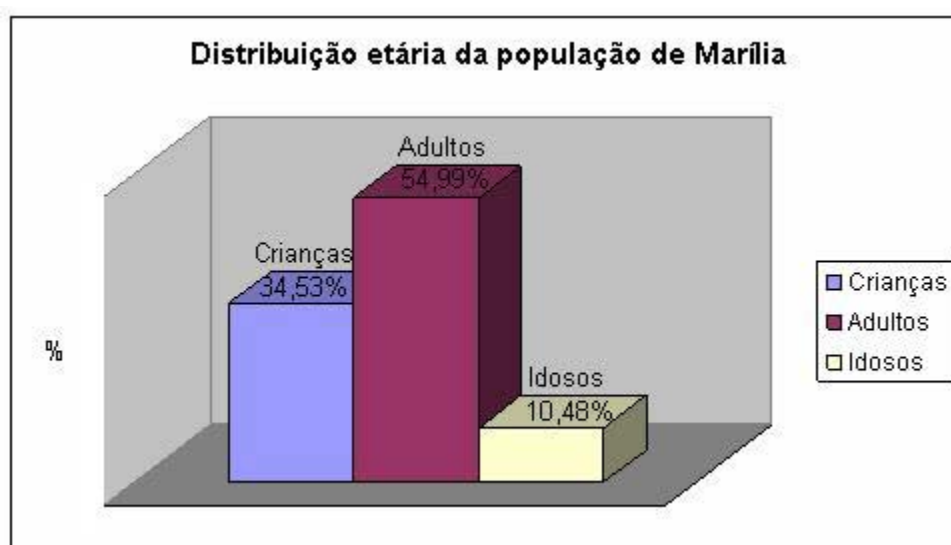
Para justificar tal afirmação e potencializar o debate em torno da produção do espaço urbano, buscamos relacionar o número de pessoas responsáveis (chefes de família) ao número de domicílios do setor censitário e verificamos que em 24,71% dos setores, o que corresponde a 64 setores censitários urbanos, o número de pessoas responsáveis é menor que o número de domicílios, expressando a possibilidade de haver um excedente de imóveis prediais que acabam por influenciar na produção do espaço urbano, na medida em que estes imóveis ociosos contribuem para o aumento do preço dos aluguéis e do valor de venda dos mesmos e pode representar ainda uma concentração de imóveis em poder de poucos proprietários. Estes fatores aliados ao papel do mercado imobiliário, à influência do Poder Público, aos investimentos públicos, às políticas públicas habitacionais, à legislação urbanística, ao planejamento urbano e à relação do mercado imobiliário e poder público (VIEIRA, 2005) determinam decisivamente na produção do espaço urbano e na formação de novos territórios integrados ou não ao conjunto de infra-estruturas e de relações de poder no âmbito da cidade.

Figura 9: DENSIDADE DE HABITANTES POR DOMICÍLIO



Analisando a distribuição das faixas etárias que compõe a população urbana de Marília, temos 63.759 crianças e jovens com idade entre 0 e 19 anos, 101.545 adultos com idade entre 20 e 59 anos e 19.367 idosos com idade acima de 60 anos. Desta maneira, podemos observar na figura 10, que 45% da população mariliense é constituída por pessoas dependentes, considerando principalmente a dependência por serviços públicos especializados e específicos para esta demanda.

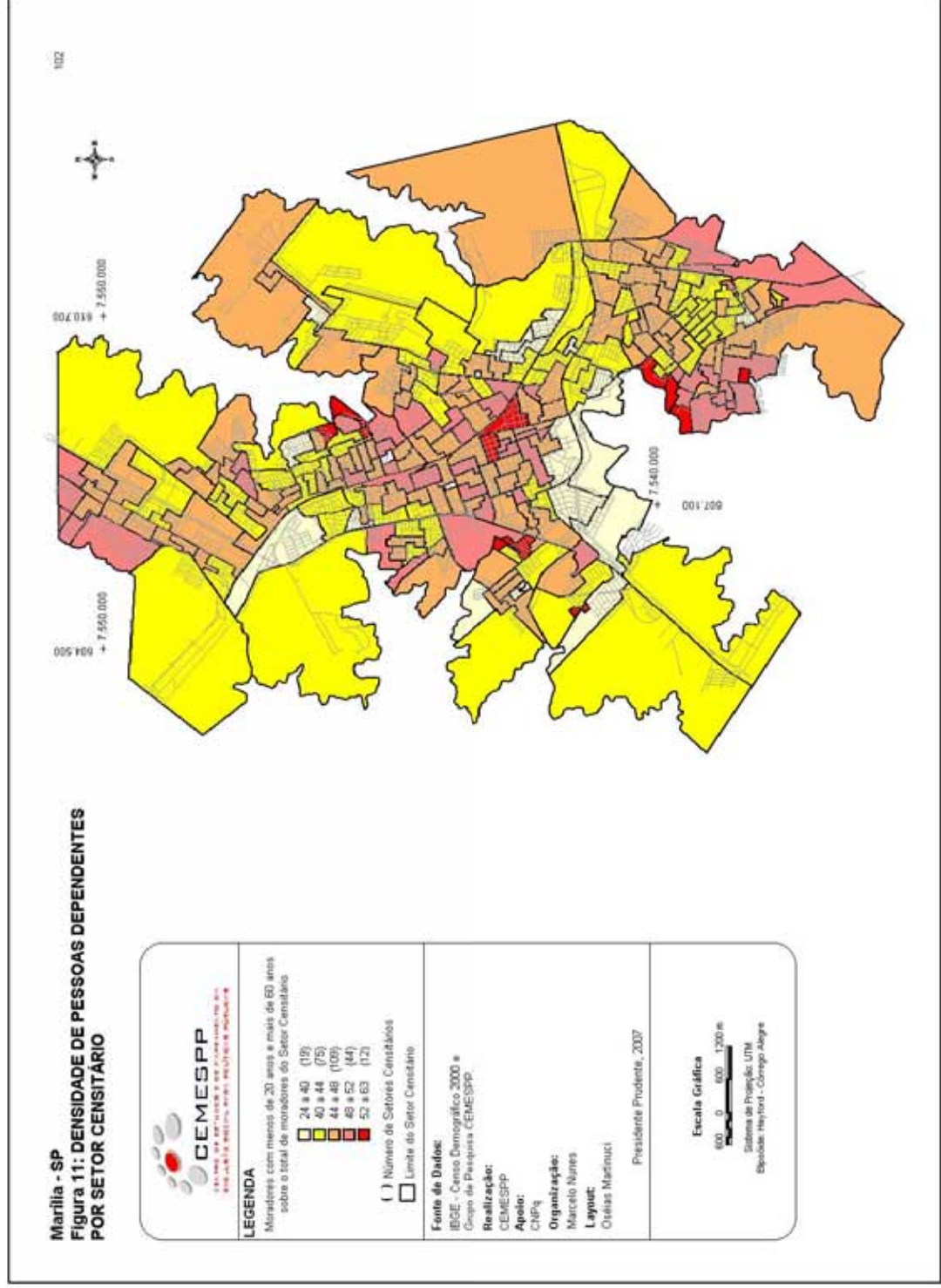
**Figura 10: Distribuição etária da população de Marília - SP**



Fonte: Censo Demográfico - 2000, IBGE  
Org.: Marcelo Nunes

Consideramos dependentes a população entre 0 e 19 anos de idade somada com a população de 60 anos ou mais de idade da cidade em relação ao total de moradores do setor censitário. Desta maneira, a figura 11 refere-se a densidade de dependentes do setor censitário em relação ao seu total de pessoas. Trata-se de um indicador intra-setorial que apresenta 83.126 dependentes distribuídos na cidade, sendo que as melhores situações variam entre 24% e 40% de concentração de dependentes por setor e as piores situações encontram-se acima dos 52% de concentração setorial de dependentes em relação à população setorial. Este indicador revela informações muito pertinentes para o estabelecimento de políticas públicas sociais. Conforme a figura 11, temos uma concentração desta faixa populacional na zona sul (onde destaca-se a concentração de crianças e jovens), no centro e em suas proximidades (onde o peso da população idosa acentua a concentração de dependentes).

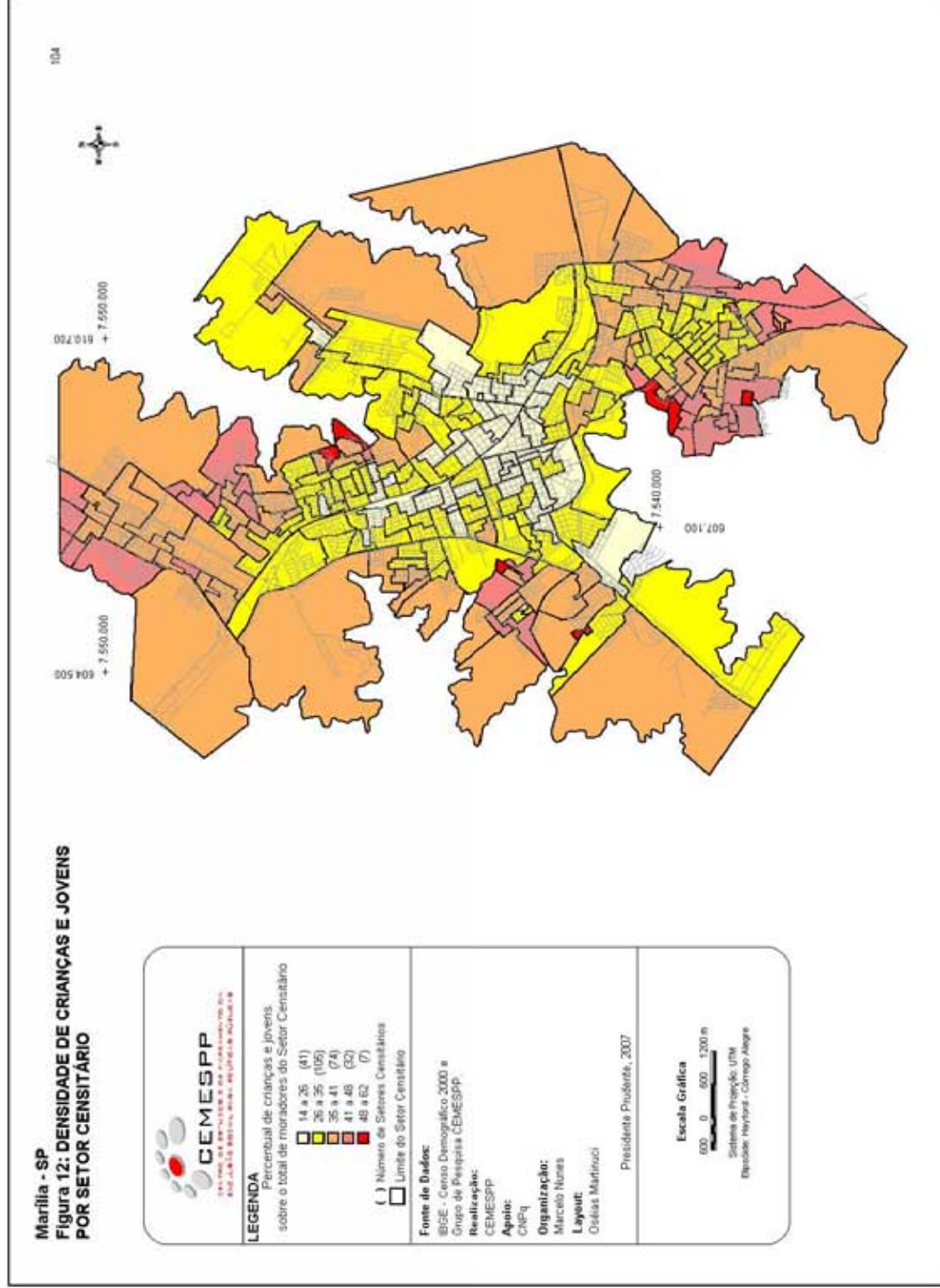
Figura 11: DENSIDADE DE PESSOAS DEPENDENTES POR SETOR CENSITÁRIO



Temos na figura 12 o perfil da concentração intra-setorial das crianças e jovens da cidade, que em Marília representa 34,53% da população total, ou seja, a população com idade entre 0 e 19 anos é de 63.759 crianças e jovens. Veja que a legenda temática da figura 12 varia de 14% a 62% crianças e jovens por setor e com valor mediano de 38,06%. Cabe ressaltar que neste indicador verificou-se uma acentuada distorção dos menores para os maiores percentuais, considerando que alguns setores apresentam uma acentuada distorção tanto para os menores como para os maiores percentuais, o que acontece mais como regra do que como exceção para vários indicadores gerados, devido a presença contrastante entre grupos de alto poder aquisitivo e grupos pouco abastados. Motivo pelo qual, optamos em trabalhar com 5 intervalos, justamente para observar estas distorções acentuadas nos extremos das tabelas de valores.

Comparando o peso da presença das crianças e jovens nas diferentes áreas de Marília, temos uma tendência de concentração nas regiões norte e sul, diferentemente do centro da cidade que contém os menores percentuais de concentração para esta faixa etária.

Figura 12: DENSIDADE DE CRIANÇAS E JOVENS POR SETOR CENSITÁRIO



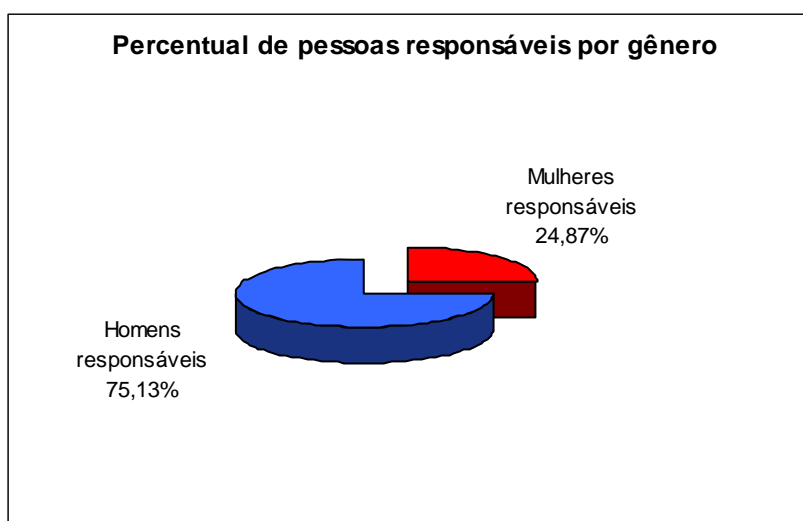


Seguindo o tema demografia, partindo dos grupos família e crianças/jovens (tanto na qualidade de dependentes quanto de responsável), apresentaremos os resultados dos indicadores referentes ao gênero, desta maneira, destacaremos aqui o grupo mulheres.

Em Marília temos 13.108 mulheres responsáveis correspondendo a 24,87% e 39.599 homens responsáveis correspondendo a 75,13% dos responsáveis de Marília que é de 52.707 pessoas responsáveis, o que permite dizer que ainda prevalece em nossa sociedade a presença do homem como principal responsável do domicílio, não esquecendo que este padrão patriarcal vem sendo alterado, conforme mostra a figura 13. Observando a figura 14, que é um indicador intra-setorial que nos mostra detalhadamente o percentual de mulheres responsáveis por setor em relação ao total de responsáveis do setor, vemos que os maiores percentuais aparecem nas regiões norte, centro e na região sul (sudeste) de Marília.

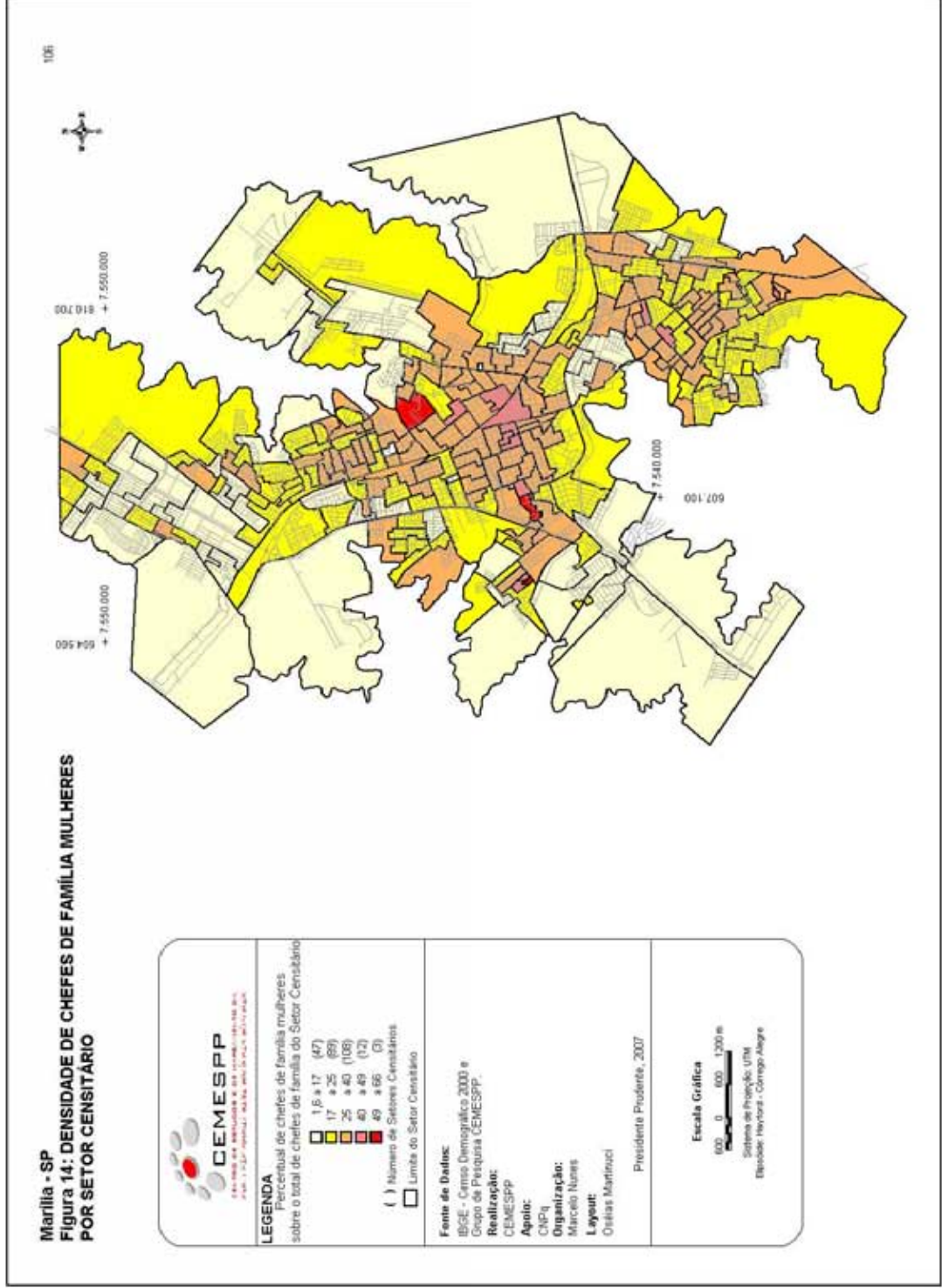
Podemos observar que este indicador mostra uma nítida concentração populacional de chefes de famílias mulheres do setor no entorno do centro e, principalmente na zona sul da cidade. Este indicador chama a atenção para o fato de que em alguns setores os percentuais de mulheres responsáveis chegam a mais de 50%, ficando muito acima da média intra-urbana que é de 25,13%. Porém, a leitura da figura 14 permite-nos afirmar que os setores censitários com maior percentual de mulheres responsáveis pode ser um indicativo de vulnerabilidade social – considerando pelo menos um outro tema que é a educação, na medida em que o nível de escolaridade expressa as condições de vida de uma população e que no Brasil é comum as mulheres terem menor tempo de vida escolar.

**Figura 13: Percentual de pessoas responsáveis por gênero em Marília - SP**



Fonte: Censo 2000, IBGE  
Org.: Marcelo Nunes

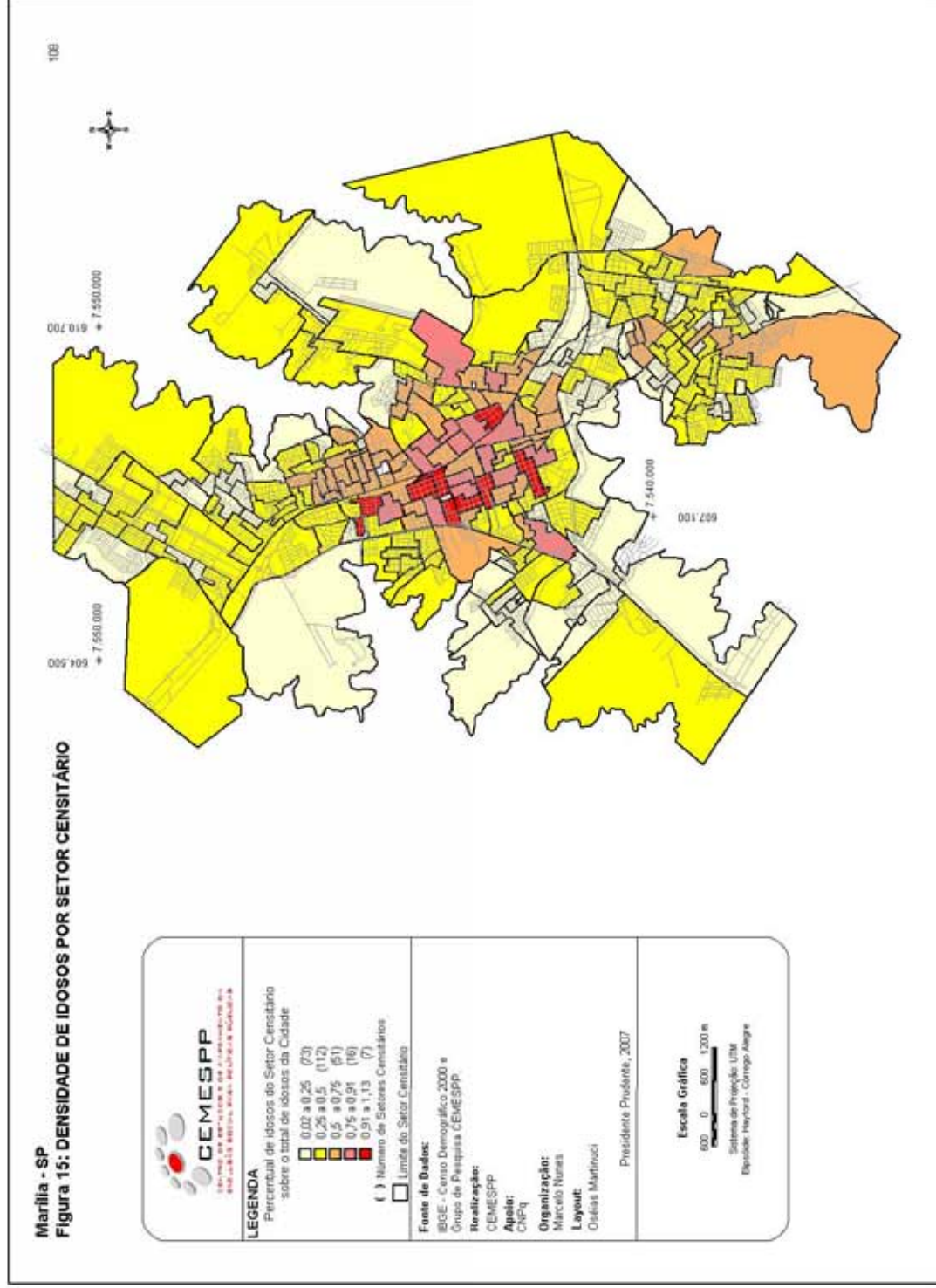
Figura 14: DENSIDADE DE CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES POR SETOR CENSITÁRIO



A população idosa (acima de 60 anos de idade) em Marília representa 10,48% da população total urbana, ou seja, a cidade possui 19.367 idosos distribuídos de forma muito concentrada pelo espaço urbano, fato que podemos observar na figura 15 que traz o percentual intra-setorial de idosos em relação ao total de moradores do setor. Neste indicador os percentuais de idosos por setor apresenta variação entre 1,4% e 38% em relação a população setorial e isto demonstra uma acentuada concentração de idosos nas áreas próximas ao centro, enquanto que a população jovem e adulta concentra-se principalmente nas áreas periféricas da cidade, localizadas principalmente nas regiões norte e sul da cidade de Marília. Assim, temos 68,3% dos setores com população idosa variando entre 1,4% e 13% em relação ao total de pessoas de cada setor e 4,6% dos setores com mais de 25% de idosos dos em relação a população total do setor.

Os setores que concentram os maiores percentuais de idosos correspondem às áreas de ocupação mais antiga da cidade, desta maneira nas áreas periféricas e mais distantes do centro é observado um baixo percentual de pessoas com mais de 60 anos, sendo justamente nestas áreas que estão localizadas boa parte das áreas favelizadas da cidade, que são de ocupação recente e apresentam elevados percentuais de crianças, jovens e adultos. Dentre os bairros localizados em áreas favelizadas podemos destacar a Vila Barros, Angolo Ferrão e Vila Coimbra com os maiores percentuais de idosos devido à ocupação mais antiga destes bairros.

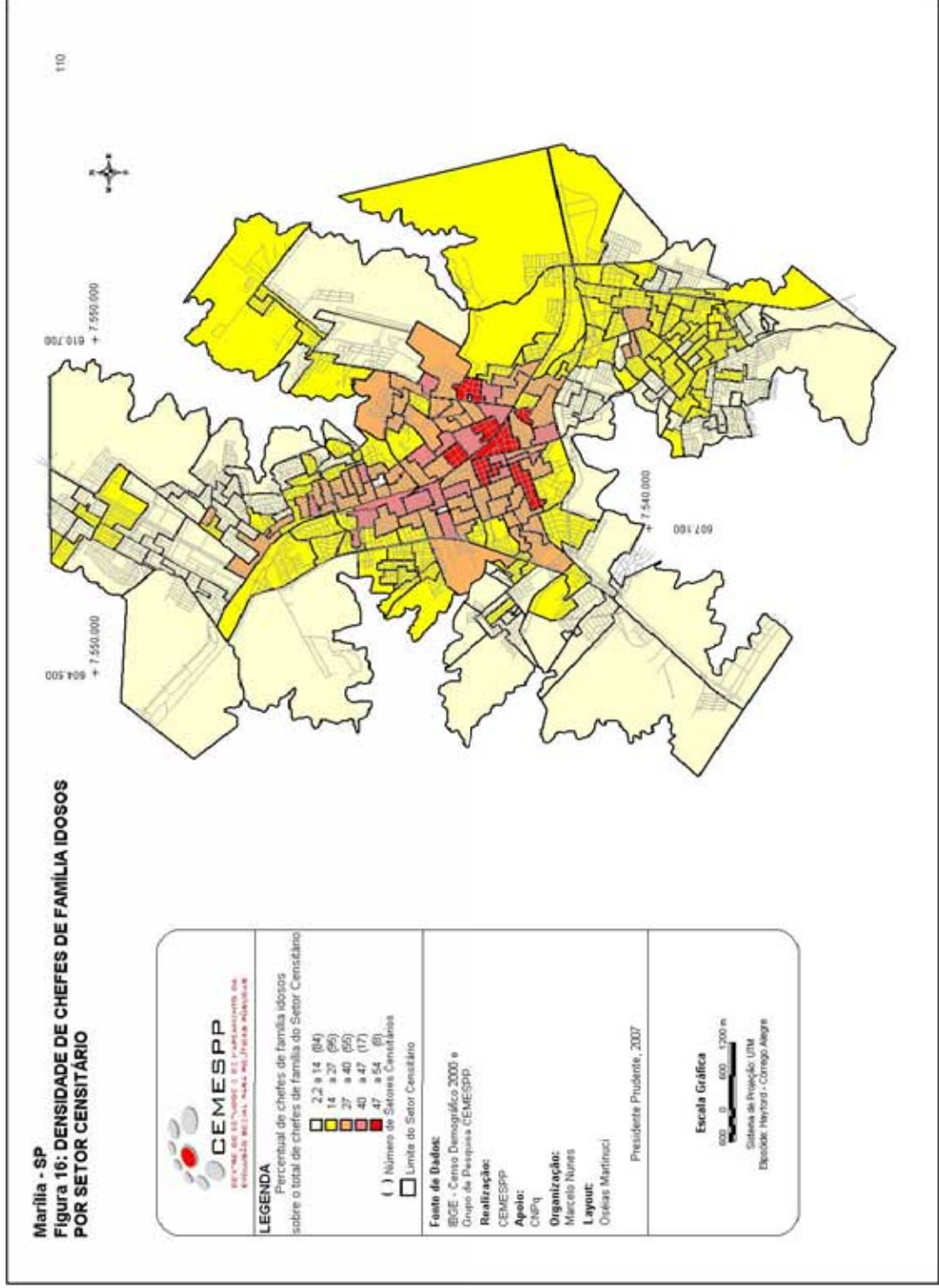
Figura 15: DENSIDADE DE IDOSOS POR SETOR CENSITÁRIO



A figura 16, por sua vez, apresenta a distribuição intra-setorial dos chefes de família com 60 anos ou mais em relação ao total de chefes de família do setor censitário. Os chefes de família idosos representam 21% do total de 52.707 chefes de família da cidade. Neste indicador os percentuais intra-setoriais oscilam entre 2,2% e 54% e com valor mediano de 27%, demonstrando uma concentração acentuada de chefes de família idosos no centro da cidade o que corresponde também às áreas mais antigas da cidade e corrobora a presença acentuada de idosos nesta porção da cidade.

Quando relacionamos os chefes de família idosos do setor sobre o total de idosos do setor, verificamos que 57,13% dos idosos da cidade são chefes de família e que os percentuais deste indicador variam entre 29% e 84%. Isto nos mostra uma tendência nacional de aumento da participação do idoso na economia familiar, devido principalmente à questão da aposentadoria e do desemprego de muitos chefes de família. No entanto, muitas vezes quando o idoso torna-se o responsável pelo domicílio por conta de sua renda fixa ele deixa de utilizar sua renda para a manutenção de sua qualidade de vida (considerando principalmente os gastos com saúde que aumentam). Desta maneira, a presença do idoso como chefe de família pode apresentar-se como um fator de inclusão ou de exclusão quando o acesso e uso dos serviços e equipamentos públicos não atende a sua necessidade.

Figura 16: DENSIDADE DE CHEFES DE FAMÍLIA IDOSOS POR SETOR CENSITÁRIO



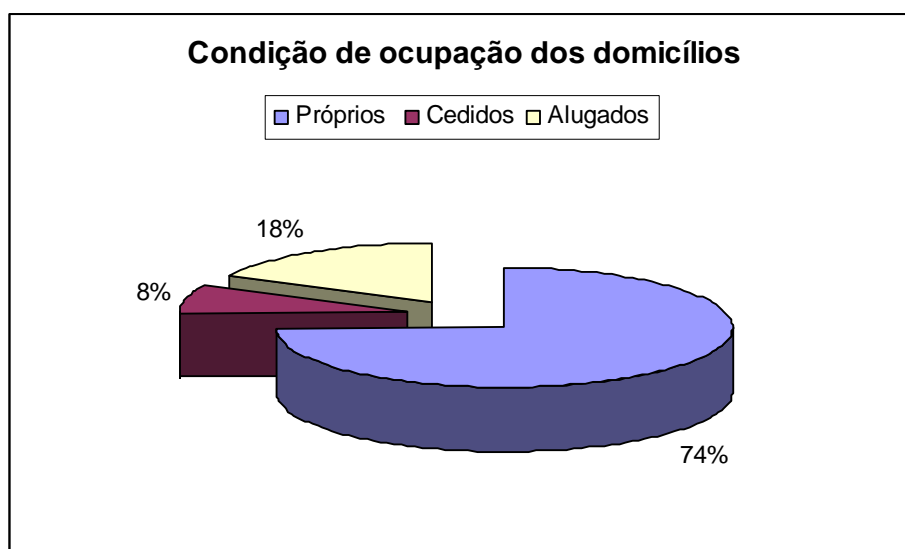
#### 4.1.2 – INDICADORES HABITACIONAIS

Os indicadores habitacionais permitem a visualização da desigualdade e precariedade habitacional, bem como a localização das diferentes classes sociais no espaço intra-urbano e possibilitando-nos verificar a qualidade e as características de seus locais de moradia.

O adensamento populacional em determinadas áreas da cidade implica também um maior adensamento de domicílios nestas áreas, como exemplo temos a figura 17, que trata-se de um indicador habitacional referente ao percentual de domicílios do setor censitário sobre o total da cidade. Desta forma, as regiões norte, sul e centro da cidade apresentam um elevado adensamento de domicílios, com destaque para o extremo norte (onde localiza-se alguns conjuntos habitacionais) e no extremo sul da cidade (onde temos a presença de favelas ou aglomerados subnormais).

Assim, Marília apresenta 53.083 domicílios (incluindo domicílios próprios, alugados e cedidos ou em outra condição), sendo que neste indicador temos uma variação percentual de 0,06% a 1,25% de domicílios em relação ao total de domicílios da cidade, sendo que os setores com maior adensamento de domicílios correspondem aos loteamentos populares e favelizadas da cidade. Na figura 18 podemos observar a distribuição percentual dos domicílios referentes a condição de ocupação (próprios, alugados e cedidos ou em outra condição) e verificamos que os domicílios alugados e cedidos ou em outra condição representam um quarto dos domicílios da cidade.

**Figura 18: Condição de ocupação dos domicílios de Marília - SP**



Fonte: Censo 2000, IBGE  
Org. Marcelo Nunes

Na figura 19, temos uma relação intra-setorial entre os domicílios próprios que representam 74% e o total de domicílios do setor. Neste indicador é interessante notar que os percentuais de domicílios próprios são maiores nas periferias, sobretudo nos bairros populares, conjuntos habitacionais e favelas, em detrimento do centro e das áreas próximas as Universidades que apresentam baixos percentuais de domicílios próprios. Isto ocorre pelo fato de muitos imóveis precários situados ilegalmente em áreas de domínio público ser considerados áreas particulares por seus donos.

Reforçando o indicador apresentado na figura 19, temos a visualização na figura 20 dos domicílios alugados representando 18% sobre o total de domicílios do setor e que tem no centro da cidade os maiores percentuais em detrimento das periferias, sendo que em 10,8% dos setores os percentuais variam entre 30 e 49% de domicílios alugados em relação ao total de domicílios do setor.

Diferentemente das figuras 19 e 20, a figura 21 mostra que os maiores percentuais de domicílios cedidos ou em outra condição que representam 7,5% do total de domicílios estão localizados principalmente nos extremos da malha urbana e que em geral delimitam-se com as escarpas festonadas dos Itambés. Deste modo, os domicílios cedidos apresentam-se concentrados nas áreas periféricas e favelizadas da cidade.



Figura 17: CONCENTRAÇÃO DE DOMÍCIOS POR SETOR CENSITÁRIO

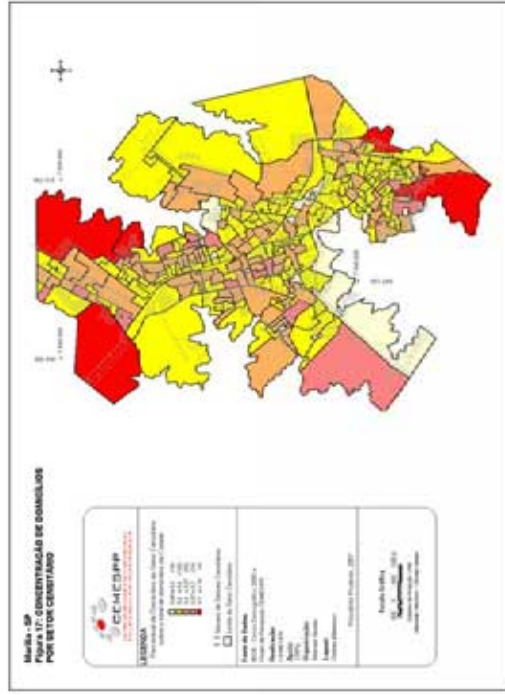


Figura 19: CONCENTRAÇÃO DE DOMÍCIOS PRÓPRIOS POR SETOR CENSITÁRIO

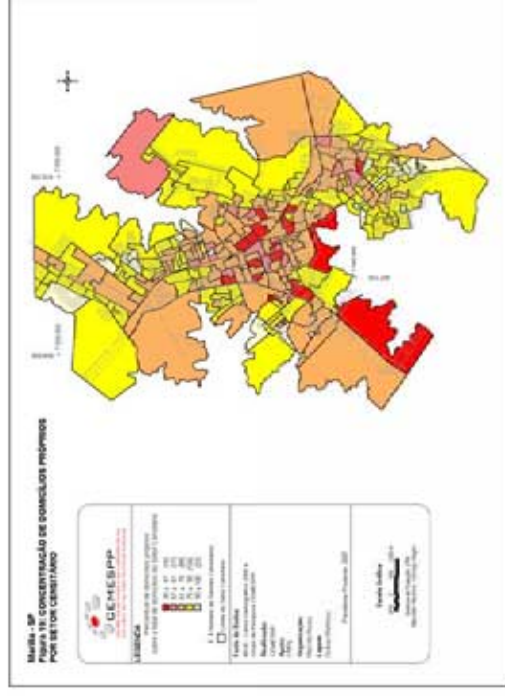


Figura 20: CONCENTRAÇÃO DE DOMÍCIOS ALUGADOS POR SETOR CENSITÁRIO

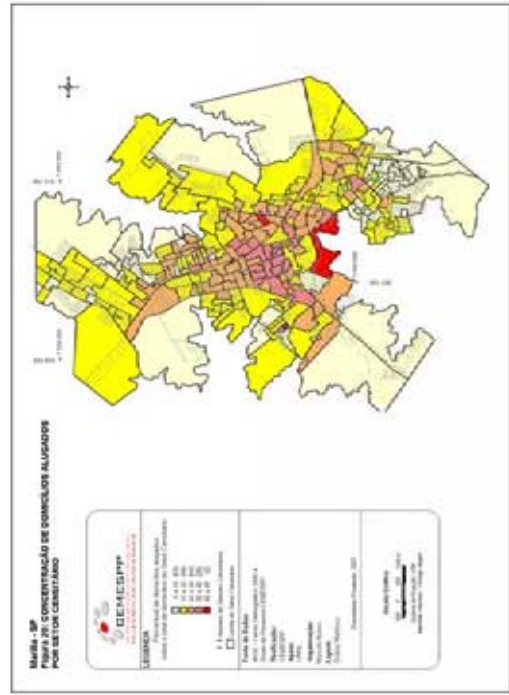
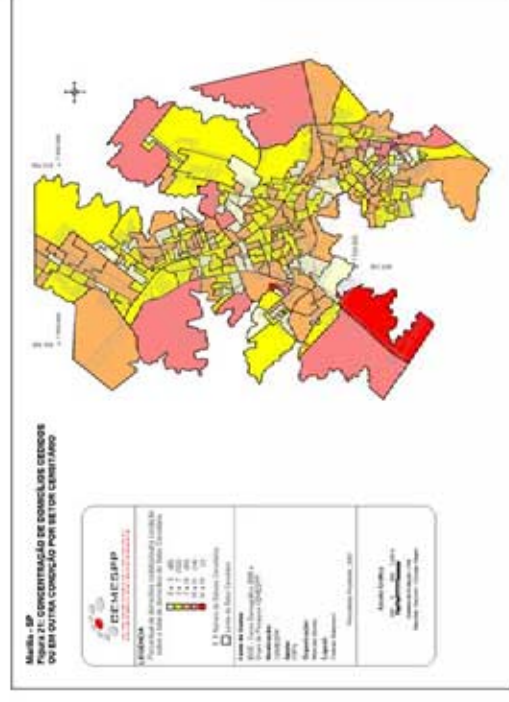


Figura 21: CONCENTRAÇÃO DE DOMÍCIOS CEDIDOS OU EM OUTRA CONDIÇÃO POR SETOR CENSITÁRIO



### 4.1.3 – INDICADORES AMBIENTAIS

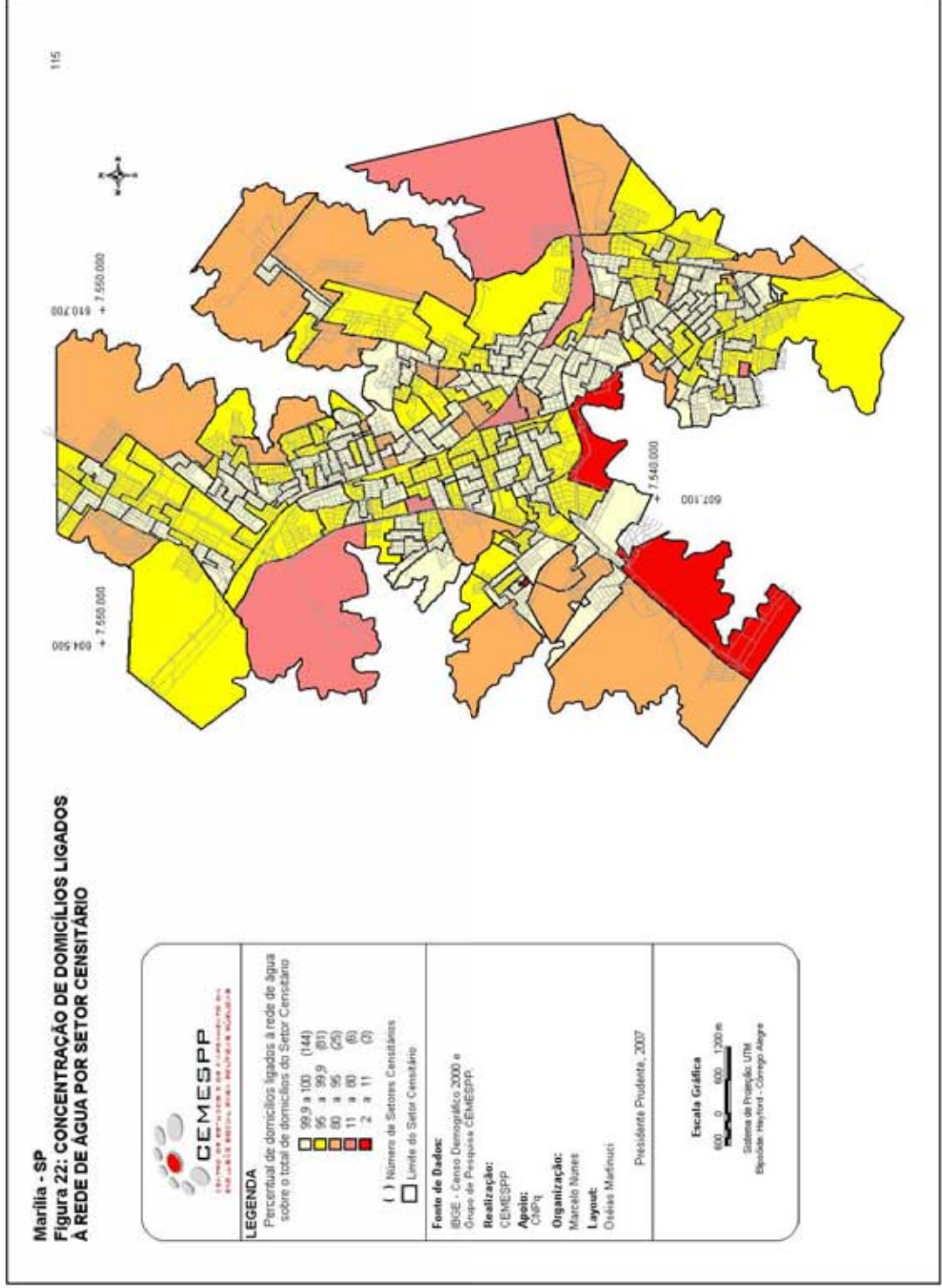
A ausência ou a precariedade de condições sanitárias é um indicativo fundamental das condições ambientais e de higiene e saúde de um lugar e revela as reais situações de abandono, risco, vulnerabilidade ou exclusão de uma população. Nesta perspectiva, nos setores com maiores percentuais de domicílios não atendidos por serviços infra-estruturais ligados às condições ambientais e de higiene e saúde teriam prioridade na execução de obras e serviços ligados a estes indicadores. Trata-se de indicadores que podem auxiliar na pauta de políticas públicas setoriais e integradas das secretarias de saneamento básico, desenvolvimento urbano, habitação e meio ambiente.

Para identificar as condições sanitárias dos setores censitários urbanos de foram selecionados os seguintes indicadores:

- Concentração Número de domicílios ligados à rede geral de água;
- Número de domicílios atendidos pela coleta de lixo;
- Número de domicílios ligados à rede de coleta de esgotos;
- Número de domicílios sem banheiro e;
- Número de domicílios com 4 banheiros ou mais.

A figura 22 indica a relação intra-setorial de domicílios ligados à rede de água em relação ao total de domicílios do setor, os quais em média 97,64% dos domicílios são atendidos por este serviço em Marília, sendo que 44,4% dos setores urbanos da cidade apresentam domicílios não atendidos pelo abastecimento de água por rede geral. Deste modo, verifica-se na figura que a precariedade do serviço é maior principalmente nos setores de menor adensamento de domicílios devido ao fato de estarem localizados nas áreas de expansão da cidade, por outro lado o serviço de abastecimento de água apresenta as melhores situações nas áreas de ocupação mais antiga da cidade e que estão mais integradas ao interior da malha urbana.

Figura 22: CONCENTRAÇÃO DE DOMÍCIlios LIGADOS À REDE DE ÁGUA POR SETOR CENSITÁRIO

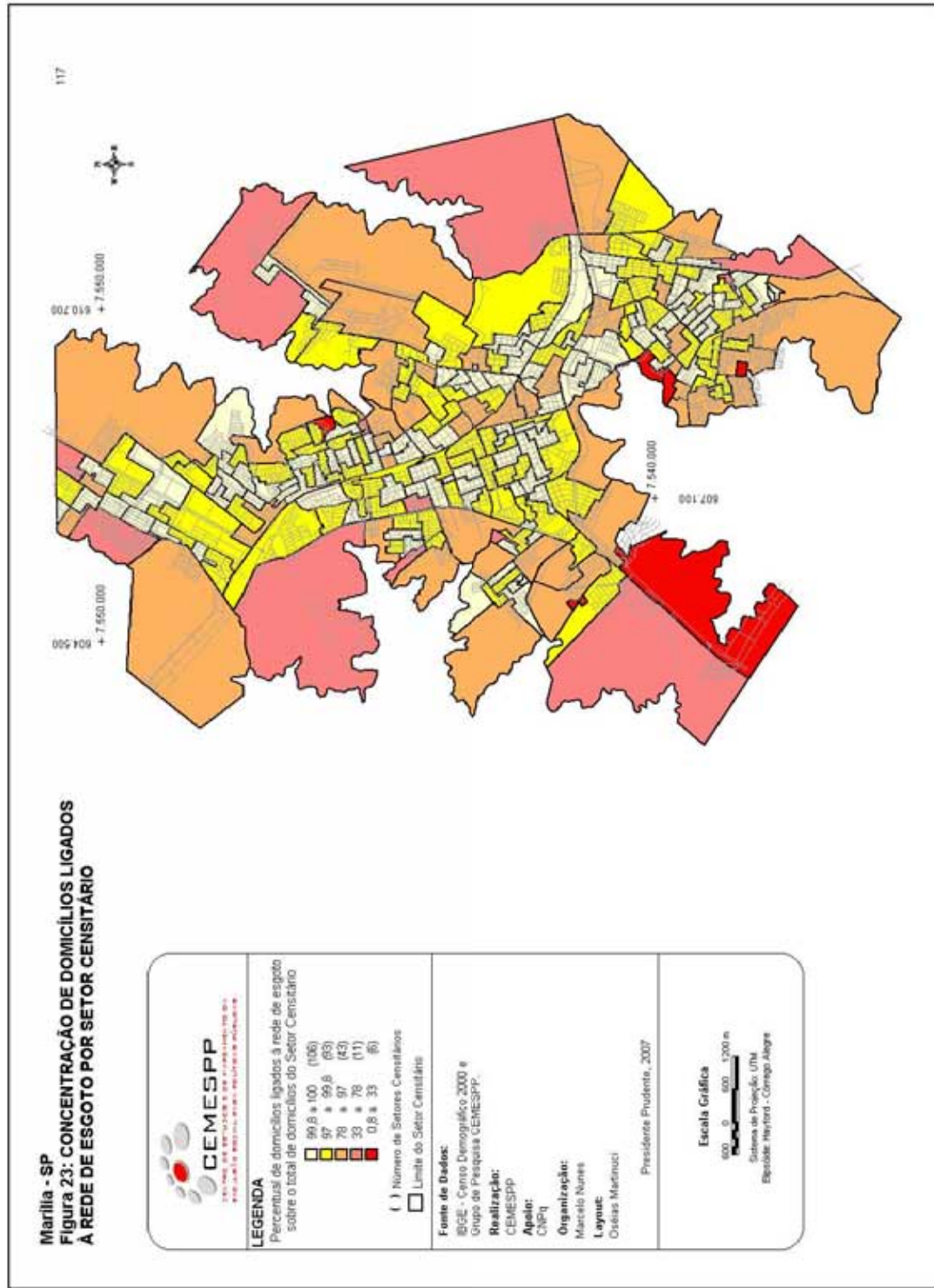


Na figura 23 temos os domicílios ligados à rede de esgoto que representam 95,88% dos domicílios urbanos de Marília, sendo que 57% dos setores apresentam a ocorrência do não oferecimento deste serviço e em 6 setores urbanos de Marília o percentual de domicílios atendidos pela rede de esgoto apresenta variação de 0,8% a 33% o que revela o caráter emergencial de obras de infra-estrutura em saneamento básico nestes setores.

Este indicador, assim como os demais indicadores ambientais apresentam percentuais intra-setoriais, porém podemos constatar que dentre os serviços de saneamento básico este indicador apresenta os piores percentuais de atendimento domiciliar do serviço como podemos corroborar observando os percentuais de domicílios ligados à rede de água e também de coleta de lixo.

É importante destacar que Marília não possui estação de tratamento de esgoto e que nos bairros localizados próximos aos fundos de vale a falta ou ausência de rede de esgoto é freqüente, sendo que é justamente nestes bairros que temos os maiores percentuais de crianças e jovens da cidade e isto implica em vários problemas de saúde por conta do acesso desta faixa etária aos córregos que se tornaram verdadeiros efluentes do esgoto urbano. Pois, como constatamos em pesquisa de campo que uma das principais reclamações e reivindicações das populações destes bairros é a falta de áreas de lazer, principalmente para crianças e jovens, é fato constatado que estes canais fluviais sejam utilizados como áreas de lazer.

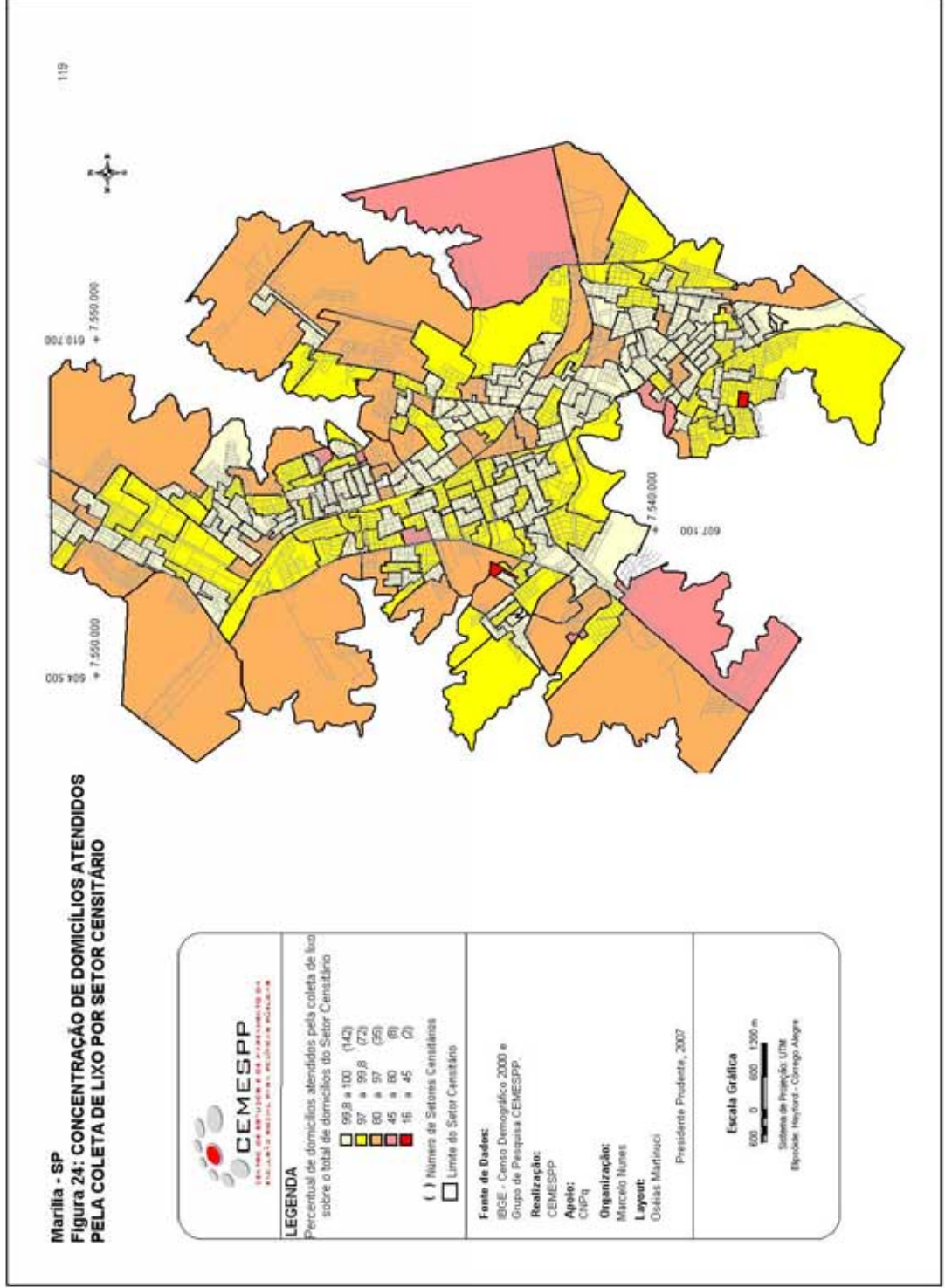
Figura 23: CONCENTRAÇÃO DE DOMÍCIOS LIGADOS À REDE DE ESGOTO POR SETOR CENSITÁRIO



A figura 24 representa os percentuais intra-setoriais de domicílios atendidos pela coleta de lixo. Neste indicador, em média 97,56% dos domicílios são atendidos por este serviço público e em 45% dos setores possuem domicílios não atendidos pelo serviço. A precariedade deste serviço na cidade foi constatada nas pesquisas de campo nos bairros, onde verificamos a ausência do serviço nas favelas e em suas imediações. Contudo, é necessário destacar a dificuldade acesso do serviço de coleta de lixo nas áreas favelizadas, o que requer ações pontuais do poder público quanto à definição de meios diferenciados de coleta mediante um trabalho coletivo entre os moradores destes locais e à empresa prestadora do serviço.

De um modo geral, vale ressaltar que os setores com os piores percentuais nestes indicadores ambientais são praticamente os mesmos, considerando os dois últimos intervalos com as piores situações e isto exige um plano de ação de políticas públicas setoriais integradas e pontuais.

Figura 24: CONCENTRAÇÃO DE DOMÍCIOS ATENDIDOS PELA COLETA DE LIXO POR SETOR CENSITÁRIO



Na seqüência, temos dois indicadores ambientais intra-setoriais relacionados à estrutura física dos domicílios quanto às condições ambientais, de higiene e saúde. Em relação ao número de banheiros existentes nos domicílios, as situações apresentadas pelos indicadores neste trabalho, demonstram as situações antagônicas existentes dentro do espaço urbano. Se, por um lado, há residências com mais de 4 banheiros, setores com percentuais bastante altos em relação a este indicador, outros setores podem apresentar o inverso, percentuais altos de domicílios sem banheiro. Estes são indicadores que se contrapõem e que demonstra, de forma importante, a desigualdade na condição de vida da população (GUIMARÃES, 2004).

Desta maneira, a figura 25 representa o percentual de domicílios sem banheiro do setor e mostra que em 1,41% dos domicílios urbanos de Marília há a ausência de banheiro. Trata-se de um importante indicador da precariedade habitacional, na medida em que permite a localização dos imóveis precários na cidade, sendo interessante observar que 52,12% dos setores urbanos de Marília tem a ocorrência de domicílios sem banheiro, porém, a ocorrência de domicílios sem banheiro está fortemente concentrada em alguns poucos setores do espaço urbano, não sendo tarefa difícil de resolver apesar da necessidade de sanar tal carência habitacional fundamental para a manutenção de condições mínimas de higiene e saúde. Por outro lado, a figura 26 representa o percentual intra-setorial de domicílios com 4 ou mais banheiros que chegam a 3,2% dos domicílios urbanos de Marília, sendo que em 55,21% dos setores temos a ocorrência deste padrão habitacional. Neste indicador temos uma situação oposta ao indicador anterior, ou seja, trata-se de situações opostas existentes dentro do espaço urbano que mostram a distribuição desigual da renda no espaço e que expressam a desigualdade das condições de vida da população como salientamos no indicador anterior.

Os três primeiros indicadores poderiam até ser chamados de indicadores de saneamento, mas têm grande importância do ponto de vista ambiental considerando-se as conseqüências, isto é, da poluição e contaminação, decorrentes da existência ou não de tais serviços. Desta maneira, neste conjunto de indicadores ambientais buscamos mostrar as contradições infra-estruturais do tecido socioespacial de Marília, referente à distribuição espacial da infra-estrutura urbana (saneamento básico) e à dimensão econômico-material da reprodução social. Assim, considera-se que a utilização e o cruzamento dos indicadores escolhidos, permitem uma avaliação quantitativa e qualitativa das condições de vida da população, bem como do grau de exclusão/inclusão à que está exposta (BORJA, 2003).



Figura 25: CONCENTRAÇÃO DE DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO POR SETOR CENSITÁRIO

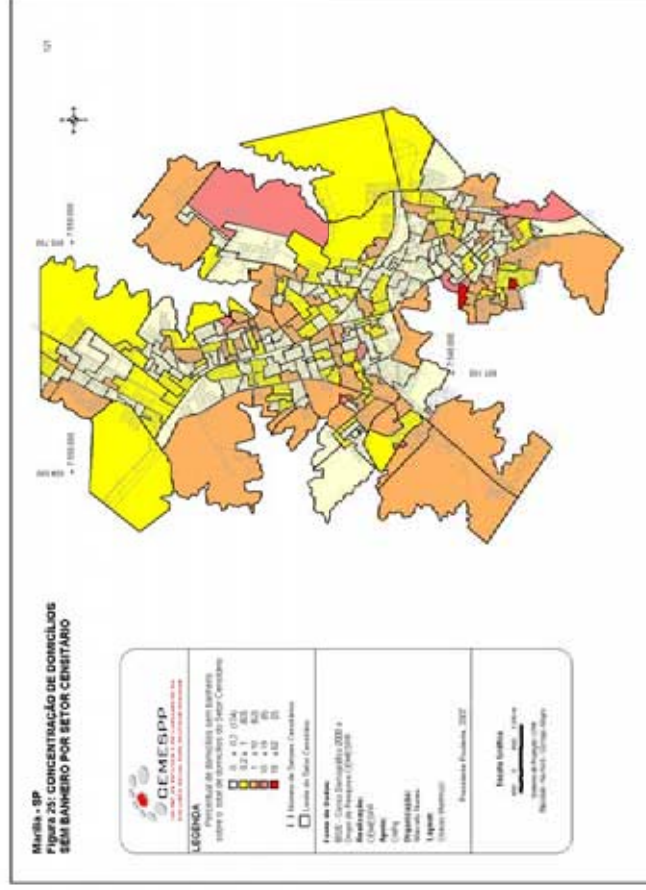
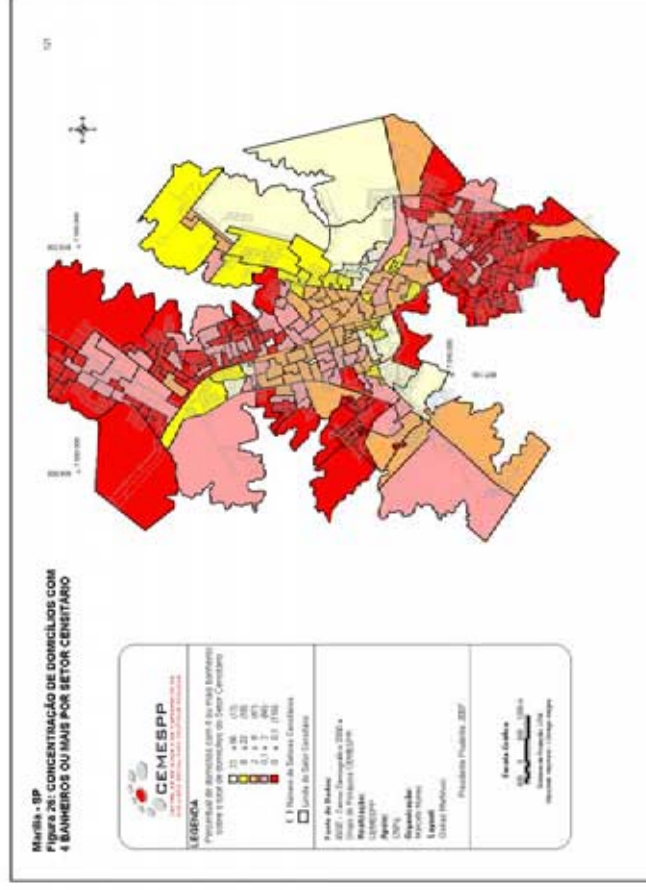


Figura 26: CONCENTRAÇÃO DE DOMICÍLIOS COM 4 BANHEIROS OU MAIS POR SETOR CENSITÁRIO



#### 4.1.4 – INDICADORES ECONÔMICOS

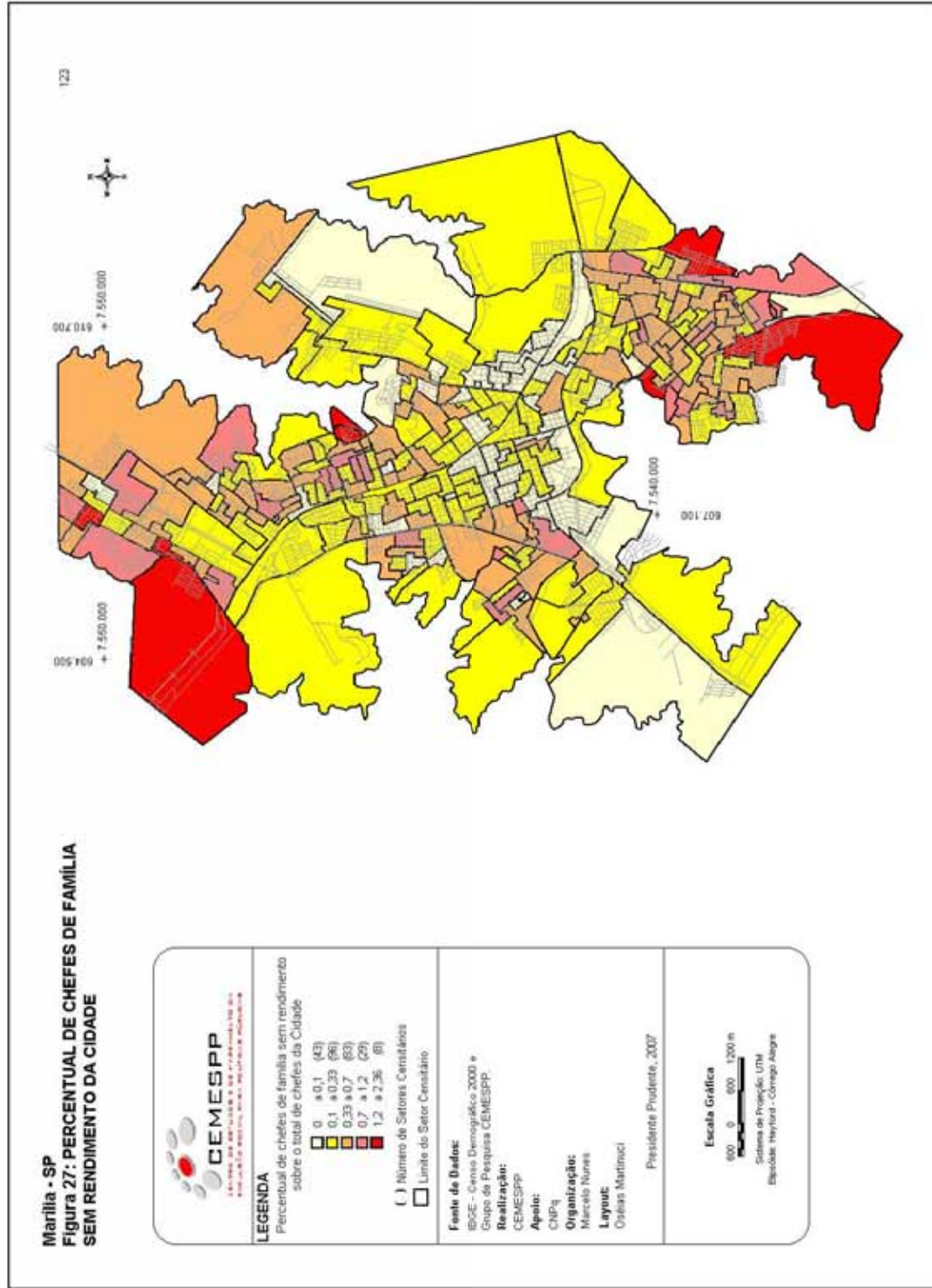
A exclusão social deve ser pensada a partir de seu caráter relacional e multidimensional e desta forma é necessário também analisar o poder aquisitivo dos chefes de família na medida em que o acesso aos bens de consumo individuais e mesmo a vários bens de uso coletivo se dá através do mercado. Os indicadores econômicos elaborados têm como objetivo primeiro assinalar as diferenças entre os setores censitários, isto é, entre diferentes territórios no interior da cidade, no que se refere à dimensão econômico-material da reprodução social (GUIMARÃES, 2004).

As Informações sobre a renda e o perfil de sua distribuição foram analisados a partir dos seguintes indicadores:

- Percentual de chefes de família sem rendimento da cidade;
- Percentual de chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos da cidade;
- Percentual de chefes de família com renda em até 2 salários mínimos da cidade e;
- Percentual de chefes de família mulheres com renda de até 2 salários da cidade.

Na figura 27, temos um indicador sensível a situações de privação e relevante na medida em que traz o percentual de chefes de família sem rendimento sobre o total da cidade. Neste sentido, Marília possui 5,32% dos chefes de família da cidade sem rendimento e apresenta setores com até 2,35% de chefes de família sem rendimento sobre o seu total. O indicador demonstra que as áreas com os maiores percentuais de setores com chefes de família sem rendimento estão localizadas principalmente na zona norte e na zona sul da cidade e nas áreas que delimitam-se com os Itambés.

Figura 27: PERCENTUAL DE CHEFES DE FAMÍLIA SEM RENDIMENTO DA CIDADE

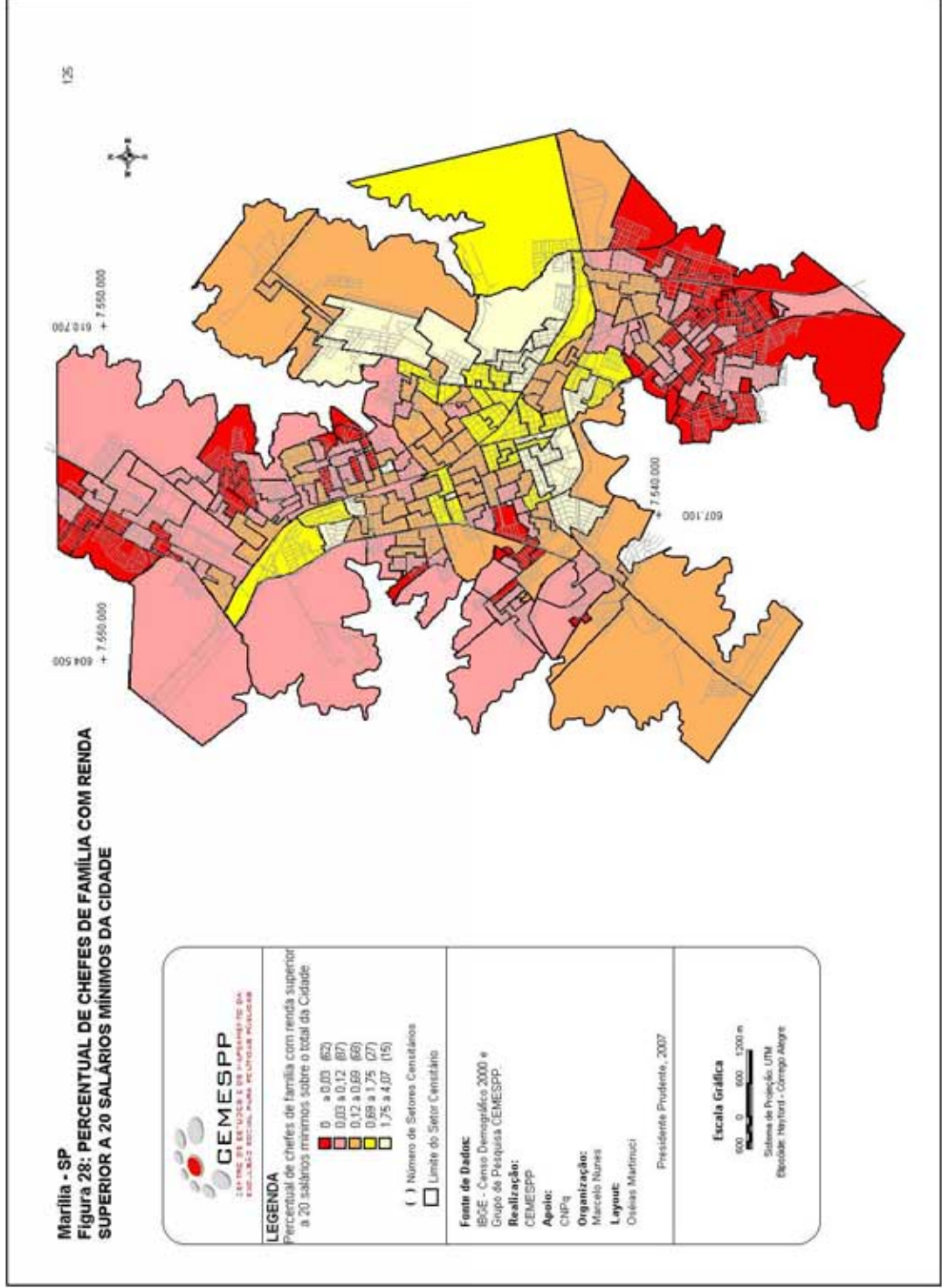


Já a figura 28, representa o oposto da realidade expressa no indicador anterior e chama a atenção para o padrão de inclusão de chefes de família com rendimento mensal superior a 20 salários mínimos. Trata-se de um indicador que capta a localização percentual de extratos superiores da pirâmide social e funciona como indicador de checagem e controle para os demais.

Este indicador abrange 5% dos chefes de família de chefes de família da cidade e apresenta setores com até 4,07% de chefes com renda acima de 20 salários. No entanto, 23,94% dos setores urbanos de Marília não apresentam chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos, enquanto apenas 5,01% dos setores não apresentam chefes de família sem rendimento, o que no mínimo demonstra uma situação de contraste da renda e da desigualdade.

Observando estes dois indicadores, verificamos que existe uma concentração de chefes de família sem rendimento nas zonas norte e sul da cidade, por outro lado temos a concentração de chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos no centro e na zona leste de Marília.

Figura 28: CHEFES DE FAMÍLIA COM RENDA SUPERIOR A 20 SALÁRIOS DA CIDADE

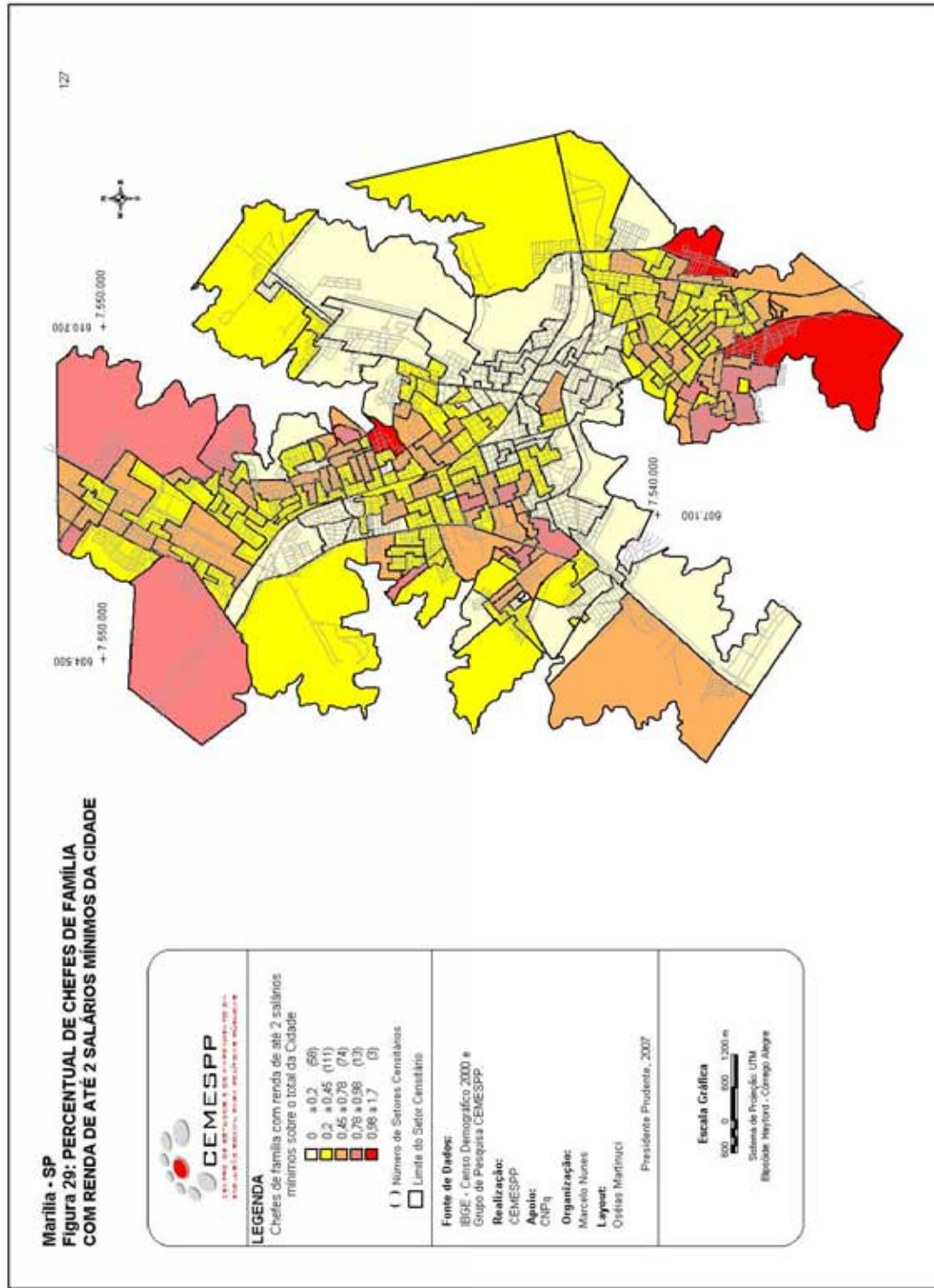


A figura 29 traz o percentual de chefes de família do setor com renda de até 2 salários mínimos sobre o total da cidade. É também um indicador muito relevante, confiável e sensível a situações de privação de renda do chefe de família.

Este grupo de chefes de família representa 24,96% do total de chefes de família da cidade e estão distribuídos principalmente nas extremidades do espaço urbano, mais precisamente nas áreas delimitadas pelas escapas festonadas dos “Itambés”. É interessante notar que a zona leste da cidade apresenta baixos percentuais de chefes de família com renda inferior a 2 salários mínimos e que por outro lado a zona sul concentra a grande dos chefes de família da cidade com renda inferior a 2 salários mínimos da cidade, seguida de algumas outras áreas com percentuais elevados em direção ao entorno do centro de Marília.

Um dos problemas relativos ao uso destes indicadores a partir dos dados do IBGE é sua periodicidade e atualização, uma vez que são levantados a cada 10 anos e disponibilizados quase 2 anos depois, ou seja, no final dos períodos intercensos ficariam bastante desatualizados (BORJA, 2003).

Figura 29: CHEFES DE FAMÍLIA COM RENDA DE ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS DA CIDADE

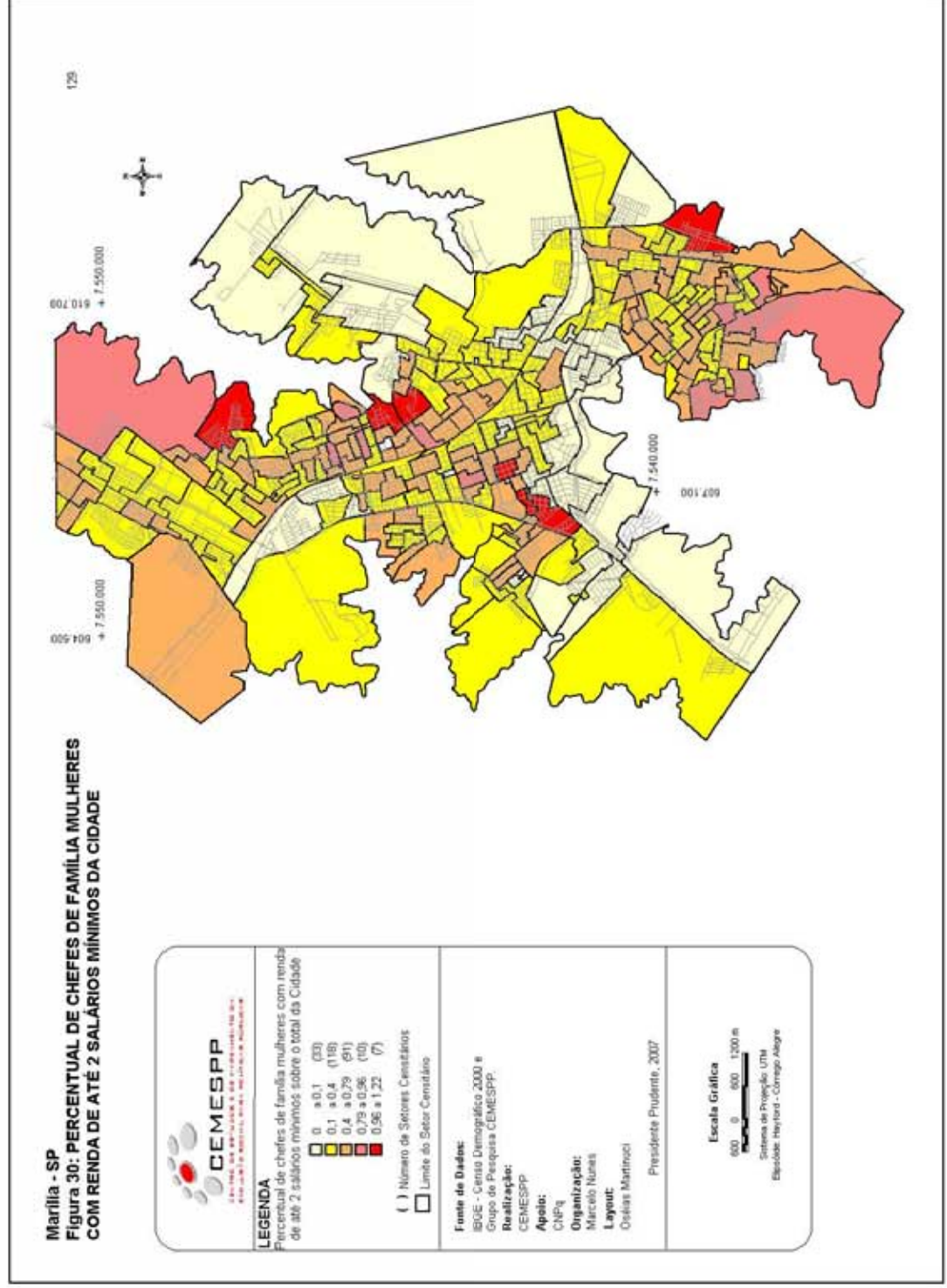


Na figura 30, procuramos estabelecer uma relação entre a renda do chefe de família e o gênero, reportando as chefes de família mulheres com renda de até 2 salários mínimos. Neste sentido, comparando com o indicador anterior, verificamos que as mulheres chefes de família com renda de até 2 salários mínimos representam 10,17% dos chefes de família da cidade e 40,74% dos chefes de família com renda de até 2 salários mínimos. Desta maneira, relacionando estes dois percentuais é possível verificar o peso da população feminina na definição das áreas de risco e vulnerabilidade social da cidade a partir da geração deste mapa.

Assim, é possível observar no mapa que as áreas com altos percentuais de chefes de família mulheres com renda de até dois salários mínimos da cidade concentram-se em áreas muito pontuais da malha urbana, ou seja, estão localizados nas principais favelas da cidade.



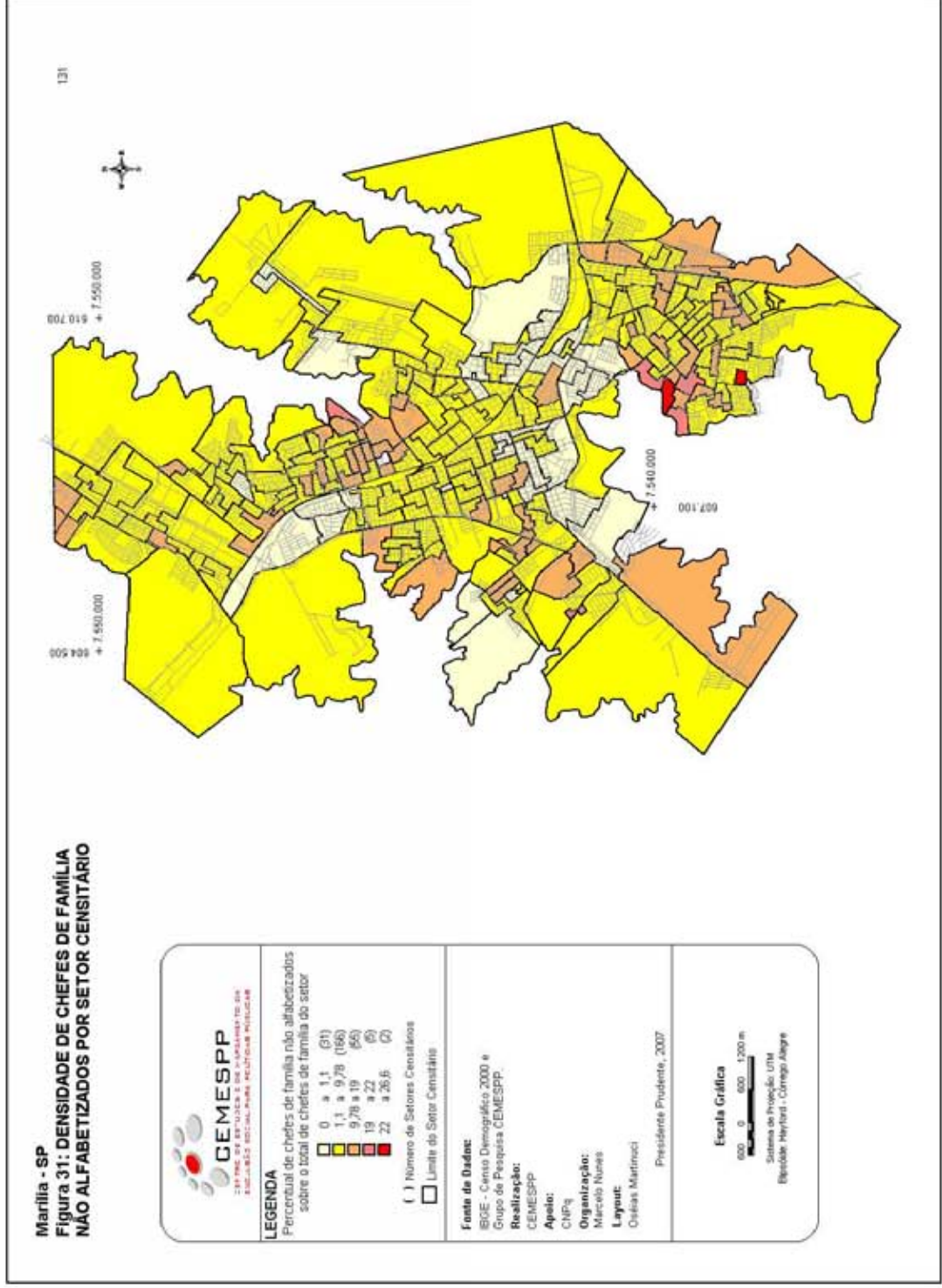
Figura 30: CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES COM RENDA DE ATÉ 2 SALÁRIOS DA CIDADE



#### 4.1.5 – INDICADORES DE INSTRUÇÃO (EDUCAÇÃO)

A escolaridade é um indicador marcante para a identificação de áreas de exclusão social. Desta mesma forma, a baixa escolaridade do chefe de família pode indicar uma condição socioeconômica que, juntamente com outros indicadores contribui para o mapeamento de áreas de exclusão social (GUIMARÃES, 2004). Deste modo, a figura 31 traz a distribuição intra-setorial dos chefes de família não alfabetizados sobre o total de chefes de família do setor e que representa 6,67% dos chefes de família da cidade. Neste indicador temos 23,94% (62 setores) dos setores apresentando as piores situações com percentuais variando entre 10% e 26,6% de pessoas não alfabetizadas do setor, sendo que 7 destes 62 setores apresentam percentuais de chefes de família não alfabetizados acima dos 20% e mostra uma tendência de concentração dos percentuais elevados em direção as zonas norte e sul de Marília. Neste sentido, este indicador permite a definição dos locais onde deveria ser desenvolvidos cursos de alfabetização, complementação de renda e capacitação profissional, servindo ainda de laboratório de estágios remunerados para estudantes universitários.

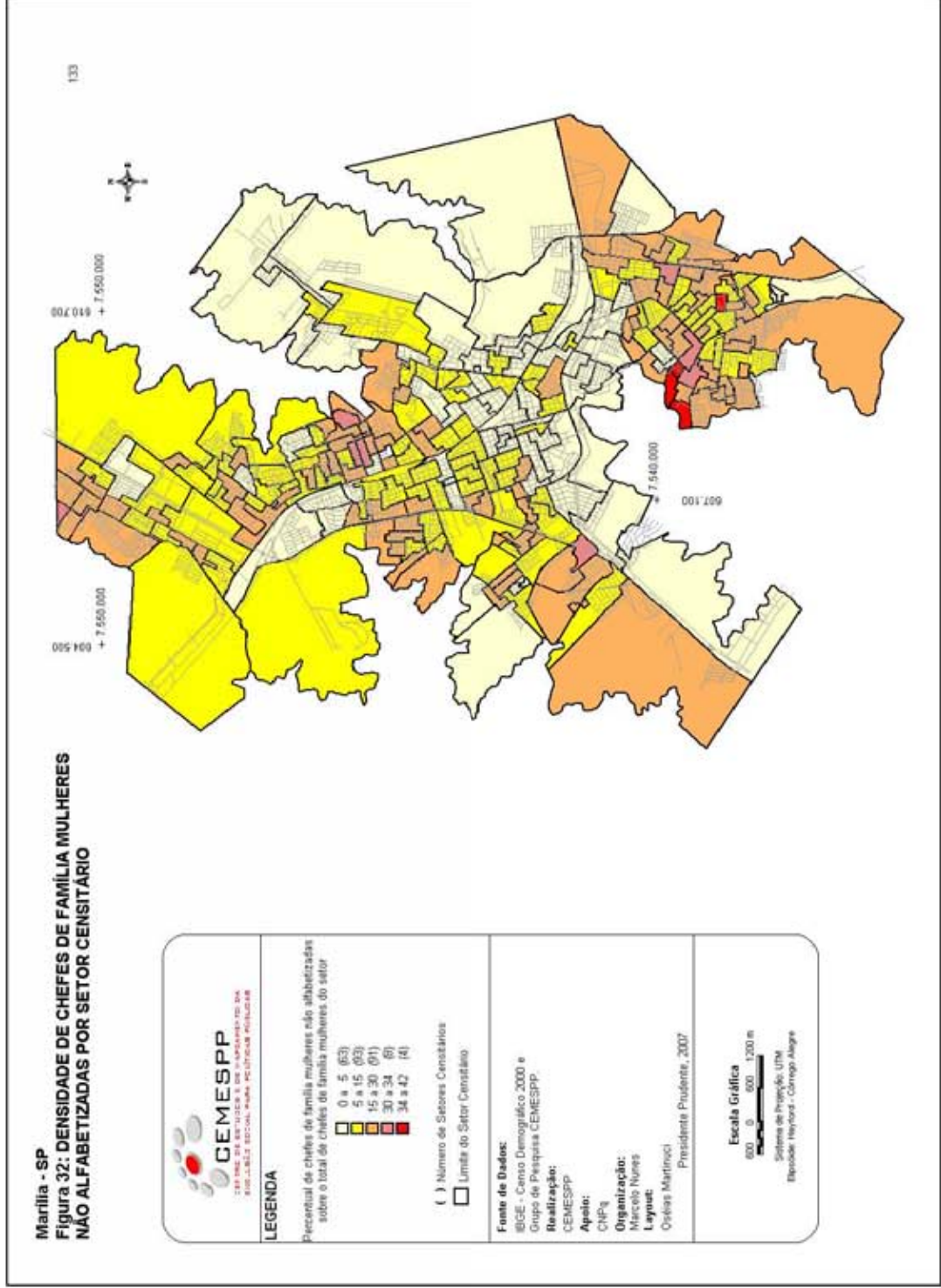
Figura 31: DENSIDADE DE CHEFES DE FAMÍLIA NÃO ALFABETIZADOS POR SETOR CENSITÁRIO



Na figura 32 buscamos observar a relação do gênero com o analfabetismo, apresentando o percentual de chefes de família mulheres não alfabetizadas em relação ao total de mulheres chefes de família do setor. Desta maneira, verificamos primeiramente que dos 3.514 chefes de família não alfabetizados da cidade 48,24% são mulheres, o que apresenta ser um alto percentual pelo fato das mulheres representarem apenas 24,87% dos chefes de família da cidade. Um outro dado importante é que as mulheres chefes de família em Marília representam 12,93% das chefas de família mulheres da cidade, enquanto que os chefes de família homens não alfabetizados representam apenas 4,59% dos chefes de família homens da cidade. A partir destas informações gerais a respeito dos chefes de família não alfabetizados relacionados à questão do gênero, corroboramos nossa idéia exposta na análise da figura 14, na medida em que temos o gênero feminino como fator de peso na definição das áreas de vulnerabilidade social.

Quando comparamos a figura 32 com os indicadores referentes à distribuição e concentração de crianças por setor, é notória a correlação entre as áreas mais densamente ocupadas por crianças e jovens com as áreas ocupadas por mulheres chefes de família não alfabetizadas, evidenciando que a natalidade é maior entre a população de baixo poder aquisitivo e que em geral possuem baixo nível de escolaridade (instrução). Não obstante, tais situações encontram-se concentradas nos setores da zona sul e da zona norte de Marília.

Figura 32: DENSIDADE DE CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES NÃO ALFABETIZADAS POR SETOR CENSITÁRIO



A figura 33, por sua vez, mostra o percentual setorial de chefes de família com baixa escolaridade – até 4 anos de estudo – que representam 39,53% dos chefes de família da cidade. Verificamos que este indicador apresenta percentuais acima dos 40% de chefes de família com baixa escolaridade em 54,44% dos setores urbanos de Marília, sendo que em 6,56% dos setores os percentuais variam acentuadamente de 60% a 81% de chefes de família com baixa escolaridade. Assim, a figura apresenta três eixos de concentração de famílias de acordo com a escolaridade, o primeiro eixo encontra-se localizado nas imediações do centro de Marília onde predomina bairros mais antigos com destaque para a Vila Barros e Vila Coimbra e no extremo sul da cidade contornando o conjunto habitacional Nova Marília temos um segundo eixo altamente concentrador de chefes de família com baixa escolaridade em bairros de ocupação mais recente e com população mais jovem e em terceiro, temos uma sensível concentração dos percentuais mais elevados deste indicador no extremo norte da cidade, mais especificamente no Jardim Santa Antonieta.

Por outro lado, o percentual de chefes de família com curso superior ou mais do setor representa 16,1% dos chefes de família da cidade e aponta para uma situação oposta ligada a escolaridade do chefe família, onde temos nos setores próximos das Universidades, do centro e em direção a zona leste da cidade os maiores percentuais de chefes de família com curso superior ou mais do setor.

Os mapas temáticos são importantes indicadores sociais que fazem inferência a um determinado aspecto da realidade urbana, seguindo o mesmo indicador da figura 33, na figura 34 pautamos em destacar a questão do gênero reportando ao percentual setorial de chefes de família mulheres com baixa escolaridade. Neste sentido, este grupo de mulheres chefes de família representa 49,05% das mulheres chefes de família da cidade e 30,86% dos chefes de família com até 4 anos de estudo, sendo que os setores com os maiores percentuais apresentam-se concentrados principalmente na zona sul da cidade sul da cidade, nas proximidades do centro da cidade em áreas de ocupação antiga e em direção ao norte da cidade.

Figura 33: CHEFES DE FAMÍLIA COM BAIXA ESCOLARIDADE (até 4 anos de instrução)

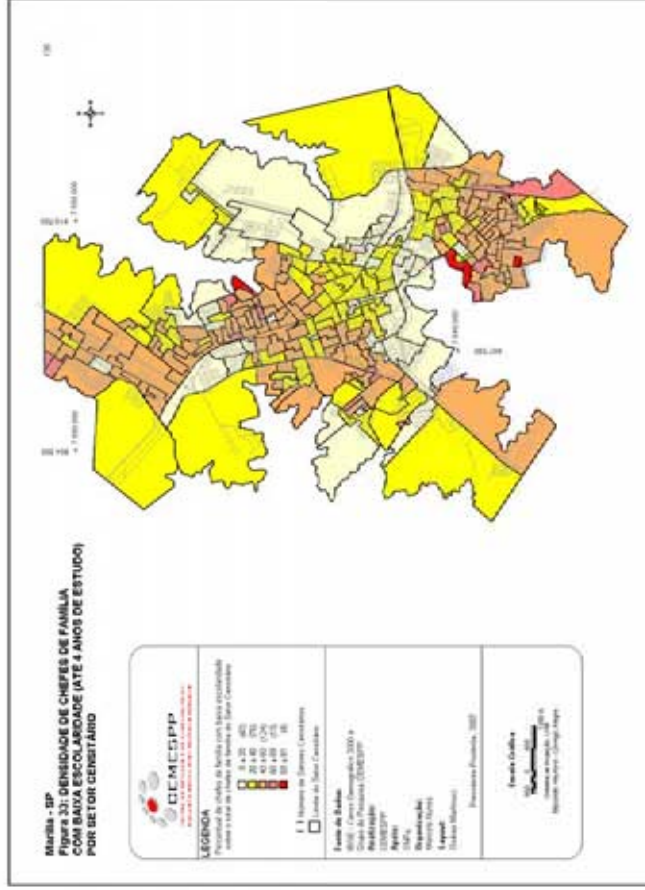
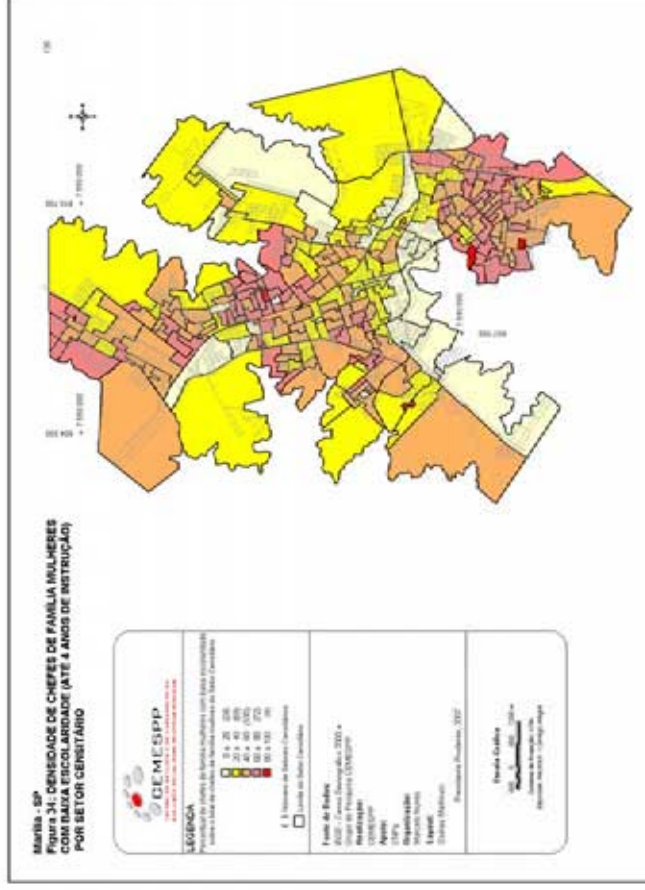


Figura 34: CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES COM BAIXA ESCOLARIDADE (até 4 anos de instrução)



## 4.2 – O PERFIL DA EXCLUSÃO SOCIAL EM MARÍLIA

Conforme Maricato (2001, p. 15), a urbanização brasileira tem constituído, sem dúvida, um caminho para a modernização, mas, ao mesmo tempo, tem contrariado aqueles que esperavam ver, nesse processo, a superação do Brasil arcaico, que, muitos supunham, estava vinculado à hegemonia da economia agroexportadora. O processo de urbanização recria o atraso através de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização.

Nesta perspectiva, a produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico, e revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada (CARLOS, 1994).

Em conformidade com Carlos (1994, p. 94), a produção espacial é desigual e é um produto decorrente da produção social, sendo que a relação espaço-sociedade traz implícita a desigualdade que repousa na reprodução que se estrutura a partir de relações de dominação-subordinação centrada no processo de acumulação do capital e da centralização do poder.

Santos (1978, p. 37), por sua vez salienta que a sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro e, isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo. Deste modo, buscamos no conhecimento do território, a partir da produção do espaço urbano e da expansão territorial urbana de Marília, a chave para compreensão dos processos sociais excludentes que determinam as relações de exclusão/inclusão social desta cidade.

Neste sentido, a expansão territorial urbana de Marília acompanhou a alternância dos ciclos econômicos na região. Porém, é, sobretudo, a partir da década de 1970, com a consolidação das indústrias alimentícias que a economia urbana de Marília se consolida de fato, formando o que Santos (1978) chama de circuito inferior e circuito superior da economia urbana, tornando evidentes as contradições de seu crescimento populacional e territorial. Isto pode ser verificado com a favelização desencadeada na década de 1970 e que se intensificou durante os anos de 1980.

Verificamos que apesar do desenvolvimento urbano-industrial de Marília, a produção do espaço urbano acentuou a diferenciação entre os diferentes territórios urbanos, como podemos observar na distribuição espacial dos indicadores sociais que em conjunto



com a localização e acesso aos meios de consumo coletivo, permitem-nos o conhecimento da precariedade territorial da cidade.

De acordo com os dados gerados para o mapeamento da exclusão/inclusão social de Marília, verificamos que 7,09% da população urbana moram em áreas de exclusão social, representando 5,01% dos setores censitários urbanos e 6,61% dos domicílios da cidade localizados nestas áreas. Desta maneira, tem-se no mapa síntese da inclusão/exclusão social a distribuição dos setores de exclusão/inclusão social considerando as variáveis demográficas, econômicas, habitacionais, ambientais (higiene e saúde) e educacionais utilizadas na organização e geração do conjunto de 30 indicadores sociais que somados mostram a dimensão espacial da exclusão/inclusão social em Marília.

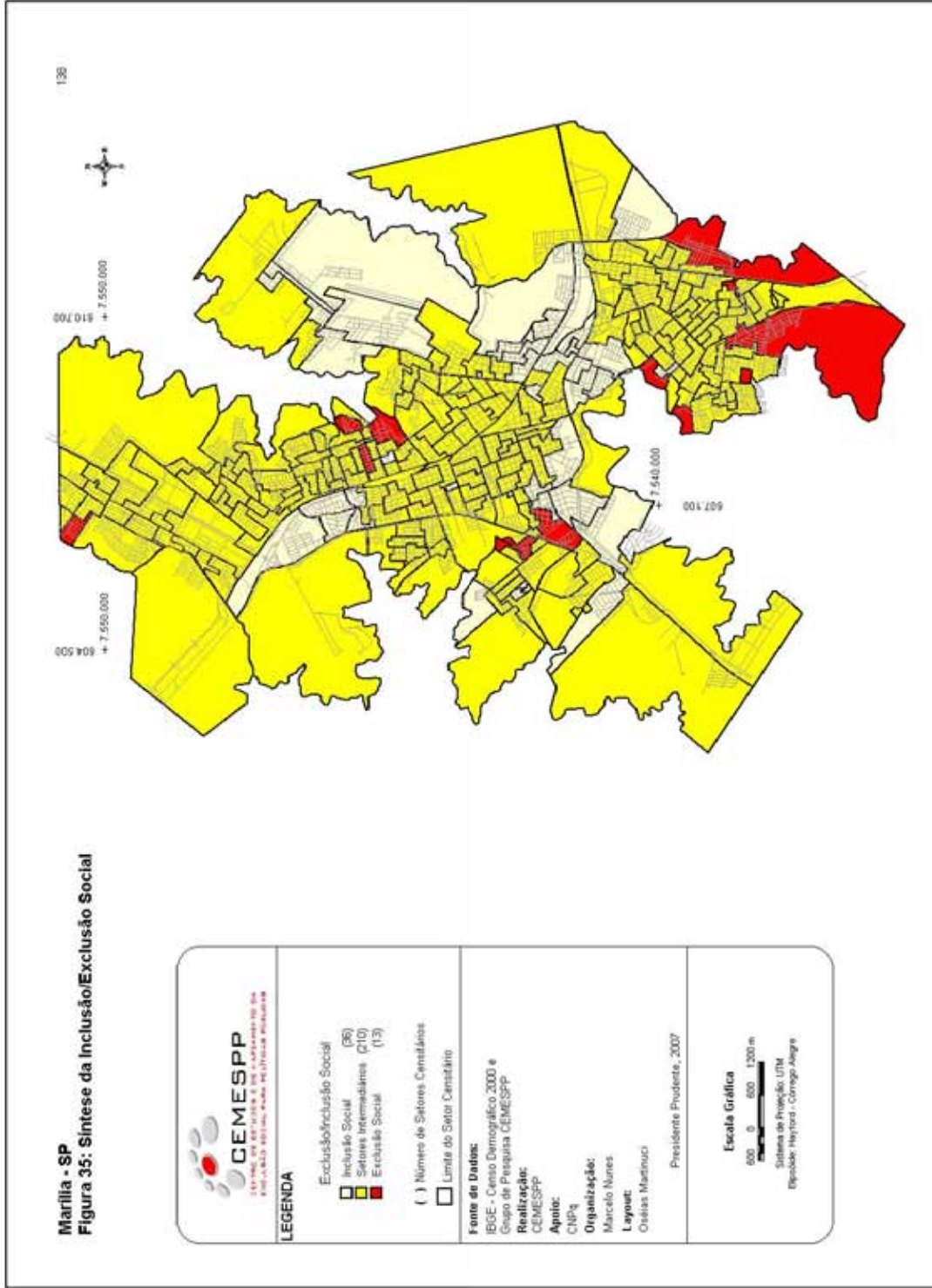
Ao observar a distribuição espacial da exclusão/inclusão social em Marília - SP verifica-se que as situações que indicam a exclusão, concentram-se principalmente nos setores localizados nos extremos norte e sul da cidade e, em áreas próximas aos fundos de vale, haja vista que em Marília os eixos de expansão são restritos por conta dos "Itambés". Por outro lado, os setores censitários que reúnem as melhores condições de vida estão localizados, principalmente na zona leste, justamente onde fazem presente os condomínios horizontais fechados de alto padrão residencial.

A observação e análise do mapa síntese indica que a distribuição das áreas de inclusão/exclusão social de Marília apresenta-se de forma bem definida e tem como característica a dispersão dos setores de exclusão e a concentração e proximidade dos setores de inclusão seguindo os eixos de expansão da cidade.

Conforme Melazzo (2006), em Marília os setores de exclusão estão dispostos, em sua maioria nos extremos das grandes áreas que formam o espaço urbano, contrastando com os setores de inclusão que se encontram localizados em eixos que partem do centro.

Assim, verifica-se a partir do perfil espacial da exclusão/inclusão social em Marília, que a localização das áreas favelizadas correspondem aos setores de exclusão e que caracterizam-se por apresentarem as piores notas atribuídas aos padrões de exclusão/inclusão social dos indicadores sociais.

Figura 35: SÍNTESE DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL EM MARÍLIA



### 4.3 – AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA DE GERAÇÃO DOS INDICADORES

A utilização e o cruzamento dos indicadores selecionados permitem uma avaliação quantitativa e qualitativa das condições de vida da população, bem como do grau de exclusão/inclusão social a que está exposta. O vínculo destes indicadores com a realidade social os transforma em um importante instrumento de observação e de análise fornecendo parâmetros espaciais precisos e respaldando reflexões teóricas com informações muito pertinentes à gestão pública. Neste sentido, os indicadores sociais podem ser norteadores de decisões em políticas públicas e subsidiar as discussões para o direcionamento de ações e de estudos sobre a realidade em questão (GUIMARÃES, 2004).

A análise da expansão territorial urbana de Marília e de seus eixos de expansão permitiu-nos entender a forma como se consubstanciou a produção do espaço urbano no âmbito da formação das cidades médias no interior do Estado de São Paulo. Por outro lado, buscamos na reflexão teórica acerca da exclusão social reconhecer os elementos desencadeadores dos processos sociais excludentes em Marília que a nosso ver estão relacionados com o próprio processo de produção do espaço urbano e de expansão territorial urbana.

Desta maneira, a abordagem geográfica que apresentamos sobre a exclusão social possibilitou a produção de um material empírico, calcado na metodologia de geração de indicadores sociais geograficamente localizados para tomada de decisão em políticas públicas e que resultou na organização do Mapa Síntese da Exclusão/Inclusão Social de Marília.

Apesar das áreas de exclusão social ser menores proporcionalmente em relação às áreas de inclusão, nota-se um agrupamento destas áreas em determinadas regiões da cidade.

Considerando os limites e potencialidades da metodologia de mapeamento de indicadores sociais desenvolvida pelo CEMESPP, cabe destacar em primeiro lugar, que a organização e geração dos mapas temáticos e síntese dos padrões de exclusão/inclusão social não é a finalidade última para trabalhos como este, mas apresenta-se como uma ferramenta e um meio estratégico para a formulação de políticas sociais (integradoras e/ou setorializadas) e a tomada de decisão, bem como para suscitar novos estudos sobre a exclusão social urbana. Porém, um ponto importante da metodologia do CEMESPP é a possibilidade de analisar separadamente e setorialmente os indicadores e mapas temáticos por temas (educação, saúde, demografia, economia, habitação, higiene e ambiente) e por

grupos (crianças e jovens, idosos, homens e mulheres, família e deficientes) e de maneira integrada a partir do mapa síntese.

Em segundo, diz respeito não propriamente à metodologia e ao CEMESPP, mas as bases cartográficas, que não apresentam correlação entre os setores censitários definidos pelo IBGE à delimitação dos bairros definidos pelo poder público municipal, da mesma forma em que temos em muitas vezes grandes dificuldades tanto no acesso como na manipulação das bases cadastrais dos diferentes órgãos públicos. Um outro problema relacionado ao Censo Demográfico do IBGE é o grande intervalo entre um recenseamento e outro, que atualmente acontece de 10 em 10 anos e poderia ser reduzido para um intervalo de 5 anos, permitindo maiores possibilidades de comparações e análises para os pesquisadores e para as próprias políticas públicas.

O mapeamento por área da exclusão/inclusão (por setor censitário) permite compararmos as diferentes partes da cidade em relação aos padrões empiricamente definidos de exclusão/inclusão e também entre cidades. Porém, não permite reconhecer e diferenciar os processos e formas presentes entre diferentes áreas com os mesmos níveis (graus) de exclusão ou de inclusão, pois não dá para compararmos as diferenças entre duas áreas consideradas, por exemplo, como sendo de exclusão. Neste sentido, buscamos enriquecer o conhecimento da precariedade territorial a partir de mapas de fluxos (mobilidade intraurbana) das pessoas residentes em áreas de exclusão social seguindo as direções do território usado para o trabalho, comércio e prestação de serviços, serviços coletivos de saúde e educação em Marília.

O conhecimento da precariedade dos territórios das condições de vida das pessoas que ajudam entender a produção do espaço urbano como um processo social excludente que acentua a diferenciação socioespacial.

## **CAPÍTULO 5 – A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PRECÁRIOS EM MARÍLIA**

Seguindo a idéia de Souza (2002), para quem a cidade apresenta múltiplos territórios considerando as dimensões sociais, histórias, culturais e principalmente as relações de poder material e simbólico, buscamos ampliar o debate a respeito da exclusão social relacionando-a ao caráter geográfico dos indicadores mapeados setorialmente, verificando através da pesquisa de campo, as condições de vida e acesso aos equipamentos públicos dos moradores das áreas de exclusão definidas a partir dos indicadores. Deste modo, foi possível identificar em Marília a formação de territórios precários em serviços, infra-estrutura urbana e acesso à cidade.

Vimos anteriormente que os mapas temáticos e também o mapa síntese que retrata a exclusão social em Marília foram gerados a partir dos indicadores sociais que organizamos com os dados do Statcart® - software de recuperação de informações do IBGE. No entanto, a metodologia de mapeamento da exclusão social por área (setor censitário), não permite um conhecimento dinâmico dos territórios, ou seja, não é capaz de mostrar a interação do sujeito das áreas de exclusão com o espaço urbano. Assim, traçamos a mobilidade populacional de acordo com os fluxos do território usado, tendo como ponto de referência os setores de exclusão social, gerando uma cartografia dinâmica dos diferentes níveis de exclusão social e da distribuição dos equipamentos públicos de saúde e educação. Este exercício cartográfico de mapeamento dos fluxos das pessoas a partir de seus locais de moradia possibilita a delimitação e comparação territorial das áreas de exclusão social de Marília.

A partir das informações do mapa síntese da exclusão/inclusão social em Marília, pautamos em delimitar a precariedade territorial das áreas de exclusão social, a partir da aplicação de um questionário por amostragem de domicílios nessas áreas, com base no questionário já testado em Presidente Prudente.

Conforme Gerardi (1981), as técnicas quantitativas não excluem outras técnicas de pesquisa geográfica, como o trabalho de campo. Desta maneira, a quantificação é um meio e não um fim para chegar a conclusões, sendo que o geógrafo tem no levantamento de informações, o ponto de crucial importância para o desenvolvimento de seu trabalho.

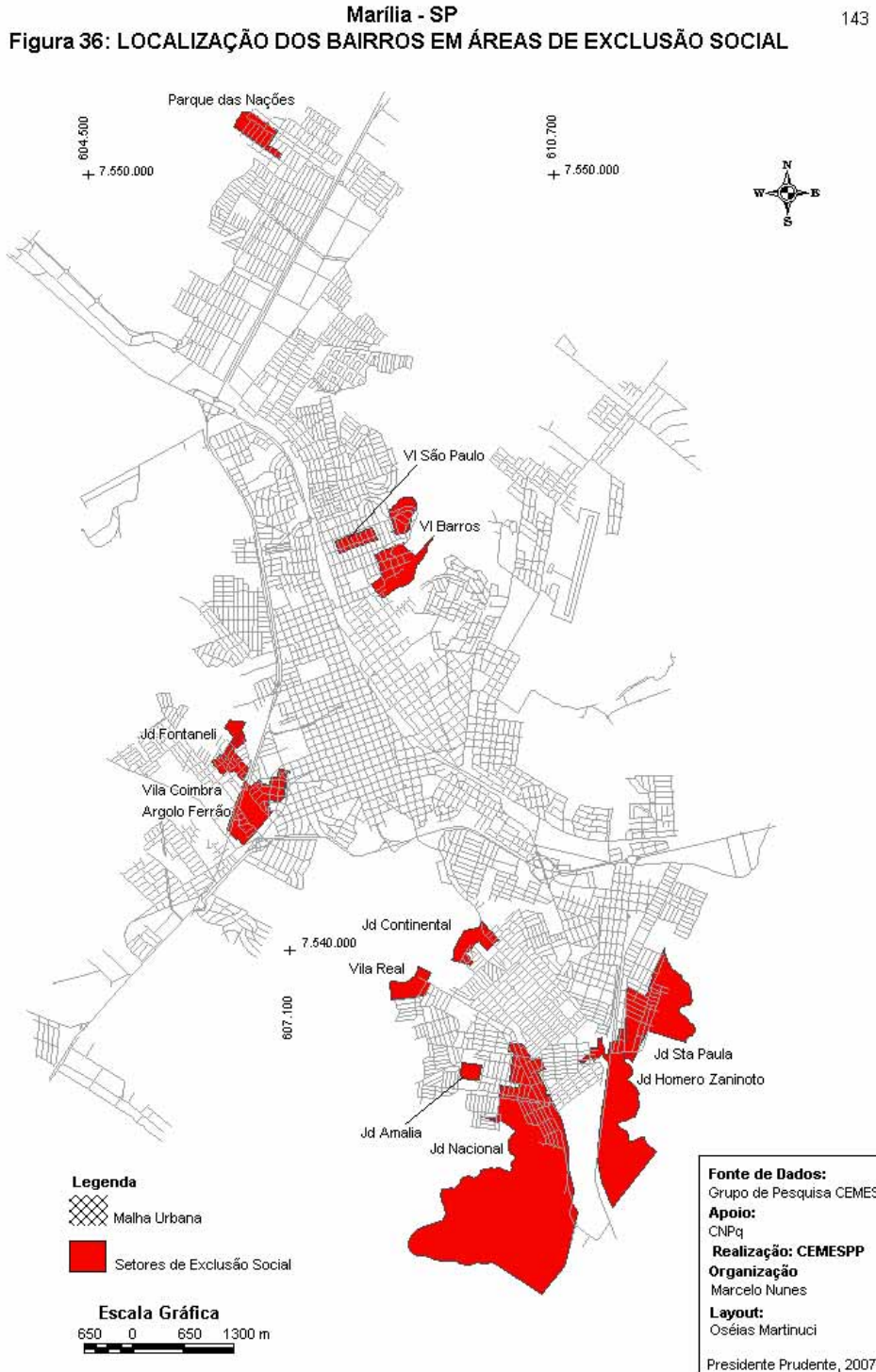
Para Gerardi (1981, p. 11), os documentos cartográficos são pouco aproximados para a obtenção de dados dinâmicos espacial ou temporalmente, bem como aqueles que envolvam decisão, percepção ou o comportamento dos indivíduos ou

intensidades de certos fenômenos. É, neste sentido, que propomos a geração de cartas dinâmicas dos fluxos populacionais presentes nas áreas de exclusão social.

A realidade apresenta ao geógrafo um vasto panorama de informações aparentemente caóticas e desconexas a partir das quais manifesta-se a necessidade de utilização de técnicas estatísticas para selecionar e ordenar estas informações e torná-las manipuláveis e compreensíveis (GERARDI, 1981, p. 21).

Deste modo, as áreas de exclusão social selecionadas para a aplicação do questionário correspondem aos setores 198 (Jardim Santa Paula), 200 (Homero Zaninoto), 63 e 138 (Vila Barros), 263 (Jardim Nacional), 047 (Jardim Fontaneli), 174 (Vila Real), 177 (Jardim Continental) e 255 (Parque das Nações). Nestes setores tem-se uma população de 10.018 pessoas distribuídas em 2.650 domicílios, representando uma média de 3,78 habitantes por domicílio, enquanto que a média da cidade é de 3,47 habitantes por domicílio. A população destes setores corresponde a 5,42% da população da cidade, bem como o percentual de domicílios dos mesmos corresponde a 4,99% dos domicílios da cidade de Marília – conforme dados do IBGE. Na figura a seguir temos a localização dos setores de exclusão social selecionados para a aplicação do questionário.

Figura 36: Localização dos bairros em áreas de exclusão social de Marília - SP



Seguida da seleção dos setores, a determinação da amostra foi feita tomando como base a obra “Quantificação em Geografia” de Lúcia Gerardi (1981), a partir do conhecimento da quantidade de domicílios presentes nos setores de exclusão social de Marília e seu correlacionamento com o quadro apresentado no livro de Gerardi, o que permitiu a definição do número de questionários a ser aplicado. Na tabela abaixo segue a forma como definimos da amostragem para cada setor:

**Tabela 3 – Definição da amostragem**

<b>Setores (código)</b>	<b>Bairro</b>	<b>População</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Proporção (%)</b>	<b>Amostra</b>
198	Santa Paula	1995	535	20,19	68
63	Vila Barros	1215	337	12,72	43
200	H. Zaninoto	725	185	6,98	24
138	Vila Barros	1284	343	12,94	44
263	Jd. Nacional	1620	440	16,60	56
177	Jd. Continental	567	144	5,43	19
174	Jd. Tófoli	744	190	7,17	24
47	Jd. Fontaneli	732	175	6,6	22
255	Pq. das Nações	1136	301	11,36	38
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>10.018</b>	<b>2.650</b>	<b>100</b>	<b>338</b>

Organização: Marcelo Nunes  
Fonte: Girardi, 1981.

Na sistematização do questionário<sup>9</sup> pautamos em apreender o padrão de circulação das pessoas pelo interior da cidade e sua avaliação com relação aos serviços e à infra-estrutura existentes no bairro. Desta maneira, foi possível gerar um mapa de fluxos da população residente nos bairros de exclusão social selecionados para a aplicação do questionário à procura por serviços de necessidade básica.

O resultado foi uma apreensão qualitativa da exclusão social e do espaço urbano e de seus diferentes usos. Afinal, o conhecimento da mobilidade espacial da população menos abastada pela cidade em busca de suas necessidades é essencial para se traçar o perfil da exclusão social de Marília. Por se tratar de lugares bastante pobres e carentes em infra-estrutura, o deslocamento torna-se essencial para a realização de atividades de necessidades básicas como: posto de saúde, área de lazer, creche, escola, emprego, comércio e prestação de serviços e outros.

<sup>9</sup> Neste questionário que segue em anexo, é possível levantar informações precisas sobre as condições socioeconômicas da população, seu padrão de circulação pelo interior da cidade, seu grau de politicidade e diversidade de atividades que desenvolve coletivamente e, ainda, sua avaliação com relação aos serviços e à infra-estrutura existentes no bairro (MARTINUCCI, 2005).



## 5.1 - A PRECARIEDADE TERRITORIAL DAS ÁREAS DE EXCLUSÃO SOCIAL

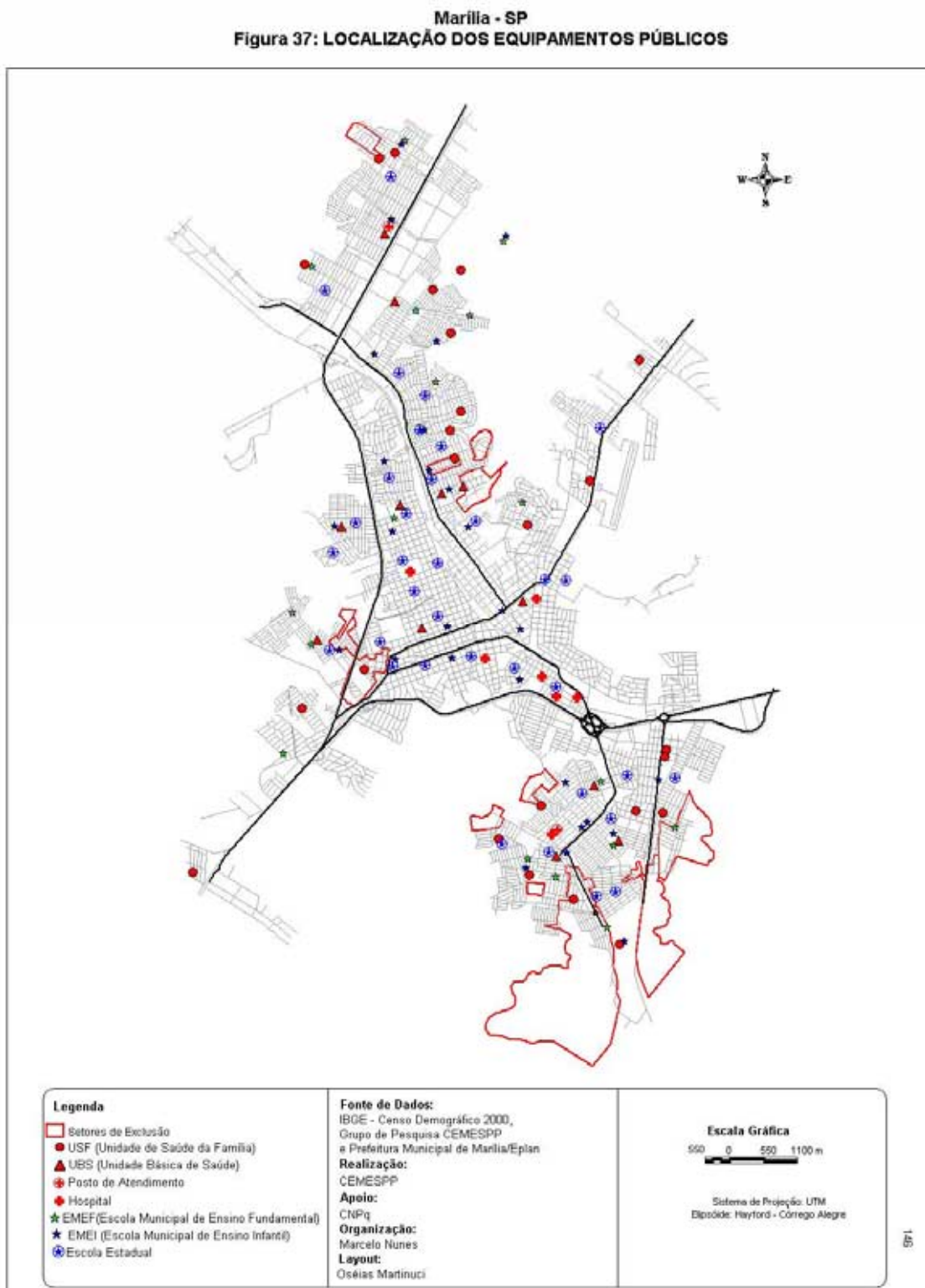
Conforme os trabalhos de Ribeiro (1996) e Nunes (2005), Marília apresenta um processo de favelização que teve início em meados da década de 1970. Desta maneira, analisando o conhecimento espaço-temporal da ocupação dos diferentes bairros localizados em áreas de exclusão social pode-se verificar que os bairros próximos do centro da cidade são de ocupação antiga, como é o caso do Jardim Fontaneli, Argolo Ferrão e Vila Coimbra localizados a sudoeste e da Vila Barros a nordeste da zona central da cidade, sendo que este último caracteriza-se por ser considerada a maior favela de Marília, ficando do lado oposto do “Itambé” que a delimita dos condomínios de alto padrão residencial. Na seqüência, temos os bairros de ocupação antiga no extremo norte da cidade, como é o caso do Jardim Santa Antonieta e o Parque das Nações localizado a beira do “Itambé”. Os demais bairros localizam-se no extremo sul da cidade próximos do conjunto habitacional Nova Marília que exerce a função de subcentro. São eles: o Jardim Continental, a Vila Real e o Jardim Tófoli também localizados a beira do “Itambé” e ainda o Jardim Nacional, o Jardim Santa Paula, o Jardim Amália e o Jardim Homero Zaninoto.

As áreas de exclusão social de Marília estão localizadas em áreas de domínio público e de interesse institucional, sendo impróprias para construção de moradias por estarem delimitadas por “Itambés” e fundos de vale. Assim, nestes lugares que predominam diferentes carências materiais e simbólicas, o processo de ocupação ocorreu de forma gradativa, promovido individualmente por cada interessado e seus moradores pertencem a um segmento da classe trabalhadora não qualificada que vive de serviços esporádicos e por conta da falta de recursos encontram no bairro a sua última opção de moradia.

Em nossa pesquisa de campo às áreas de exclusão social de Marília, constatamos que um problema comum destes lugares é a falta de infra-estrutura urbana (arruamento, rede de esgoto, ausência de coleta de lixo, etc.), bem como o desemprego, a falta de áreas para lazer e os baixos rendimentos do chefe de família, corroborando os indicadores sociais de habitação, meio ambiente e economia.

Partindo destas informações, pautamos em diagnosticar a precariedade territorial das áreas de exclusão social (correspondentes aos bairros mencionados acima) de acordo com as políticas públicas existentes. Neste sentido, o mapa de localização dos equipamentos e serviços públicos de educação e saúde mostra um padrão de concentração seguindo o eixo Norte/Sul da cidade, correspondendo às áreas de maior demanda por estes serviços, conforme aponta os mapas temáticos dos diferentes indicadores sociais.

Figura 37: Localização dos equipamentos públicos em Marília



As informações contidas no mapa de localização dos equipamentos públicos permitem afirmar que as políticas públicas de educação e saúde da cidade de Marília possuem uma distribuição geográfica homogênea dos equipamentos públicos pelo território. No entanto, verificamos que a precariedade territorial das áreas de exclusão social está na dificuldade de acesso aos equipamentos públicos e não na localização dos mesmos. Nesta perspectiva, a distribuição geográfica é reveladora da desigualdade, na medida em os bairros mais pobres possuem uma maior densidade populacional e concentra a população de baixa escolaridade e renda, a de se supor que a prestação de serviços deve ser maior.

Deste modo, com a aplicação do questionário, foi possível constatar que existe uma exclusão de acessibilidade às políticas públicas relacionadas à qualidade do atendimento e dos serviços prestados a população, principalmente em relação aos serviços de saúde.

A aplicação do questionário possibilitou ainda a geração de mapas de fluxos do deslocamento das pessoas residentes nas áreas de exclusão social em direção ao trabalho, ao atendimento emergencial de saúde, ao comércio e à busca por serviços. Nestes mapas, foi possível diferenciar as áreas de exclusão social de acordo com a sua localização, acesso e fluxos de pessoas em busca de serviços.

No que diz respeito ao comércio e aos serviços bancários verificamos que a população residente nos bairros da Zona Sul não necessita deslocar até o Centro, pois o Conjunto Habitacional Nova Marília funciona como um subcentro que absorve a população da Zona Sul, enquanto que nos bairros da Zona Norte (Parque das Nações e Vila Barros) e Zona Oeste (Jardim Fontaneli) o principal ponto de acesso aos serviços comerciais e bancários é o Centro da cidade. Um fato interessante comum em todos os bairros pesquisados, é que a população compra o essencial no próprio bairro ou em suas proximidades em pequenos estabelecimentos comerciais, mostrando que a atividade comercial não é o elemento definidor dos fluxos.

O mapa dos fluxos de deslocamentos mostra que existe uma intensa mobilidade dos trabalhadores residentes nas áreas de exclusão pela cidade, em direção ao local de trabalho e que esta mobilidade é realizada principalmente por transporte coletivo ou a pé, dada à predominância de chefes de família com baixos rendimentos e sendo geralmente empregados pouco qualificados, empregados sem registro, desempregados e/ou autônomos.

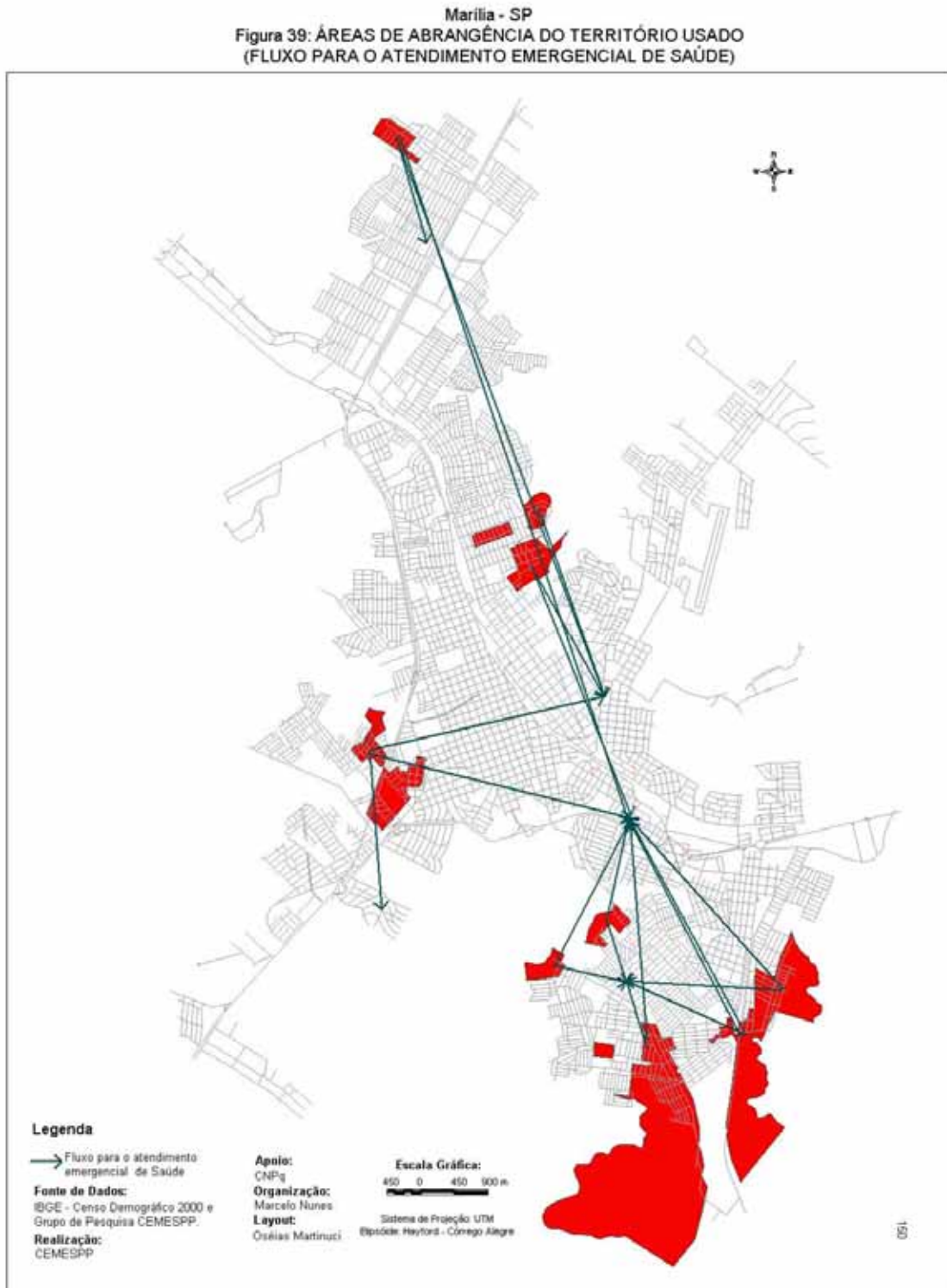
Um outro fator preponderante na dinâmica dos fluxos é a concentração de hospitais com pronto atendimento emergencial e de serviços de saúde mais especializados estarem concentrados principalmente nas proximidades do Centro da cidade (em direção a Zona Leste) e da Zona Sul. Contudo, se a natureza do serviço de saúde exige e reforça a

centralidade, mais uma vez o acesso aos meios de transporte, o deslocamento e as condições de deslocamento são reforçadores da desigualdade.

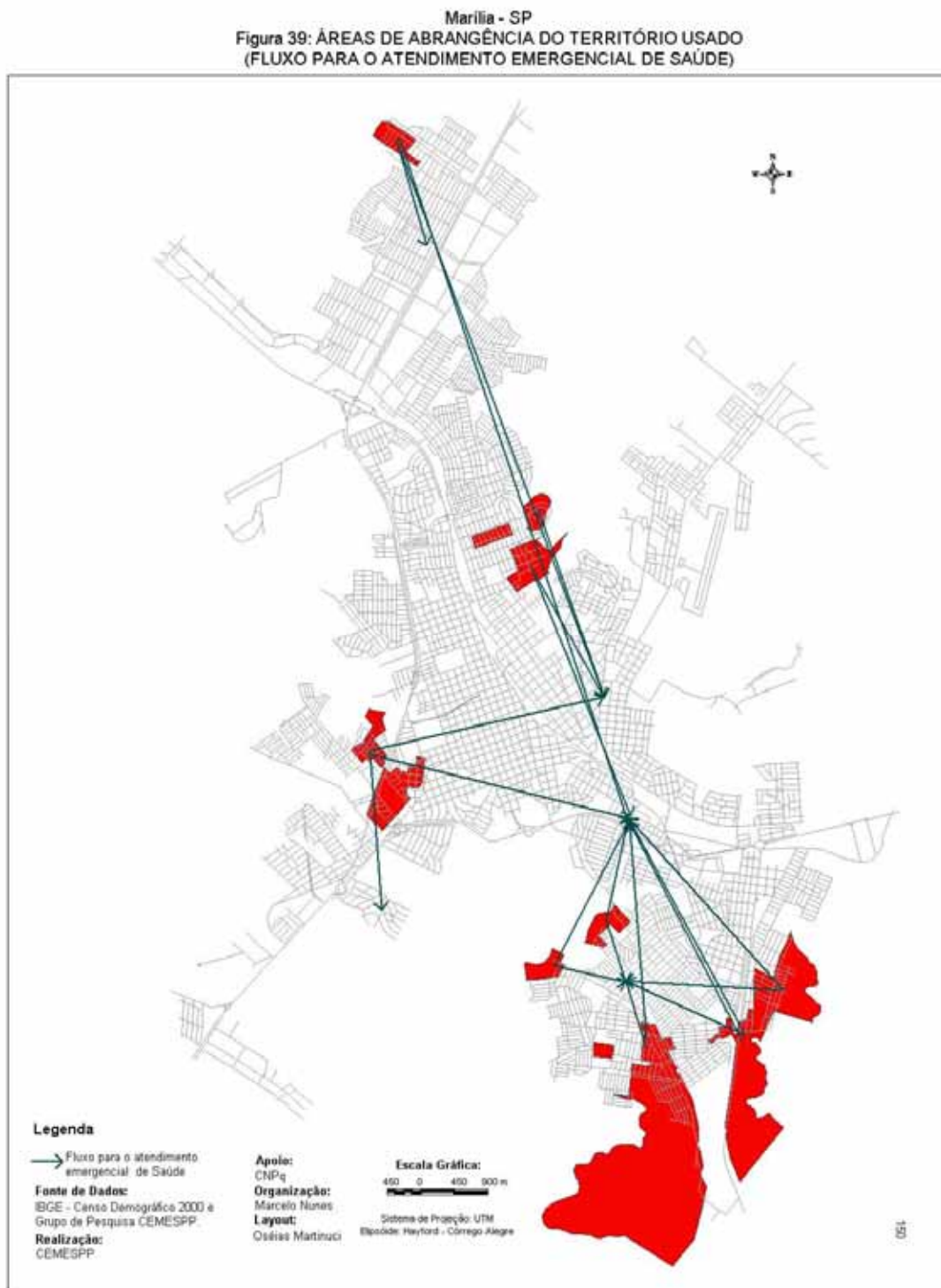
Neste sentido, buscamos na idéia de território usado de Milton Santos (1996), para quem “*o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas deve ser entendido como território usado e não como o território em si*”, o território usado trata-se do espaço físico a qual alicerçamos a identidade, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Não obstante, o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Desta maneira, pautando na definição das áreas de abrangência do território usado como síntese deste estudo cartográfico, podemos identificar em Marília as áreas de abrangência do território usado, no que refere-se à busca pelo trabalho, serviços de saúde, comércio e prestação de serviços.

Assim, a população submetida dos processos sociais excludentes não se apropria do uso da área urbana em sua totalidade, por meio do território esta população é excluída de parte da cidade – como podemos observar nas figuras 38, 39 e 40.

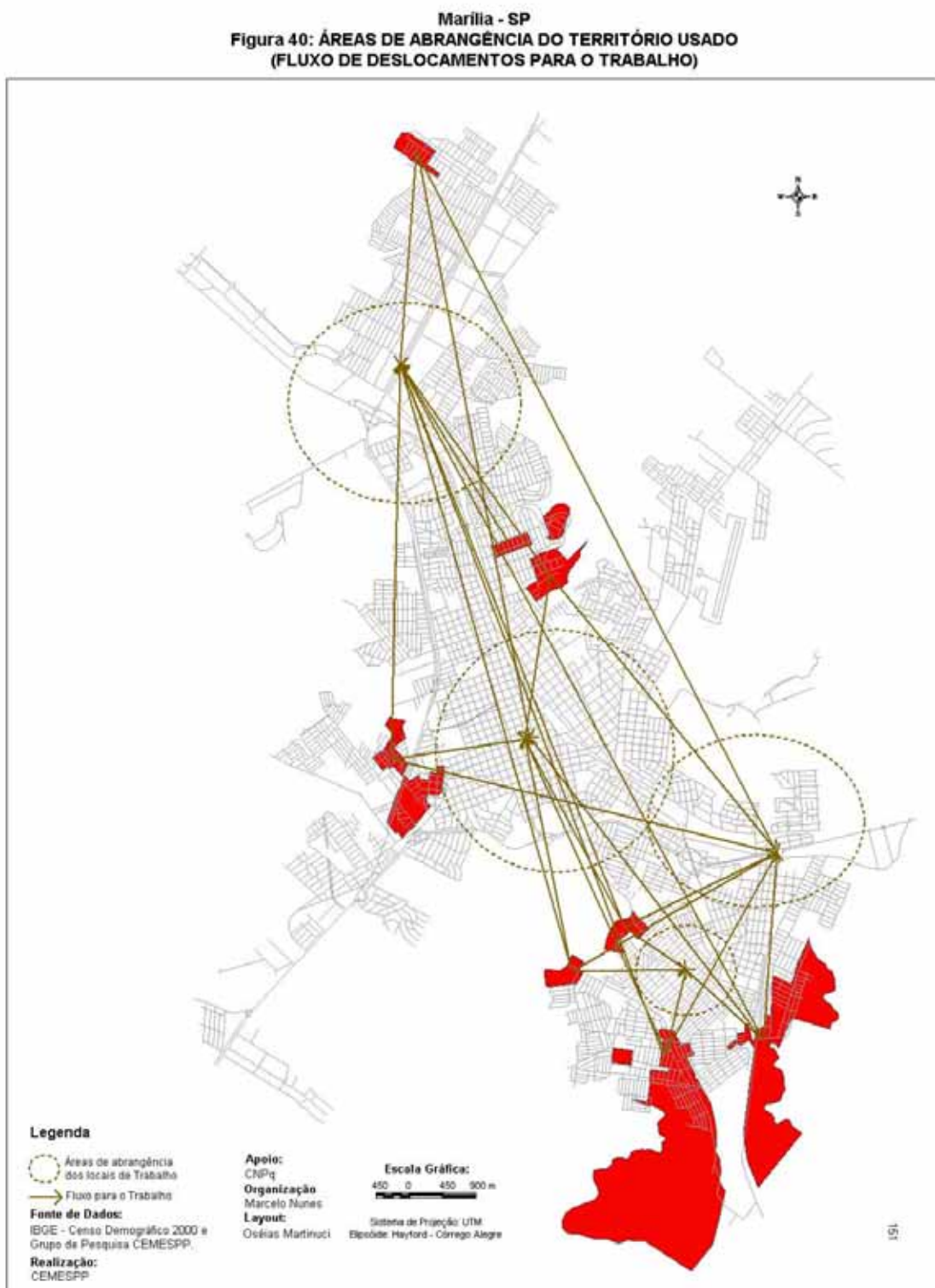
**Figura 38: ÁERAS DE ABRANGÊNCIA DO TERRITÓRIO USADO  
(FLUXOS DE DESLOCAMENTOS PARA O USO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS)**



**Figura 39: ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO TERRITÓRIO USADO  
(FLUXOS DE DESLOCAMENTOS PARA O ATENDIMENTO EMERGENCIAL DE SAÚDE)**



**Figura 40: ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO TERRITÓRIO USADO  
(FLUXOS DE DESLOCAMENTOS PARA TRABALHO)**



## 5.2 – OS DESAFIOS DA POLÍTICA URBANA E DA CIDADE

Nas economias capitalistas as políticas sociais e a afirmação dos direitos sociais não ocorrem no mesmo ritmo do desenvolvimento econômico, reforçando a concentração de riquezas e das desigualdades, sobretudo, em países em desenvolvimento como no caso dos países latinos, como o Brasil. Uma característica deste processo é a limitada participação política na tomada de decisão. Deste modo, a exclusão social nos diferentes países do mundo tornou-se uma questão central cujas causas e implicações são amplamente discutidas.

Se por um lado, não podemos pensar políticas públicas apenas no âmbito do Estado, mas no caso do Brasil, o Estado é o principal indutor e promotor das políticas públicas. A desigualdade não surge simplesmente da estruturação produtiva e do recuo das políticas sociais como sucede em muitos países centrais. Trata-se do aprofundamento da desigualdade numa sociedade histórica e tradicionalmente desigual (MARICATO, 2001, p. 30). Por sua vez, o que se presencia constantemente é a redefinição da agenda política e das políticas públicas em direção à retração da ação estatal no âmbito dos interesses sociais coletivos. Desta maneira, temos com o agravamento das desigualdades sociais, não apenas situada na mera discussão e mudança de expressão para se referir a questão social, mas principalmente pelo desencadeamento de um processo iniciado com a independência política e o desenvolvimento capitalista no país.

No Brasil, como em quase todo o mundo, aumentou na década de 1980 e 1990 o desemprego e as relações informais de trabalho, bem como, a pobreza nas áreas urbanas. A ocupação do solo obedece a uma estrutura informal de poder: a lei de mercado precede a lei e a norma jurídica e a ilegalidade é tolerada (MARICATO, 2001).

De acordo com Maricato (2001, p. 40) as cidades representam um paradoxo, na medida em que:

[...] paralelamente a uma evolução altamente positiva em relação à mortalidade, infantil, esperança de vida ao nascer, diminuição do crescimento demográfico, aumento da escolaridade; o processo de urbanização no Brasil apresenta, a reprodução de novos e antigos males, nos indicadores de violência, pobreza, predação urbana e ambiental, etc.

Assim, pensar a cidade e a urbanização significa enfrentar desafios que se colocam tanto no campo metodológico, quanto no campo da ação prática e em especial na formulação de políticas, que não tenham a perspectiva apenas reforçadora dos processos que tendem a reproduzir padrões de exclusão social.



A organização interna da cidade é a chave para chegarmos aos processos sociais que animam o espaço urbano e que estão envolvidos na dinâmica da produção do espaço (SOUZA, 2003, p. 63). Por sua vez, é ao mesmo tempo, uma chave privilegiada para observarmos e deciframos a sua complexidade enquanto produto social. Segundo o autor, não é apenas a carência de infra-estrutura dos bairros segregados que contrasta com os bairros privilegiados da classe média e das elites, mas a estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferias, cortiços e, principalmente, favelas) que é muito forte.

Em acordo com Souza (2003, p. 82-83) a pobreza urbana se reveste de peculiaridades, tanto por conta de suas formas de expressão espacial características (favelas, periferias pobres, áreas de obsolescência), quanto por causa das estratégias de sobrevivência, legais e ilegais, que a ela se vinculam (do comércio ambulante ao tráfico de drogas de varejo).

Souza (2003) coloca como objetivos específicos da reforma urbana:

- 1) coibir a especulação imobiliária;
- 2) reduzir o nível de disparidade socioeconômico-espacial intra-urbana;
- 3) democratizar o mais possível o planejamento e a gestão do espaço urbano.

Completando as proposições de Souza, entendemos que as políticas públicas sociais urbanas de combate à exclusão social devem ser norteadas por alguns princípios fundamentais que são:

- integração das ações municipais;
- territorialização das ações;
- superação do caráter compensatório;
- participação da comunidade.

E tendo como objetivos as dimensões:

- Econômica: complementação de renda, formação profissional, incubação de cooperativas e novos negócios e concessão de microcrédito;
- Urbana: implantação de infra-estrutura, urbanização qualificada (com lazer e equipamentos comunitários), melhoria habitacional e regularização fundiária;
- Social: saúde de adultos e crianças, reabilitação, afirmação de gênero, ações sócio-educativas (NUNES, 2005).

Por outro lado, Vieira (2005) aponta que são várias as formas que o Poder Público utiliza para exercer o seu papel de agente segregador, mas principalmente através de quatro maneiras:

- 1) através da alocação de investimentos públicos em infra-estrutura urbana para determinadas áreas;
- 2) através da elaboração de políticas públicas habitacionais;
- 3) através da legislação urbanística;

4) através do planejamento passivo ou privatista.

No entanto, a atuação estatal é obrigatória contra a pobreza e a exclusão, no crescimento com desenvolvimento e redistribuição de renda e na universalização das políticas sociais contra a focalização atual, que classifica programas separados para crianças, jovens, idosos, mulheres, portadores de necessidades especiais, diluindo a ação e com enormes gastos (NUNES, 2005).

Conforme Oliveira (2001, p.48), a sociedade urbana tornou-se mais complexa e diversificada e passou a exigir do poder público atuação mais intensa e este defrontou-se com problemas e dilemas novos, muitas vezes de difícil solução.

Deste modo, salienta Oliveira (2001, p.52):

A crise na cidade brasileira decorre em parte das distorções dos mecanismos utilizados para a criação da infra-estrutura urbana necessária à expansão da atividade econômica na cidade. A análise das políticas públicas no geral e das políticas públicas urbanas no particular demonstra que as mesmas estavam voltadas para garantir a expansão do processo de "industrialização tardia" que incorporou apenas pequena parcela dos trabalhadores urbanos, resultando no surgimento de problemas urbanos complexos. Enquanto eram carregados recursos para garantir a expansão capitalista, não eram, pelo menos na mesma proporção, feitos e, com isso, o crescimento das cidades constitui-se num mecanismo de concentração de renda, determinando o crescente empobrecimento das pessoas da/na cidade.

Oliveira (2001) afirma ainda que a cidade consolidou-se como lugar da exclusão, pobreza e da violência e está vinculada à produção de espaços excludentes cuja raiz é uma sociedade de classes e das relações do tipo capitalista.

Contudo, a que se observar que o crescimento das cidades não foi acompanhado pelo crescimento e melhoria das infra-estruturas que contribuem decisivamente para a qualidade de vida, temos como desafios: reestruturar políticas e criar instrumentos de gestão das sociedades urbanas para satisfazer as necessidades humanas mínimas, como moradia, saneamento básico, segurança e lazer, a partir indicadores de desenvolvimento social urbano e de intervenções no espaço urbano.

Sendo a exclusão social um processo que impossibilita parte da população de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, considerando-se não apenas a carência de bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política, o aprofundamento deste processo provoca alterações na dinâmica e na estrutura da cidade.

A exclusão social e o acirramento das desigualdades, sobretudo nas médias e grandes cidades brasileiras requerem demandas por políticas públicas sociais pontuais, sendo muito importante à análise dos diferentes territórios da cidade.

Conforme o próprio mapa da exclusão social indica, é necessário tratar a exclusão social como um problema multidimensional e as metodologias devem possibilitar a produção de diagnósticos sensíveis às políticas públicas, a atualização e passíveis de serem reproduzidos, tal metodologia deve permitir relacionar as pesquisas intra-urbanas com as políticas públicas. Desta forma, o “Mapa da Exclusão/Inclusão Social” se transforma numa ferramenta que possibilita direcionar políticas de acordo com as especificidades territoriais.

Assim, a pobreza urbana tem ampliado o contraste e a diversidade de carências e necessidades, porém, cria e recria circuitos de solidariedade e de interação social. Temos então, que a redução das desigualdades sociais passa necessariamente por decisões políticas.

A questão social, decorrente do processo produtivo, ganha expressão e visibilidade na exclusão das pessoas quanto da própria produção e do usufruto de bens e serviços necessário à sua própria reprodução no território. Nesta perspectiva, pode-se entender a política social como estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social (Cunha, 2002, p. 11).

No entender de Cunha (2002, p. 12), as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo.

A efetividade das ações demanda dos órgãos gestores o aumento da capacidade técnica, o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão (diagnóstico, plano, sistema de informação, monitoramento e avaliação de resultados das ações e de impacto da política).

Para Costa (1998, p. 7), considera-se como política pública o espaço de tomada de decisão autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesses.

Segundo o autor, a relevância da problematização das políticas públicas para as análises urbanas deve-se ao pequeno desenvolvimento dos estudos sobre as arenas decisórias de políticas específicas relacionadas às mudanças sociais na cidade. Um estudo nesta linha certamente pode contribuir para o mapeamento das tendências dos problemas urbanos brasileiros. O processo de urbanização brasileira tem oferecido um vasto elenco de objetos para a produção científica que fixou a análise no ritmo de sua progressão, a conformação do sistema brasileiro de cidades, a dinâmica do emprego e da estrutura ocupacional, a distribuição da renda e do consumo, o acesso aos serviços e equipamentos de consumo coletivo etc. (COSTA, 1998, p. 11 ).

O aparecimento de novos atores sociais para discutir o desenvolvimento social foi uma mudança positiva nas duas últimas décadas. Hoje temos uma visão mais pluralista. Movimentos de base, associações, ONGs e OCIPs representam uma saudável novidade no embate econômico e na discussão e proposição de ações de desenvolvimento, criação de empregos e (re)inclusão social.

A partir das ações localmente constituídas, reconstrói-se, assim, uma base de vida que amplia a eficácia da política pública a serviço da sociedade civil e do interesse coletivo. É o que tem se verificado nas experiências em desenvolvimento em inúmeras cidades brasileiras, cujo poder público local tem chamado para si e colocado esta questão no centro da agenda pública.

As políticas de inclusão social exigem abordagem integrada. A urbanização de favelas pode resolver problemas de saneamento ambiental, atribuir endereço legal a cada domicílio, melhorar as condições de moradia e de segurança urbana, mas não melhora o nível de escolaridade ou de alfabetização [...] “A exclusão é um todo” – econômica, cultural, educacional, social, jurídica, ambiental, racial – e não pode ser combatida de forma fragmentada (MARICATO, 1996).

O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica. Nesta perspectiva, as políticas urbanas têm um papel importante na ampliação da democracia e da cidadania, principalmente utilizadas de indicadores sociais que mostram as desigualdades e diferenciações socioespaciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos compreender a precarização territorial produzida no processo de produção do espaço urbano de Marília, buscando elementos para a análise da exclusão social em cidades médias, devido às características socioespaciais da formação de Marília no âmbito da urbanização brasileira. Desta maneira, consideramos relevante a discussão sobre cidades médias em virtude do rápido crescimento populacional destes centros urbanos, aliado a ineficiência dos instrumentos urbanísticos e aos processos e formas socioespaciais que acentuam a exclusão social e a precariedade territorial.

Observamos que o processo de produção do espaço urbano acentuou a exclusão social, ao promover a valorização das áreas de interesse particulares para o capital incorporador, principalmente para a implantação de grandes empreendimentos imobiliários, o que acabou por “empurrar” a população menos abastada para áreas impróprias à habitação e desprovidas de infra-estrutura, marcando a proliferação de áreas favelizadas, em primeiro, ao redor das áreas próximas ao centro da cidade e de ocupação mais antiga e, em segundo, ao redor dos conjuntos habitacionais populares implantados nos extremos norte e sul da cidade.

É importante salientar que a expansão territorial urbana resultante da produção do espaço urbano propiciou a diferenciação do espaço urbano, na medida em que criou um acesso seletivo e desigual das pessoas à cidade.

Conforme proposto por Harvey (1980), em Marília, os processos sociais estão relacionados às formas espaciais, pelo fato de que as contradições sociais do desenvolvimento econômico em conjunto com a produção do espaço urbano – enquanto expressão da divisão territorial do trabalho – e aos instrumentos urbanísticos resultaram em diferenciações socioespaciais que definiram o *lugar de vivência de cada um*.

Neste sentido, a metodologia de geração dos indicadores sociais possibilitou o conhecimento dos padrões espaciais de exclusão/inclusão social e a comparação entre as partes da cidade, bem como o entendimento de que a precariedade é territorial devido à dificuldade de uso e acesso ao território, que por sua vez, expressa a perda de poder, autonomia e participação da população residente em áreas de exclusão social.

Consideramos a exclusão social como um processo multifacetado que impossibilita parte da população urbana de partilhar dos bens, serviços e direitos oferecidos seletivamente à coletividade, considerando não apenas as carências materiais, mas também as carências imateriais como a dificuldade de acesso à segurança, justiça, cidadania e

representação política. Para tanto, tratamos a exclusão social enquanto temática relevante para a Geografia, que no caso de cidades médias como Marília, também está relacionada a produção do espaço urbano, expressando as contradições sociais e espaciais dos processos de exploração, diferenciação, segregação e espoliação das condições de vida e de precarização territorial produzidos para a manutenção da própria acumulação capitalista, sendo legitimados nos instrumentos urbanísticos definidos pelo poder público.

Relacionamos os processos sociais às formas espaciais da cidade visando delimitar a formação de territórios precários a partir dos padrões de exclusão/inclusão social urbana, em meio à globalização, à reestruturação produtiva, à divisão territorial do trabalho e, principalmente, à lógica de produção, reprodução e apropriação do espaço urbano. Desta maneira, entendemos que é no espaço urbano que os processos sociais excludentes apresentam maior visibilidade, devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definem a cidade estarem ligados a processos de acumulação capitalista, que por sua vez, são seletivos e acentuam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e a formação de territórios precários.

O “Atlas da Exclusão/Inclusão Social das cidades médias do interior paulista” gerado no CEMESPP indica uma forte concentração espacial da riqueza e também uma acentuada concentração dos padrões de exclusão social em determinadas áreas destes centros urbanos. Apesar da peculiaridade do sítio urbano de Marília, a comparação do mapa da exclusão/inclusão social desta cidade com outras cidades médias do interior paulista (Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto) feita por Melazzo (2006) ao analisar os padrões de desigualdade, apontou para o fato de que o sentido espacial dos setores de exclusão e inclusão social destas cidades apresenta contornos semelhantes, sendo visível a delimitação entre as áreas segundo sua classificação, o que indica a presença de padrões comuns na configuração territorial das desigualdades entre as cidades analisadas.

Nesta perspectiva, objetivamos também fazer uma releitura sobre a exclusão social apontando as diferentes abordagens sobre o tema e trazendo a proposta de uma abordagem geográfica da exclusão social, que por sua vez permitiu discutir a formação de territórios precários em Marília, a partir da análise e mapeamento dos indicadores sociais e dos mapas de equipamentos públicos e de fluxos do território usado.

Recorremos ao conhecimento da dinâmica dos fluxos e da acessibilidade da população urbana aos equipamentos públicos que definem o uso dos territórios urbanos, na medida em que a exclusão/inclusão social depende também da maneira como o território é construído e utilizado. Neste sentido, verificamos que as centralidades criadas com a expansão urbana dificultam a mobilidade e acessibilidade das pessoas residentes em áreas

de exclusão social ao restante da cidade. Este processo aumenta a diferenciação do espaço e propicia a formação de territórios precários.

Assim, a análise da formação e expansão territorial de Marília mostrou que a produção do espaço urbano constituiu-se em um processo seletivo de acessibilidade à cidade, acentuando a diferenciação do espaço urbano e os padrões de exclusão social. Neste processo, cabe ressaltar que o Poder Público Municipal atuou na política de desenvolvimento urbano como agente produção do espaço urbano “*entravando a socialização do espaço urbano*” (LOJKINE, 1981) ao dificultar a acessibilidade aos equipamentos de consumo coletivo e à cidade a partir dos fluxos em direção ao território usado e das centralidades produzidas.

O conhecimento do território enquanto definidor da mobilidade das pessoas, tendo em vista a centralidade e distribuição dos equipamentos públicos de saúde e educação, bem como a acessibilidade da população aos fluxos do território usado em direção aos locais de trabalho, de comércio e de prestação de serviços, foi fundamental, na medida em que consideramos como precários os territórios e não o modo de inserção social das pessoas apontado por Martins (1997).

Deste modo, considerando a acumulação capitalista e a atuação do Estado enquanto agentes de produção e diferenciação do espaço urbano foi possível identificar e mapear os territórios precários a partir dos mapas de fluxos que representam uma cartografia dinâmica e possibilitam uma leitura qualitativa do uso do território relacionada à dimensão quantitativa dos indicadores sociais.

A produção do espaço urbano cria e recria espaços cada vez mais diferenciados, reforçando a exclusão social e apresentando-se como um processo social excludente que acentua exclusão social e a precariedade territorial. Não obstante, as variáveis utilizadas para entender a produção do espaço urbano enquanto processo social excludente que acentua a exclusão social em Marília, bem como a leitura dos demais trabalhos produzidos (GUIMARÃES, 2004; SPOSITO, 2004; VIEIRA, 2005 e MELAZZO, 2006) permitem-nos apontar para a possibilidade de universalizar a metodologia utilizada nesta Dissertação para novos estudos em outras cidades médias do interior paulista.

## BIBLIOGRAFIA

AMORIM FILHO, Oswaldo. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-35

ANDRADE, T., LODDER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BALESTRIERO, Geraldo Élvio. **Capital da Alta Paulista**: uma história do município de Marília. Campinas - SP, 1984. (Dissertação de Mestrado)

BORBA, Francisco S. (org.). **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. São Paulo - UNESP, 2004.

BORJA, Patrícia Campos e MORAES, Luiz Roberto Santos. **Indicadores de saúde ambiental com enfoque para a área de saneamento**. Parte I – Aspectos conceituais e metodológicos. *Revista ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL*. Vol. 8 – No 1 – jan/mar 2003 e No 2 abr/jun 2003, pp. 13-25

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico - prosódico da língua portuguesa**. Edição Saraiva - São Paulo, 3º v, 1968.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Uma reflexão sobre ciência e conceitos**: o território na geografia. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. **A doença como projeto**: Uma contribuição à análise de formas de afiliações e desafiliações. In: SAWAIA, Bader (org.). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 87 – 96



CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/ do mundo**. Ed. HUCITEC: São Paulo, 1996.

CARLOS, Ana Fani A. **Uma leitura sobre a cidade**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.) Revista Cidades – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p. 11 - 30

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Vozes, Petrópolis: 1998.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. Paz e Terra: São Paulo, 2000. Pág. 95-100

COSTA, Alfredo Bruto da. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 2001.

COSTA, N. do R. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação**: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo: Hucitec, 1998.

CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F., GUIMARÃES M.; UDE, W. **Políticas públicas**. (org.) Belo Horizonte: UFMG; PROEX, 2002. pp. 11 - 26.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social**. 2ª ed. rev. Campinas – SP: Autores Associados, 2002. 125 p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo)

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo. São Paulo: Paz e terra, 2000. 241 p.

FALEIROS, Helton Alves. **Expansão urbana e especulação imobiliária**. São Paulo: 1983. 96 p.

FELIX, Sueli Andrucioli. **A geografia do crime urbano**: aspectos teóricos e o caso de Marília - SP. Rio Claro, 1996. 322 p. (Tese de Doutorado)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. São Paulo: Folha de S. Paulo; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FUNDAÇÃO IBGE. Censo Demográfico: características da população e dos domicílios (resultado do universo). Vol. 1 – Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

FURINI, Luciano A. **Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente Prudente(SP)**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2002. 184 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

GASPAROTO, Jayme Wanderley. **Mudança sócio-econômica e marginalização em Marília**. Marília – SP, 1973. (Tese de doutorado)

GERARDI, LÚCIA Helena de Oliveira e SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. São Paulo: DIFEL, 1983. 317p.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Pressupostos psicossociais da exclusão**: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (org.). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 141 - 156

GUIDUGLI, Odeibler Santo. **A geografia da população urbana**: aspectos teóricos e o caso de Marília – SP. Vol 1 e 2 USP – 1979. 543 p.

GUIMARÃES, Ana A.; MELAZZO, Everaldo S.; GUIMARÃES, Raul B. e MAGALDI, Sérgio B. **A Propósito do debate sobre Exclusão Social**: Aportes Teóricos, Escala Local e Indicadores Sociais. Contribuições Científicas - XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa – PB: AGB, julho de 2002. CD-Rom.

GUIMARÃES, Raul B. et al. **Sistema de Informação para Tomada de Decisão Municipal**. Relatório de Pesquisa Fase II – FAPESP: Programa Políticas Públicas, Presidente Prudente - SP – FCT/UNESP, 2003.

GUIMARÃES, Raul Borges (coord.). **Atlas da exclusão/inclusão social no interior paulista**. Organização: SIMESPP – Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – Presidente Prudente, 2004.

GUIMARÃES, Raul Borges; VIEIRA, Alexandre Bergamin e NUNES, Marcelo. **Cidades Médias: Territórios da Exclusão**. In: CIDADES: Revista científica – Grupo de Estudos Urbanos, vol. 2, n. 4 – Presidente Prudente, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização**: entre as redes e os aglomerados de exclusão. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. xiv, 291 p.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social**. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HORA, Maria Regina de Almeida. **Precariedade habitacional**. Presidente Prudente, 2002. 90 p.

HOUAISS, Antonio e VILLAS, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em junho de 2004.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas Municipais**. Campinas: Ed. do autor/PUCAMP, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alinea, 2003.

JESUS, Patrícia M. de, ROMA, Cláudia M. e ZANDONADI, Júlio C. **A segregação socioespacial e suas expressões em cidades médias e pequenas**: algumas considerações. In: Caderno Prudentino de Geografia, n. 26, 2004. p. 129 - 142

JODELET, Denise. **Os processos psicossociais da exclusão**. In: SAWAIA, Bader (org.). As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 53 – 66

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOVARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOVARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed.: 34, 2000.

LARA, Paulo Corrêa de. **Marília – Sua Terra, Sua Gente**. Editora Iguatemy, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de T. C. Netto. Ed. documentos: São Paulo, 1969. 133 p.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder Local x Exclusão Social**. A experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. 102 p.

LEME, R. C.. **Expansão territorial e preço do solo urbano nas cidades de Bauru, Marília e Presidente Prudente (1975-1996)**. Presidente Prudente. FCT/UNESP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes 1997. 359p.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. **A norma e o fato:** abordagem analítica da segregação sócio-espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos. FCT/UNESP – Presidente Prudente, 2003. 238 p. (Tese de Doutorado)

MARQUES DOS SANTOS, Caio Augusto. **Formas de relevo da cidade de Marília – SP.** FCT/UNESP - Presidente Prudente, 2006.

MARTINUCCI, Oséias da Silva. **Os circuitos da pobreza urbana: o caso de Presidente Prudente.** Relatório final de iniciação científica PIBIC/CNPq – FCT/UNESP – Presidente Prudente, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção temas de Atualidade).

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo.** Petrópolis: Vozes, 2002. 228 p.

MELAZZO, Everaldo S., NASCIMENTO, Rose M. e MAGALDI, Sérgio B. **As Dimensões Socioeconômica e Demográfica das Desigualdades em uma Cidade Média:** a construção de um Sistema de Indicadores Sociais. Contribuições Científicas - XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa – PB: AGB, julho de 2002. CD-Rom.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Problematizando o conceito de exclusão social:** elementos para uma reflexão sobre velhas e novas desigualdades no Brasil. In: Revista FORMAÇÃO: Conceitos Geográficos, Presidente Prudente, n. 11, v. 1, 2004. p. 45 – 72

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio.** A agenda das políticas públicas em disputa. Presidente Prudente, 2006. (Tese de doutorado) 222 p.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A industrialização do oeste paulista:** o caso de Marília. Presidente Prudente – SP, 1994 (Dissertação de Mestrado).

NASCIMENTO, Elimar P. do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários.** Presidente Prudente, FCT/UNESP. Mimeo. 1994.

NASCIMENTO, Elimar P. do. **O fenômeno da exclusão social no Brasil**. INED n.3, 1996.

NUNES, Edison. **Carências e Modos de vida**. In: São Paulo em Perspectiva, Vol. 4, nº 2, abr./jun. 1990. 2-7 p.

NUNES, Marcelo. **Mapeamento da Exclusão/Inclusão Social e Políticas Públicas para Cidades Médias**: um Diagnóstico de Marília – SP. FCT/UNESP: Presidente Prudente, 2005. (Monografia de Bacharelado)

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Meio século de transformações e permanências**: a cidade no Brasil (1930 a 1980). In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR – FCT/UNESP, 2001.

PAUGAM, Serge. **Abordagem Sociológica da Exclusão**. In: VÈRAS; Maura Pardini Bicudo *et al* (ed.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970)**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR – FCT/UNESP, 2001. p. 569 – 607

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. (Tradução: Maria Cecília França). São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

RIBEIRO, Rosely Cristina da Rocha. **Na capital nacional do alimento há fome** (pobreza urbana, fome e propriedade imobiliária em Marília). Marília – Unesp, 1996 (Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais).

ROCHFORT, M. e LAMICQ, H. **As Cidades Médias Brasileiras**. São Paulo, 1975.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. Editora HUCITEC: São Paulo, Recife, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços)

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 2<sup>o</sup> ed. – São Paulo: HUCITEC, 1994. (Estudos urbanos)

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: O caso de São Paulo. Editora Hucitec/Educ: São Paulo, 1994a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1996. 332 p

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5<sup>o</sup> ed. – Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território**: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002. 156 p.

SAWAIA, Bader. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética da exclusão/inclusão**. In: SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 97 - 118

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**. Diagnóstico e Alternativas. 4<sup>o</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: Natureza, capital e a Produção de espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Bertrand Brasil, 1988. p. 250

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização**. In: Revista Formação. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia, FCT/UNESP, n.6, 1999, p. 55-63.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César Gomes e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: Uma introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Urbanização e Cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPERR – FCT/UNESP, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPERR – FCT/UNESP, 2001. p. 609 - 643

SPOSITO, Maria Encarnação B. **A Produção do Espaço Urbano em 10 anos de GASPERR**: Reflexão Individual sobre uma Trajetória Coletiva. 5º Seminário de Avaliação “10 anos de GASPERR”, FCT/UNESP – Presidente Prudente, 2003

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004. (Tese de Livre-Docência)

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Cidades médias brasileiras**: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional. Proposta apresentada ao MCT/CNPq, Edital 07/2006, Presidente Prudente, 2006.



SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Mapa de Exclusão/inclusão Social no Município de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Exclusão social abaixo da linha do equador**. In: VÉRAS; Maura Pardini Bicudo *et al* (ed.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social**. São Paulo: Congresso Internacional de Geoinformação/PUC, junho de 2000.

STADEL, Christoph. **Ciudades medianas y aspectos de la sustentabilidad urbana en la región andina**. In: Revista Geográfica: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, n. 129, enero-junio/2001.

VÉRAS; Maura Pardini Bicudo. **Notas ainda preliminares sobre exclusão social**: um problema brasileiro de 500 anos. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo *et al* (ed.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Exclusão social** – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader (org.). As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 27 – 52

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **Segregação Socioespacial e Exclusão Social**: múltiplas dimensões. In: Caderno Prudentino de Geografia, n. 26, 2004. p. 109 – 129

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **O lugar de cada um**: indicadores sociais de desigualdade intraurbana. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2005. 160 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, Bader (org.). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 16 – 26

ZANDONADI, Júlio César. **A expansão territorial urbana na cidade de Marília-SP e os loteamentos fechados**. FCT/UNESP – Presidente Prudente-SP, 2005. (Monografia de Bacharelado)

## **Anexos**

## Anexo 1: Questionário - Marília - SP

<b>QUESTIONÁRIO</b>			
Setor Censitário: _____		Nº do questionário: _____	
Endereço: _____			
<b>I) Quadro Familiar</b>			
Nome	Posição na família	Quanto tempo mora em Marília? (meses)	Quanto tempo mora no bairro? (meses)
<b>II) Participa de alguma organização, associação, movimentos, ou igreja etc?</b>			
Nome da inst/organ/mov/igreja	Qual é o Endereço?	O que vai fazer?	Quantas vezes vai por semana?
<b>III) CIRCUITOS</b>			
Para que sai do bairro?			
	Vai de quê?	Onde? Endereço	
trabalhar	( )ap ( )b ( )p ( )ol ( )te		
fazer compras	( )ap ( )b ( )p ( )ol ( )te		
Serviços bancários	( )ap ( )b ( )p ( )ol ( )te		
Serviços de saúde	( )ap ( )b ( )p ( )ol ( )te		
Estudar	( )ap ( )b ( )p ( )ol ( )te		
Diversão/lazer	( )ap ( )b ( )p ( )ol ( )te		
Igreja	( )ap ( )b ( )p ( )ol ( )te		
outros	( )ap ( )b ( )p ( )ol ( )te		
Legenda: ap – automóvel próprio; b – bicicleta; p - a pé; ol - ônibus de linha; te - transporte da empresa			
<b>IV) Situação Econômica</b> ( ) Empregado Registrado ( ) Empregado Sem Registro ( ) Aposentado ( ) Encostado ( ) Desempregado ( ) Autônomo			
Profissão _____			
<b>V) SERVIÇOS</b>			
a) Os serviços existentes em seu bairro são suficientes para atender a população? ( ) sim ( ) não			
b) Caso a resposta seja não, o que falta? ( ) Creche ( ) segurança ( ) escola ( ) emprego ( ) área de lazer ( ) Posto de saúde ( ) outros Especificar _____			

